



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA

TERRITÓRIO VALE DO JAMARI

TERRITÓRIO VALE DO JAMARI
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - Rioterra

Porto Velho/RO
Ano: 2014 , Versão Final



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARI

Presidente da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministro do Desenvolvimento Agrário
Pepe Vargas

Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Andréa Lorena Butto Zarzar

Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário de Rondônia
Genair Capelini

Núcleo Dirigente do Colegiado Territorial Vale do Jamari

Coordenador
Amauri Guedes de Freitas

Coordenador Adjunto
Amarildo Ribeiro

Secretário Geral
Oscimar Ferreira

Secretário Executivo da Micro bacia de Ariquemes, Cacaulândia e Alto Paraíso
Antônio Francisco

Secretário Executivo da Micro bacia de Rio Crespo, Cujubim e Machadinho do Oeste
Dalceni Doré Gonçalves

Secretário Executivo da Micro bacia de Monte Negro, Campo Novo e Buritis
Rudnei Cardoso.

Assessoria Territorial
Sueli Franco

Centro de Estudo da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA

Coordenação Geral
Alexis de S. Bastos

Equipe de Elaboração e Revisão
Marcela Arantes
Telva Barbosa Gomes
Alessandra da S. Martins
Alexandre Rotuno

Contrato de repasse: nº. 315.362.48/2009/MDA/CAIXA

Período de Elaboração: 2010 a 2013

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68313-03-9



AGRADECIMENTOS

Os últimos anos foram de muito trabalho para os Colegiados Territoriais em Rondônia. Eles foram marcados pela construção nos Territórios Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central e Rio Machado por muitas reuniões e discussões para geração de subsídios que integram os Plano Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

O PTDRS é um instrumento de gestão elaborado de forma participativa, calcado em múltiplas visões. Seu objetivo é apoiar a consolidação dos Territórios Rurais e de Cidadania através do empoderamento dos atores sociais destas áreas para fortalecimento da participação social, primando pelo protagonismo, equidade e autonomia política do público rural. Neste espaço são definidos projetos

e ações para o fortalecimento da gestão social, das redes de cooperação, articulação de políticas públicas e dinamização econômica.

Participaram das reuniões membros de cooperativas, sindicatos, associações rurais, indígenas e extrativistas, pescadores e representantes de entidades governamentais de todos Territórios.

A construção deste instrumento foi um importante marco nessa direção, não apenas para pactuação entre os atores sociais sobre as ações necessárias ao desenvolvimento territorial, mas para de fato, consolidarmos a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Fica aqui registrado o obrigado do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e do Centro de Estudos Rioterra a todos e todas que colaboraram para essa construção.



**TERRITÓRIOS
DE RONDÔNIA**

**TERRITÓRIO
VALE DO JAMARI**

LISTA DE SIGLAS

ADA: Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADHB: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil
ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações
CEDRS: Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF: Caixa Econômica Federal
CEPLAC: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMDRS: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNM: Confederação Nacional de Municípios
C.N.RO: Campo Novo de Rondônia
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CODETER: Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DFDA/RO: Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Rondônia
EMATER: Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EFA: Escola Família Agrícola
FETAGRO: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDARON: Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastorial de Rondônia
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IFRO: Instituto Federal de Rondônia
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC: Ministério da Educação

MC: Ministério da Cultura
MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia
MP: Ministério Público
NUAR: Núcleo Urbano de Apoio Rural
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
ONG: Organização Não Governamental
PAD: Programa de Assentamento Dirigido
PROINF: Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços Territoriais
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESEX: Reservas Extrativistas
RO: Rondônia
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI: Secretaria Estadual de Agricultura
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEL: Secretaria dos Esportes da Cultura e do Lazer do Estado de Rondônia
SEDAM: Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEDUC: Secretaria Estadual de Educação
SEMED: Secretaria Municipal de Educação
SEMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESDEC: Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania
SIPAM: Sistema de Proteção da Amazônia
SNIU: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
TVJ: Território Vale do Jamari
UNIR: Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização dos Municípios do Território Vale do Jamari _____	14	Figura 10: Mapa de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Território Vale do Jamari _____	65
Figura 2: População masculina por idade _____	27	Figura 11: Mapa da rede de drenagem do Território Vale do Jamari _____	69
Figura 3: População feminina por idade _____	27	Figura 12: Mapa de Geologia do Território Vale do Jamari. _____	71
Figura 4: Estimativa da População do Território Vale do Jamari em 2009 _____	28	Figura 13: Mapa de Solos do Território Vale do Jamari _____	73
Figura 5: Evolução do PIB per capita do Território Vale do Jamari e Rondônia _____	30	Figura 14: Produto Interno Bruto por Setor da Economia no Território Vale do Jamari _____	77
Figura 6: Brasil Alfabetizado _____	37	Figura 15: Pecuária, bovinocultura de 1997 a 2008 no Território Vale do Jamari _____	82
Figura 7: Estabelecimentos de Saúde _____	50	Figura 16: Mapa da Malha Viária do Território Vale do Jamari ____	87
Figura 8: Relação de médicos e leitos hospitalares/1000hab, Território Vale do Jamari _____	51	Figura 17: Mapa dos Projetos de Assentamento do Território Vale do Jamari _____	91
Figura 9: Índice de GINI e IDH-M do Território Vale do Jamari _____	59		

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão territorial do Brasil e limites territoriais _____	16
Quadro 2: Instituições de educação superior e cursos cadastrados _____	47
Quadro 3: Instituições de educação superior e cursos cadastrados _____	48
Quadro 4: Instituições de educação superior e cursos cadastrados _____	49
Quadro 5: Instituições de educação superior e cursos cadastrados _____	49
Quadro 6: Estrutura do CODETER no Território Vale do Jamari _____	61
Quadro 7: Núcleo Diretivo do Território Vale do Jamari _____	62
Quadro 8: Aplicação do PRONAF no Território Vale do Jamari _____	79
Quadro 9: Característica da Pesca no Território Vale do Jamari _____	85
Quadro 10: Visão de Futuro do Território Vale do Jamari _____	95
Quadro 11: Eixo de desenvolvimento melhorias e valorização da educação para o campo _____	101

Quadro 12: Eixo de desenvolvimento fortalecimento, valorização e aprimoramentos da agricultura familiar _____	102
Quadro 13: Eixo de desenvolvimento valorização, bem-estar social e qualidade de vida para agricultura e agricultor familiar _____	103
Quadro 14: Eixo de desenvolvimento valorização, bem-estar social, qualidade de vida para o agricultor familiar _____	104
Quadro 15: Eixo de desenvolvimento desburocratização e regularização fundiária _____	105
Quadro 16: Eixo de desenvolvimento fortalecimento do desenvolvimento social econômico _____	105
Quadro 17 (a): Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura, Esporte e Lazer _____	109
Quadro 17 (b): Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura, Esporte e Lazer _____	110
Quadro 18: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero e Geração _____	111
Quadro 19: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação _____	112

Quadro 20: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde e Infraestrutura _____	113
Quadro 21: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde _____	114
Quadro 22: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública e Infraestrutura _____	115
Quadro 23: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública _____	116
Quadro 24: Proposta Dimensão Político Institucional _____	117
Quadro 25: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização Social, Gestão e Infraestrutura _____	118
Quadro 26: Proposta Dimensão Ambiental _____	119
Quadro 27: Proposta Dimensão Ambiental, Infraestrutura da Destinação dos Resíduos _____	120
Quadro 28: Proposta Dimensão Socioeconômica, Regularização Fundiária _____	121
Quadro 29: Proposta Dimensão Socioeconômica, Produção, Comercialização e Distribuição _____	122
Quadro 30: Proposta Dimensão Socioeconômica, Beneficiamento da Produção _____	123

Quadro 31: Proposta Dimensão Socioeconômica, Armazenamento da Produção _____	123
Quadro 32: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Estradas Vicinais _____	124
Quadro 33: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Energia Elétrica _____	124
Quadro 34: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Comunicação _____	124
Quadro 35: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura, Saneamento e Habitação _____	125
Quadro 36: Proposta Dimensão Socioeconômica, Extrema Pobreza _____	125
Quadro 37: Gestão e Monitoramento, Educação, Cultura, Esporte e Lazer _____	129
Quadro 38: Gestão e Monitoramento de Saúde, Regularização Fundiária e Meio Ambiente _____	130
Quadro 39: Gestão e Monitoramento, Economia e Infraestrutura _____	131
Quadro 40: Gestão e Monitoramento, Organização Social e Institucional, Gênero e Geração e Segurança Pública _____	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de Habitantes por Idade _____	25	Tabela 12: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária, diurno do Município de Rio Crespo _____	42
Tabela 2: População recenseada, por situação do domicílio e sexo _____	26	Tabela 13: Disponibilidade de docentes nos Municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia e Campo Novo de Rondônia _____	43
Tabela 3: Variação populacional _____	29	Tabela 14: Disponibilidade de docentes nos Municípios de Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo _____	44
Tabela 4: Taxas de analfabetismo de 1996 e 2000 _____	33	Tabela 15: Água e Saneamento Básico no Território Vale do Jamari _____	53
Tabela 5: Estabelecimentos de ensino _____	35	Tabela 16: Famílias atendidas pelo programa bolsa família no território vale do Jamari _____	56
Tabela 6: Escolas com laboratório de informática _____	36	Tabela 17: Índice de desenvolvimento municipal (IDM), população indigente, pobre e renda per capita _____	57
Tabela 7: Aprovação, reprovação e abandono _____	38	Tabela 18: Demanda social do MDA no vale do Jamari _____	58
Tabela 8: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Alto Paraíso e Ariquemes _____	40	Tabela 19: Comparativo IDH-M do território vale do Jamari do ano de 1991 e de 2000 _____	60
Tabela 9: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Buritis e Cacaulândia _____	40	Tabela 20: Índice de desmatamento no Território Vale do Jamari _____	75
Tabela 10: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Campo Novo de Rondônia e Cujubim _____	41		
Tabela 11: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Machadinho do Oeste e Monte Negro _____	41		

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	1
INTRODUÇÃO _____	6

CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARI _____	10
--	----

1.1. Contextualização _____	10
1.1.1. Descrição dos Municípios _____	12
1.1.1.1. Alto Paraíso _____	12
1.1.1.2. Ariquemes _____	12
1.1.1.3. Buritis _____	12
1.1.1.4. Cacaulândia _____	12
1.1.1.5. Campo Novo de Rondônia _____	12
1.1.1.6. Cujubim _____	13
1.1.1.7. Machadinho do Oeste _____	13
1.1.1.8. Monte Negro _____	13
1.1.1.9. Rio Crespo _____	13
1.1.2. Localização Geográfica _____	14

CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL DO VALE DO JAMARI _____	20
--	----

2.1. Desenvolvimento Territorial _____	20
--	----

CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS _____	24
--	----

3.1. Dimensão Sociocultural Educacional _____	24
3.1.1. Demografia _____	24
3.1.2. Cultura _____	30
3.1.3. Esporte e Lazer _____	31
3.1.4. Educação _____	32
3.1.5. Segurança Pública _____	49
3.1.6. Saúde _____	50
3.2. Dimensão Político Institucional _____	55
3.2.1. Organização Social e Institucional _____	55
3.2.1.1. CODETER _____	61
3.2.2. Gestão Socioambiental _____	63
3.3. Dimensão Ambiental _____	64
3.3.1. Áreas Protegidas _____	64
3.3.2. Clima _____	66
3.3.3. Hidrografia _____	68
3.3.4. Geomorfologia e Geologia _____	70
3.3.5. Recursos Minerais _____	72
3.3.6. Solos _____	72
3.3.7. Fauna _____	74
3.3.8. Vegetação _____	74

3.3.9. Problemas Socioambientais _____	75
3.4. Dimensão Socioeconômica _____	76
3.4.1. Características do Sistema Produtivo Rural _____	76
3.4.2. Extrativismo e Agricultura _____	80
3.4.3. Pecuária _____	81
3.4.4. Pesca Artesanal e Piscicultura _____	84
3.4.5. Turismo _____	86
3.4.6. Artesanato _____	86
3.4.7. Infraestrutura _____	86
3.4.8. Malha Viária _____	86
3.4.9. Energia _____	88
3.4.10. Comunicação _____	88
3.4.11. Habitação _____	89
3.4.12. Regularização Fundiária _____	90
 CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO _____	 94
4.1. Planejamento para 2015 _____	94
 CAPÍTULO V: EIXOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL _____	 100
5.1. Desenvolvimento Territorial _____	100

CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS _____	108
 CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS) _____	 128
 CONSIDERAÇÕES _____	 136
 RECOMENDAÇÕES _____	 138
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	 139

INTRODUÇÃO

O PDTRS caracteriza-se como instrumento de planejamento territorial para a agricultura familiar, fundamentado na gestão social e participativa dos seus atores sociais, sociedade civil e governo, almejando o desenvolvimento dos territórios rurais através da qualificação das demandas socioeconômicas, ambientais, socioculturais, educacionais e políticas institucionais, na perspectiva da cidadania e da sustentabilidade.

Esse documento foi construído com procedimentos metodológicos participativos. Para tal, utilizou-se “um conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental da participação” (KUMMER, 2007) mantendo a essência da construção do trabalho coletivo a partir, principalmente, dos anseios dos atores sociais do território vale do jamari - RO. Com a utilização da metodologia participativa obteve-se informações dos atores envolvidos, conforme os princípios da democracia e da participação democrática. Assim, o trabalho foi estruturado em seis momentos de atividades:

Primeiro momento: Coleta e análise de dados secundários¹ disponíveis em sites oficiais como do IBGE (www.ibge.org.br), do MDA (www.mda.gov.br/sit), SIDRA (<http://www.sidra.ibge.gov.br>), data SUS (www.datasus.gov.br), Brasil Hoje (www.brasilecola.com) entre outros. Todos com dados publicados e de fácil acesso.

Segundo momento: Visita aos municípios e reuniões com instituições governamentais e não governamentais que atendem de alguma forma, as agricultoras e os agricultores familiares, como as secretarias municipais, EMATER, IDARON e sindicatos.

Terceiro momento: Identificação de grupos específicos no território a partir de reuniões com extrativistas, pescadores e agricultoras, ocorridas entre o mês de setembro/2010 a janeiro/2011, conforme a disponibilidade de cada grupo. Nos encontros coletaram-se dados primários referentes ao modo de vida de cada grupo, bem como as necessidades e desejos desses atores sociais do TVJ.

¹ Aqueles resultados de outros estudos, portanto, informações existentes e disponíveis. Normalmente são apresentadas em forma de tabulações, tabelas, estatísticas, figuras e servirão para outras verificações.

Quarto momento: Coleta de dados primários obtidos a partir da interação coletiva do grupo de diferentes setores, na reunião ampliada ocorrida no mês de novembro, com representantes de todos os municípios do território. A partir das dinâmicas participativas realizadas com a facilitação dos profissionais do Instituto Fonte de São Paulo, construiu-se a visão de futuro e a maneira como desejam o desenvolvimento desta para o território.

Quinto momento: Coleta e atualização dos dados secundários e primários para o diagnóstico através da segunda atividade de campo, visita aos municípios, ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro de 2011. Com abordagens pontuais nas dimensões sociocultural e educacional, político institucional, ambiental e socioeconômica, buscou-se informações para suprir a demanda surgida durante o trabalho de construção do plano.

Sexto momento: Realização das oficinas territoriais para construção das propostas e projetos de ação no território, interligando a visão de futuro e o diagnóstico.





CAPÍTULO I



CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO VALE DO JAMARI

1.1. Contextualização

O Estado de Rondônia contava com várias etnias indígenas que disputavam o território, principalmente com atividades de caça e pesca. Não se sabe ao certo quantas etnias habitavam o espaço que hoje compreende o TVJ, embora na historiografia sejam apontados os Arikem, Boca-Negras, entre outras.

A realidade dos indígenas no TVJ começou a mudar a partir do final do século XIX e início do século XX, com a extração da borracha que proporcionou aos seringalistas e comerciantes em geral grandes riquezas. Nesse cenário, a presença do nordestino trabalhador no seringal e desbravador de terras e rios ainda desconhecidos, inevitavelmente trouxe vários confrontos com os indígenas, configurando na perda de território. Nesse contexto, tanto indígenas quanto seringueiros foram vítimas do processo de ocupação na Amazônia. Os indígenas por serem expurgados de suas terras e sofrerem etnocídios, e os seringueiros por enfrentarem a pobreza, escravidão e morte.

Em tempos mais recentes, a partir da década de 1950, houve um crescimento populacional do TVJ em dois momentos e acredita-se que esteja passando por um terceiro momento em virtude da construção das usinas hidrelétricas do Madeira, que têm influenciado todo o Estado. Como primeira atividade desse momento, destaca-se a extração da cassiterita em Ariquemes, a partir do ano de 1958 (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 2001) que, conseqüentemente trouxe um surto populacional tanto para Ariquemes quanto para regiões como a do Vale do Rio Machadinho.

Na década de 1970, a região que forma o território vale do jamari passou por um significativo fenômeno de migração com a instalação de dois Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), do INCRA: “Marechal Dutra” e “Burareiro”. Na década de 1980, com a criação dos Projetos de Assentamento Machadinho, Cujubim e Buritis, todos os municípios desse território derivaram destes projetos de colonização e assentamento do INCRA, com exceção de Campo Novo de Rondônia que se originou da exploração de cassiterita, a partir dos anos de 1950 (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 2001).

O segundo momento foi o crescimento populacional do município de Buritis, na década de 1990 em virtude, da extração da madeira e busca por terras agricultáveis, com destaque para a migração sulista. Esse crescimento refletiu nos municípios próximos que hoje fazem parte do território vale do jamari. Há ainda um ponto a ser abordado quanto a um possível crescimento populacional no Território do município de Machadinho do Oeste. Nele será construída a usina hidrelétrica de Tabajara, o que promove dois olhares, sendo um sobre os moradores das margens do rio Machado e o outro sobre o fluxo migratório que chegará ao município e proximidades.

Hoje o Território Vale do Jamari é composto por nove municípios. Nesse sentido, contextualizamos historicamente os municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo, de forma resumida, a partir das descrições apresentadas por Silva Filho (1995).



1.1.1. Descrição dos Municípios

1.1.1.1. Alto Paraíso

Tem como origem o Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra (PAD), como um Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), sendo que o nome deve-se aos pioneiros colonizadores que se encantaram com as belezas da região. O município foi criado através da Lei Estadual nº 375, de 13/02/1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas de Porto Velho e Ariquemes. Tem como limites territoriais, ao norte, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste; ao sul, Ariquemes; a leste, Rio Crespo e Cujubim e a oeste, Porto Velho. Atualmente apresenta área territorial de 2.651,811 km² e densidade demográfica 6,46 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.2. Ariquemes

O povoado surgiu com o nome de Papagaios, sendo fundado por seringueiros e seringalistas, por volta de 1880. Com a instalação, por Rondon, de um posto telegráfico às margens do rio Jamari, a localidade passou a ser chamada de Arikeme em homenagem aos indígenas da região. Em 1943, com a criação do Território Federal do Guaporé, a localidade de Ariquemes passou a ser distrito de Porto Velho. A região foi uma das responsáveis pelo ciclo da cassiterita na década de 1960, e a partir da década seguinte atraiu milhares de trabalhadores devido aos PAD's Burareiro e Marechal Dutra, fazendo com que fosse planejada outra área urbana com o mesmo nome. Devido à dinâmica propiciada pelos migrantes, houve a necessidade de elevar para a condição de município, culminando através da Lei Federal nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente Ernesto Geisel.

O município limita-se ao norte, com Alto Paraíso e Rio Crespo; ao sul, Monte Negro e Cacaulândia; a leste, Theobroma, Vale do Anari e Machadinho do Oeste; e a oeste, Alto Paraíso e Buritis. Atualmente apresenta área territorial de 4.426,576 km² e densidade demográfica 20,41 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.3. Buritis

O município foi criado no dia 27 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 649, assinada pelo então governador Valdir Raupp de Mattos. Sua formação territorial deveu-se pelos desmembramentos dos municípios de Porto Velho e Campo Novo de Rondônia. A denominação Buritis vem do plural de buriti (*Mauritia vinifera*), uma palmeira muito abundante por toda a região. Tem como limites ao norte, Porto Velho; ao sul, Campo Novo de Rondônia; a leste, Alto Paraíso, Ariquemes e Monte Negro; e a oeste, Nova Mamoré e o Distrito de Jacinópolis. Atualmente apresenta área territorial de 3.265,814 km² e densidade demográfica 9,92 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.4. Cacaulândia

Oriunda do Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra, a região é um importante polo produtor de cacau e seu nome está ligado ao fruto do cacaueiro (*Theobroma cacao*). Apesar de ter o projeto de emancipação contido nas Disposições Transitórias da Constituinte de Rondônia de 1989, somente foi transformado em município através da Lei nº 374, 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho. Tem sua área desmembrada do município de Ariquemes em 1992 (cnm.org.br). Limita-se ao norte, com Ariquemes; ao sul, Governador Jorge Teixeira; a leste, Jaru; e a oeste, Monte Negro. Atualmente apresenta área territorial de 1.961,781 km² e densidade demográfica 2,92 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.5. Campo Novo de Rondônia

O município foi criado pela lei nº 379, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Porto Velho. Campo Novo surgiu no entorno de uma nova pista de pouso construída na região de garimpo entre Ariquemes e Nova Mamoré, que ficou conhecido como o novo campo de pouso. O sufixo Rondônia foi necessário por já existir homônimo no Rio

Grande do Sul. Tem como limite ao norte, o município de Buritis; ao sul, Guajará-Mirim; a leste, Governador Jorge Teixeira e Monte Negro; e a oeste, Nova Mamoré. Atualmente apresenta área territorial de 3.442,010 km² e densidade demográfica 3,68 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.6. Cujubim

Com 3.864,07 km² limita-se ao norte, com Porto Velho; ao sul, com Rio Crespo; a leste, com Machadinho do Oeste; e a oeste, com Itapuã do Oeste. Surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), do Projeto de Assentamento Cujubim e recebeu o mesmo nome do Projeto. Atualmente apresenta uma densidade 4,10 hab/km² (IBGE, 2010). O município foi criado pela Lei Estadual nº 568, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho. Apresenta áreas de Rio Crespo e Itapuã do Oeste. Cujubim (Pipile kujubi) é também o nome de uma ave da região. Sua economia se baseia na agricultura, pecuária e madeireira. Sendo que esta última tem passado por crise, principalmente pela ação dos órgãos públicos em promover uma maior fiscalização coibindo a ilegalidade da atividade predatória nas indústrias e, conseqüentemente, seu fechamento. Provavelmente tal ação favorecerá a migração dos trabalhadores.

1.1.1.7. Machadinho do Oeste

O município de Machadinho surgiu de um dos projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos municípios de Ariquemes e Jaru. Situa-se no vale do rio Ji-Paraná, tendo todo o seu território atravessado de sul para o norte pelo rio Ji-Paraná. O rápido crescimento populacional e desenvolvimento econômico decorrente das atividades agrícolas exigiram autonomia política e administrativa. A área do Projeto de Assentamento Machadinho foi elevada à categoria de município, com sede no povoado do mesmo nome com status de cidade. O seu nome é em homenagem ao rio Machado. O município foi criado em 11 de maio de 1988, através da Lei nº 198, assinada pelo governador

Jerônimo Garcia de Santana, com áreas desmembradas dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. Atualmente apresenta área territorial de 8.509,320 km² e densidade demográfica 3,66 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.8. Monte Negro

A exemplo de outros municípios do estado de Rondônia, Monte Negro surgiu como NUAR do PAD Marechal Dutra, com o nome de Boa Vista. Na impossibilidade de se conservar o nome original, em virtude da capital de Roraima, em 1989 os moradores escolheram o nome Monte Negro em alusão a um acidente geográfico existente no local (<http://www.ibge.gov.br>). O projeto de emancipação foi incluído ainda nesse ano nas Disposições Constitucionais Transitórias (DCTs), mas foi emancipado apenas em 13 de fevereiro de 1992, pela Lei nº 378, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho. Tendo área desmembrada de Ariquemes limita-se ao norte, com Ariquemes; ao sul, Governador Jorge Teixeira; a leste, Cacaulândia; e a oeste, Buritis e Campo Novo de Rondônia. Atualmente apresenta área territorial de 1.931,381 km² e densidade demográfica 7,30 hab/km² (IBGE, 2010).

1.1.1.9. Rio Crespo

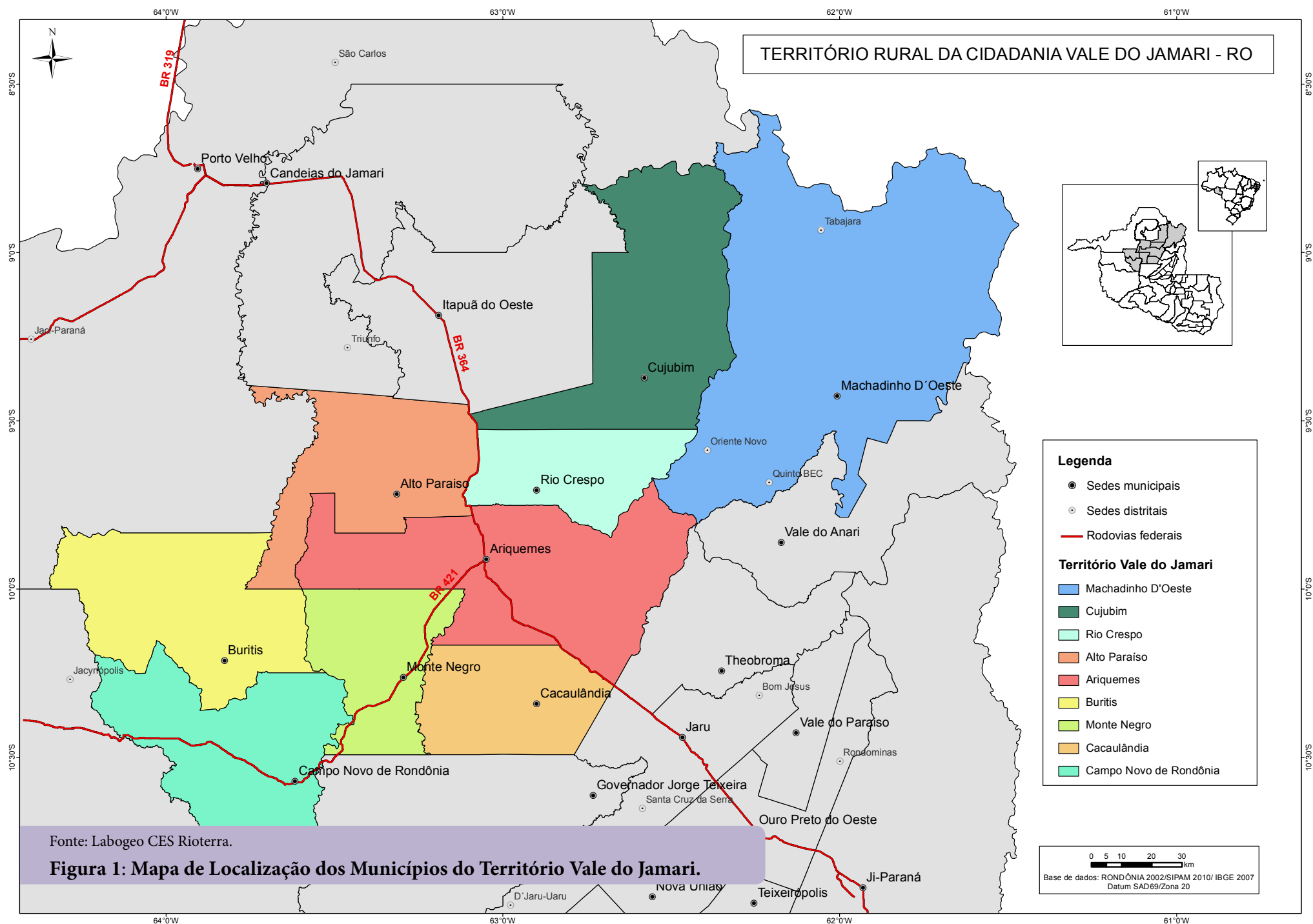
Surgiu como NUAR do Projeto de Colonização Marechal Dutra, com o nome de Cafelândia devido à região ser produtora de café (*Coffea arabica*). Quando da Constituinte Estadual, visando à criação do município, por sugestão do IBGE-RO foi apresentado pelo relator Amizael Silva o nome de Rio Preto do Crespo, logo simplificado para rio Crespo. Esse nome é oriundo do rio que corta as terras do latifundiário, senhor José da Costa Crespo, ainda no antigo Território Federal de Rondônia. Como município foi criado pela Lei Estadual nº 376, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana. Limita-se ao norte, com Cujubim; ao sul, com Ariquemes; a leste, Machadinho do Oeste e Ariquemes; e a oeste, Alto Paraíso. Atualmente apresenta área territorial de 1.717,642 km² e densidade demográfica 1,93 hab/km² (IBGE, 2010).



1.1.2. Localização Geográfica

Geograficamente está localizado na região nordeste do Estado de Rondônia, fazendo divisa com o território Madeira Mamoré, ao norte; com o território central, ao sul; com o Estado de Mato Grosso, ao leste e com os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, ao oeste. Esses últimos pertencentes ao território Madeira Mamoré, conforme Figura 1.

TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA VALE DO JAMARI - RO



Fonte: Labogeo CES Riorterra.

Figura 1: Mapa de Localização dos Municípios do Território Vale do Jamari.

Possui uma população estimada em 222.668 habitantes (IBGE, 2010), distribuída entre a zonal rural e urbana. Ênfase aos 73.898 habitantes da área rural, onde destacam-se 16.020 agricultores familiares e 15.842 famílias assentadas. Esse total de população rural corresponde a 39,17% da população do território, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) médio de 0,72 (MDA, 2010).

A área do território está totalizada em 32.141,20 km², correspondendo a 13,53% da área do estado de Rondônia. Compõe o território nove (9) municípios: Campo Novo de Rondônia, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Rio Crespo, Alto Paraíso, Buritis, Cacaupândia, Cujubim e Monte Negro, apresentando divisão territorial conforme Quadro 1.

Quadro 1: Divisão territorial do Brasil e limites territoriais.

Nome/Mesorregião	Nome/Microrregião	Nome/Município	Nome/Distrito
Leste Rondoniense	Ariquemes	Ariquemes	Ariquemes
Leste Rondoniense	Ariquemes	Machadinho do Oeste	Machadinho do Oeste
Leste Rondoniense	Ariquemes	Machadinho do Oeste	Tabajara
Leste Rondoniense	Ariquemes	Machadinho do Oeste	Quinto BEC
Leste Rondoniense	Ariquemes	Machadinho do Oeste	Oriente Novo
Leste Rondoniense	Ariquemes	Rio Crespo	Rio Crespo
Leste Rondoniense	Ariquemes	Alto Paraíso	Alto Paraíso
Madeira-Guaporé	Porto Velho	Buritis	Buritis
Leste Rondoniense	Ariquemes	Cacaupândia	Cacaupândia
Madeira-Guaporé	Porto Velho	Campo Novo de Rondônia	Campo Novo de Rondônia
Madeira-Guaporé	Porto Velho	Cujubim	Cujubim
Leste Rondoniense	Ariquemes	Monte Negro	Monte Negro

Fonte: DTB/IBGE, 2007/2010.

A evolução urbana dos municípios que compõem o TVJ, de acordo com Santos (2002) é definida como 2ª geração (Ariquemes), e os demais municípios pertencentes à 3ª geração, sendo que todos são decorrentes de projetos de colonização. O território vale do jamari está organizado em três microbacias². Foram criadas pelos atores sociais do TVJ para facilitar as ações no território, garantindo a permanência da diversidade e da identidade local. Procurou-se interligar três municípios em cada uma, conforme a proximidade dos mesmos, organizam-se da seguinte forma:

- Microbacia I: Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaulândia.
- Microbacia II: Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro.
- Microbacia III: Cujubim, Machadinho e Rio Crespo.

Em cada microbacia existe um polo concentrador, sendo Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste, respectivamente. Em cada um deles existe uma central de comercialização³ para expandir a produção do território.



2 Assim chamadas pelos membros do colegiado, não havendo semelhança com questões hidrográficas.

3 As centrais estão desativadas temporariamente.



CAPÍTULO II

CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL DO VALE DO JAMARI

2.1. Desenvolvimento Territorial

O Programa Territórios da Cidadania tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico por meio da consolidação de programas básicos de cidadania aos agricultores e agricultoras familiares do país. Tais ações buscam o desenvolvimento territorial sustentável através da participação social e a integração de ações entre o Governo Federal com os municípios que compõem os territórios. A participação social é fundamental para a consolidação do Programa Território da Cidadania e, conseqüentemente, o fortalecimento dos territórios.

A articulação entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federais torna possível a autogestão proporcionando o desenvolvimento cujas iniciativas e sustentação das ações sociais e rurais partem das próprias organizações dos trabalhadores rurais. Tem-se um programa voltado para atender àqueles que necessitam e farão uso dele.

A aplicação do Programa parte da concepção de território como unidade a partir da semelhança dos espaços ambientais, culturais e sociais. Compreende ainda, a complexidade da identidade humana intercalada em todos esses espaços de vivências do ser humano. Nesse sentido, podem-se aplicar territorialmente financiamentos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contribui para o fortalecimento e desenvolvimento dos municípios dos territórios da cidadania; os Programas Luz para Todos, Bolsa Família e Programas de Saúde da Família.

Hoje o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atua

em 164 territórios rurais no país, dos quais 120 se constituíram em territórios da cidadania; 60 territórios a partir do ano de 2009 e mais 60 no ano de 2010. O estado de Rondônia apresenta quatro territórios, sendo três territórios da cidadania, são eles: central (2008), madeira mamoré e vale do jamari (2009). O território rio machado se caracteriza como território rural.

O território vale do jamari (TVJ) passou a existir a partir de 29 de junho de 2003, nomeado e determinado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS/RO. Caracterizado por dois caminhos: a) a luta pela posse da terra e b) maior número de assentamentos de reforma agrária implantados no estado. Problemas ambientais em consequência da quantidade de extração de madeira, do garimpo de cassiterita e invasão de reservas extrativistas para exploração e destruição são alguns dos entraves no território. Em contrapartida, apresenta um espaço social e cultural rico e dinâmico que proporcionou à agricultura familiar a possibilidade de várias alternativas para o desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade, como é o caso das reservas extrativistas (RESEX) estaduais e os Sistemas Agroflorestais que são alternativas à exploração sustentável dos recursos naturais.

O território vale do jamari foi constituído coletivamente envolvendo os atores sociais interessados a partir das discussões sobre desenvolvimento territorial rural, fomentado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em junho de 2003, que resultaram em ações voltadas para o processo de planejamento das demandas sociais e econômicas buscando a formação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável para agricultura familiar.





CAPÍTULO III



CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS

3.1. Dimensão Sociocultural Educacional

3.1.1. Demografia

É imprescindível destacar que a diversidade sociocultural reflete na dinâmica territorial e populacional, considerando tratar-se de um espaço característico de “fronteira econômica”, com o tempo médio de ocupação populacional de 25 anos de colonização. Não pode deixar de ser mencionado que o TVJ abriga ainda populações extrativistas, ribeirinhos e pescadores, estes contribuem para a formação e disseminação cultural do território por meio de seus trabalhos.

Em decorrência do processo de colonização, o maior efetivo populacional encontra-se no município de Ariquemes, seguido por Buritis e Machadinho. O menor encontra-se em Cacaulândia e Rio Crespo. Diante disso, pode-se pensar em políticas públicas que contemplem efetivamente a população dos municípios do TVJ, dado a heterogeneidade socioeconômica (Tabela 1).

Tabela 1: Total de Habitantes por Idade.

Município	Total (1)	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Alto Paraíso	17.135	296	1 139	1720	1 950	1 684	1 407	1 402	1 362	1366	1162	961	808	589	467	363	238	139	103
Ariquemes	90.353	1 475	5 795	8 286	9256	9005	8 981	8458	7668	6944	6416	5042	3898	2999	2151	1523	1104	691	625
Buritis	32.383	608	2 349	3 335	3 487	3 290	2967	3 068	2838	2393	2045	1627	1393	1016	737	555	338	187	150
Cacaulândia	5.736	80	405	566	614	547	466	479	460	429	384	305	253	249	159	141	102	59	38
Campo Novo de Rondônia	12.665	243	932	1 366	1 401	1 268	1 046	1 121	1000	928	853	684	635	431	304	189	132	77	55
Cujubim	15.854	327	1 240	1 770	1 787	1 639	1 330	1 525	1367	1152	1022	775	655	501	344	201	135	65	39
Machadinho do Oeste	31.135	551	2 329	3 136	3 389	3 146	2 708	2 752	2585	2174	1960	1700	1449	1154	788	564	392	243	154
Monte Negro	14.091	225	969	1 454	1 609	1 390	1 123	1 218	1147	1000	885	751	619	541	386	318	230	133	93
Rio Crespo	3.316	57	217	318	346	288	259	293	258	235	226	229	152	127	100	76	68	36	31
Total	222.668	3 862	15375	21951	23 839	22258	20 287	20316	18685	16621	14953	12074	9842	7607	5436	3930	2739	1630	1288

Fonte: IBGE, 2010.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados

O TVJ apresenta um ligeiro predomínio do gênero masculino sobre o feminino, tanto na zona rural quanto na urbana, sendo a exceção, a população feminina urbana, em Rio Crespo (Tabela 2). Quanto à ruralidade do TVJ identificou-se 89% de ruralidade, ou seja, 78.708 moradores rurais, perfazendo 16.020 famílias agricultoras, 182 pescadores e 15.842 famílias assentadas (IBGE, 2007 e 2010; ADHB, 2002).

Verifica-se que nos municípios com menores densidades populacionais como Alto Paraíso, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Rio Crespo e ainda Machadinho do Oeste e Rio Crespo, este como exceção, apresentam o maior número de habitantes que residem na área rural, confirmando a argumentação de serem municípios eminentemente dependentes do setor primário e marcados pela presença da agricultura familiar.

Tabela 2: População recenseada, por situação do domicílio e sexo.

TVJ	População recenseada, por situação do domicílio e sexo - Taxas de Urbanização e Ruralidade										
	Total			Urbana				Rural			
	Total Municipal	Homem (H)	Mulher (M)	Total Urbano	Homem (H)	Mulher (M)	% Urbano	Total Rural	Homem (H)	Mulher (M)	% Rural
Alto Paraíso	17135	9022	8113	8.202	4.152	4.050	47,87	8.933	4870	4.063	52,13
Ariquemes	90353	45543	44810	76525	38030	38495	84,7	13828	7513	6315	15,3
Buritis	32383	16741	15642	18122	9117	9005	55,96	14261	7624	6637	44,04
Cacaulândia	5736	2965	2771	2069	1008	1061	36,07	3667	1957	1710	63,93
Campo Novo de Rondônia	12665	6768	5897	3371	1709	1662	26,62	9294	5059	4235	73,38
Cujubim	15.854	8457	7396	11.043	5761	5282	69,65	4810	2696	2114	30,34
Machadinho do Oeste	31.135	16536	14599	16173	8267	7906	51,94	14962	14962	6693	48,06
Monte Negro	14091	7408	6683	7390	3714	3676	52,44	6701	3694	3007	47,56
Rio Crespo	3316	1767	1549	1064	524	540	32,09	2252	1243	1009	67,91
TOTAL	222.668	115.207	107.460	143.959	72.282	71.677	64,65	78.708	49.618	35.783	35,73

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico - IBGE, 2010.

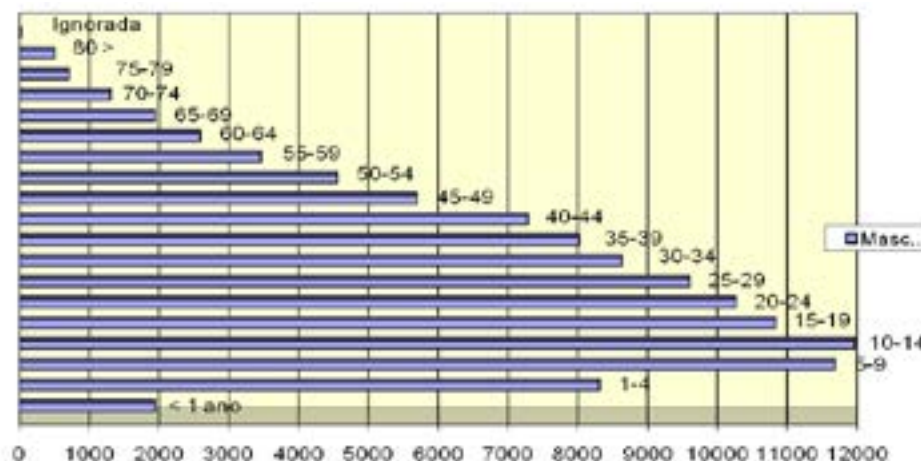
Ariquemes por sua vez, como centro econômico dinâmico e modernizador do TVJ, tem mais de 2/3 morando na área urbana do município, mas é possível vislumbrar que uma parcela considerável da economia esteja relacionada com o setor primário, isto porque em seu espaço territorial percebe-se a presença de várias empresas cerealistas, agropecuárias e madeireiras que se utilizam predominantemente de matéria-prima advinda do campo.

Em termos de distribuição populacional, consta-se que Ariquemes e Buritis, em 2007 e 2009, detinham as maiores densidades demográficas seguidas por Monte Negro. A explicação decorre por se tratar daquele com a menor extensão territorial no TVJ.

Comparados os dados de densidade demográfica entre os dois períodos elencados e analisados, evidencia-se que todos os municípios sofreram oscilação positiva, seja pela chegada de novos habitantes,

seja pela elevação de crescimento vegetativo. Quanto ao aspecto populacional urbano e rural (64,65% e 35,73% respectivamente), o TVJ apresenta pouca diferença podendo ser interpretado pela existência de uma interligação muito próxima entre o urbano e rural, isto principalmente porque parcelas dos habitantes urbanos mantêm estreita ligação através de propriedades e/ou negócios com o meio rural.

Em relação à faixa etária populacional, verifica-se no TVJ o predomínio dos jovens, isto é, entre 0-29 anos, que representa 60,50% de todo o efetivo populacional. Com isso caracteriza-se em um território em formação refletindo, inclusive, no que se refere à própria identidade territorial. Figuras 2 e 3 apresentam os dados por gênero e faixas de idade.

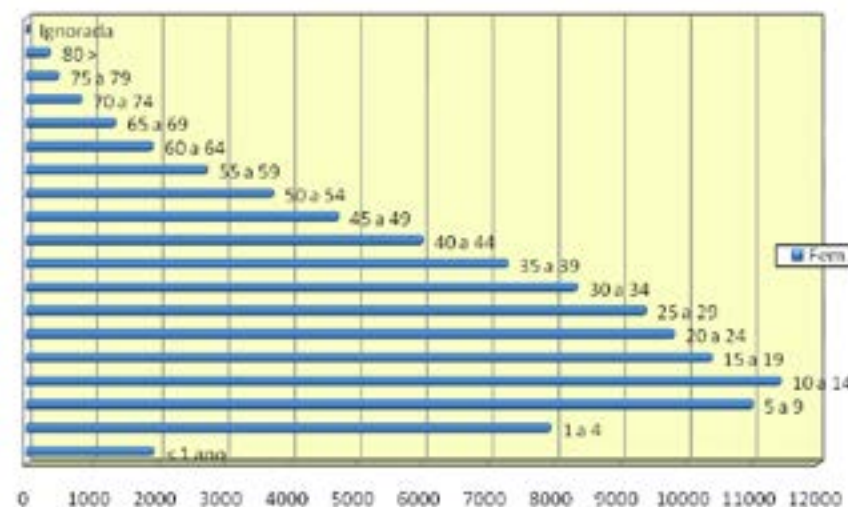


Fonte: IBGE, 2007.

Figura 2: População masculina por idade.

A dinâmica evolutiva do incremento populacional de cada um dos municípios é demonstrada na Figura 4, em que se permite visualizar o comportamento interno e externo do TVJ, sinalizando que a mobilidade populacional está relacionada com a busca pelas oportunidades de trabalho e da melhoria da qualidade de vida.

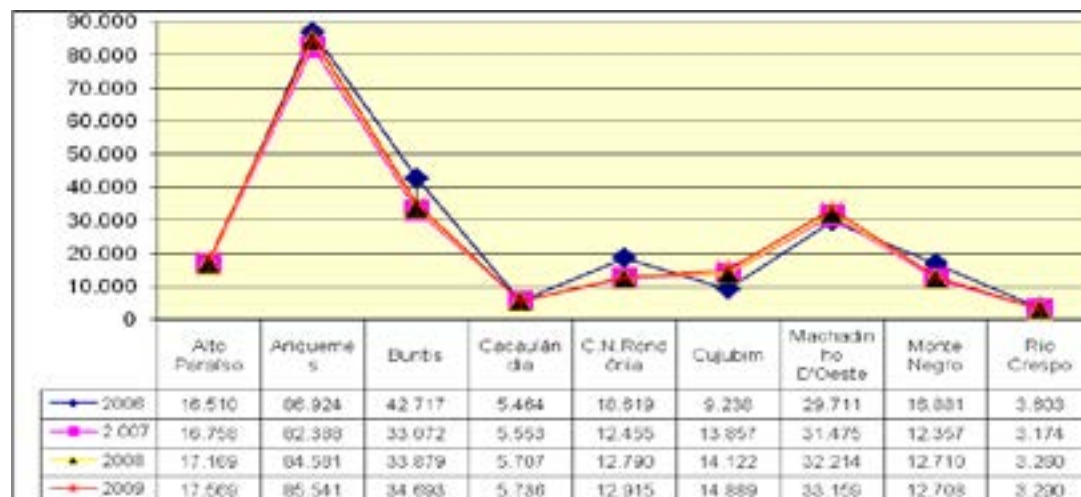
Em tal contexto, fica evidenciado que os municípios de



Fonte: IBGE, 2007.

Figura 3: População feminina por idade.

Ariquemes, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro e Rio Crespo sofreram mobilidade negativa no período de 2006-2009, ao que tudo indica com a saída de moradores para outras áreas pioneiras. Essa redução, pelo que conhecemos, está relacionada entre inúmeros fatores à diminuição do estoque madeireiro e à ação fiscalizadora dos órgãos ambientais em reprimir a extração e processamento ilegal da madeira.



Fonte: IBGE, 2007. Estimativas populacionais para o TCU, 2009.

Figura 4: Estimativa da População do Território Vale do Jamari em 2009.

Tomando-se por base a evolução do TVJ, no comparativo entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se no Quadro 4 que ocorreu uma atração populacional principalmente em Cujubim (112,01%), Machadinho do Oeste (38,42%), Buritis (28,85%) e Alto Paraíso (27,75%) (Tabela 3). Esse incremento de habitantes é explicado pela oferta de terras cultiváveis e ainda pela instalação de indústrias madeireiras no território. Sendo assim, pode-se identificar que a realidade em relação aos demais municípios do TVJ foi de incremento populacional.

Resgatando o processo de ocupação em Rondônia, o final dos anos 1970 até meados dos 1990 foi marcado pela chegada de migrantes em busca de oportunidades e terras, sendo o município de Ariquemes o que mais recebeu essa população. Uma nova corrente migratória para Rondônia está em marcha desde a metade da década de 2000 em virtude da construção das usinas hidrelétricas do Madeira, em Porto Velho, e ao que tudo indica terá continuidade com o início das obras de energia no rio Machado, no município de Machadinho do Oeste.

Tabela 3: Variação populacional.

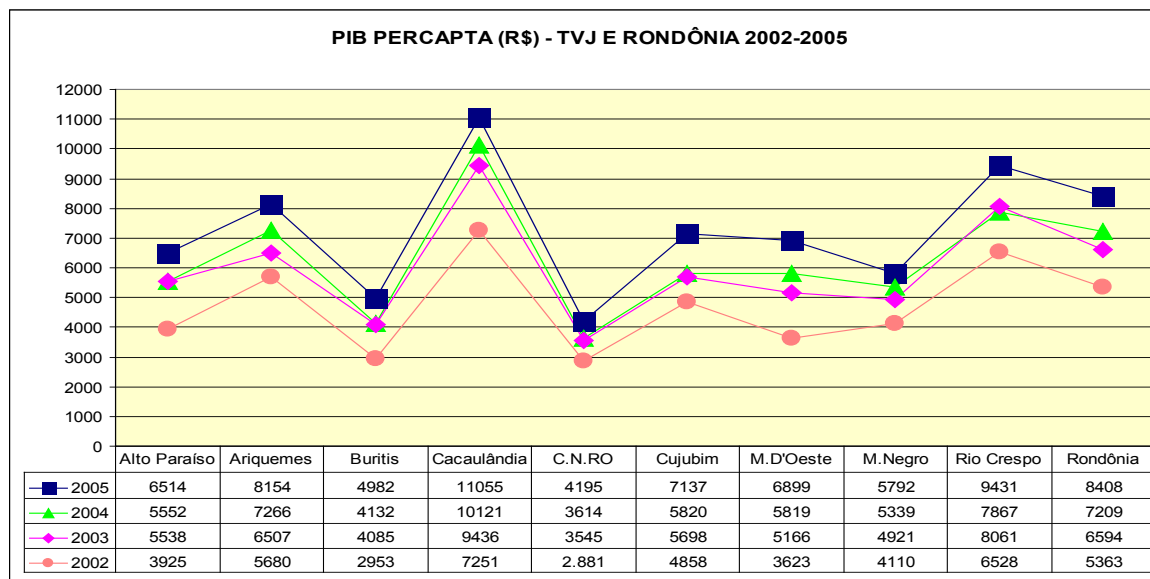
Município	População 2000	População 2010	Variação Populacional (2000 a 2010)
Alto Paraíso	13.118	17135	23,44
Ariquemes	74.503	90353	17,54
Buritis	25.668	32383	20,73
Cacaulândia	5.372	5736	6,34
Campo Novo de Rondônia	11.463	12665	9,49
Cujubim	6.536	15.854	58,77
Machadinho do Oeste	22.739	31.135	26,96
Monte Negro	12.627	14091	10,38
Rio Crespo	2.937	3316	11,42
Total Território	174.963	222.668	21,42

Fonte: IBGE 2007/2010.

A relação do incremento populacional no TVJ tem reflexo direto na elevação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios. É necessário enfatizar que nem sempre essa equação corresponde à distribuição de renda entre os habitantes do Território, uma vez que é perceptível a acumulação de riquezas por uma pequena parcela da população (Figura 5).

Identifica-se que os municípios do TVJ, ao longo do período analisado, obtiveram na média geral um desempenho crescente. Todavia, é necessária uma acuidade especial, em considerar os demais

elementos que compõem a economia, pois o que se verifica em municípios recém-criados e em novas fronteiras é que nos primeiros anos ocorre um aumento de receitas e, posteriormente, se manifesta a depressão levando ao adormecimento das atividades econômicas seguidas de picos não sustentáveis, como é o caso verificado com o setor madeireiro. No período em análise, Rio Crespo, por exemplo, passou por esse processo de expansão-retração-expansão, podendo ser creditado a essa relação com o setor madeireiro e ainda como reflexo da crise econômica que se abateu sobre o país.



Fonte: IBGE. PIB dos municípios, 2002/2005.

Figura 5: Evolução do PIB per capita do território vale do Jamari e Rondônia.

3.1.2. Cultura

A relação do TVJ com a cultura apresenta um quadro bastante diversificado e em processo de formação, o que se configura como não muito definida, além de ainda não possuir lugares tombados como patrimônio histórico e nem sítios arqueológicos podendo, inclusive, ser considerada a ausência de tradicionalismo eminentemente regional. No entanto, cumpre observar que algumas das práticas existentes possuem fulcro relacional com culturas de outras regiões do país, mas não prevalece a hegemonia de uma sobre a outra. Antes se apresenta como um mosaico que possibilitará o amadurecimento para a afirmação cultural com as características do território, até mesmo por se tratar de uma região de colonização caracterizada, ainda, pelo recém-avanço das “fronteiras econômicas”.

A condição de “fronteira econômica” carrega consigo não somente a colonização, mas também, a sobreposição da cultura, costumes, valores e éticas daqueles que se aproximam em contraponto aos que já se encontravam há tempos estabelecidos na região. No

contexto das estruturas existentes (obras físicas) relacionadas à cultura, uma parte considerável depende fundamentalmente dos incentivos financeiros do governo federal. Como exemplo, tem-se a biblioteca pública com beneficiário universal, órgão executor MinC, unidade executora: fundação biblioteca nacional, programa executado pelo governo estadual, municipal, entidades privadas sem fins lucrativos e movimentos sociais (MDA, 2008). Tal conquista é possível através de convênios e cooperações técnicas firmadas com os municípios do Território.

Conforme dados do IBGE (2006) e observações em campo em 2010 e 2011, fica evidenciado que Ariquemes é o município do TVJ com maior quantidade e aparelhamento de estruturas ligadas à cultura; enfatiza-se o complexo do bairro Marechal Rondon com o espaço cultural que, segundo a Secretaria Municipal de Cultura⁴, existe um museu com peças e fotos desde o início da criação do local. Ainda no complexo há um mirante com vista para o rio Jamari com passarela

de acesso ao rio, o Centro múltiplo e uma praça interligando todos os elementos do complexo cultural. Existe ainda, no município, o centro cultural com um teatro onde são ofertadas aulas de música, dança, teatro, capoeira, canto e pintura. Mesmo assim, essas estruturas culturais existentes como biblioteca, teatros, estádios de futebol não são suficientes para atender a demanda da própria cidade.

Se considerarmos os espaços onde podem ser realizadas atividades culturais, essa visão se amplia porque os ginásios de esportes das escolas urbanas e de várias escolas rurais oferecem possibilidades de interação entre as diversas comunidades. Nesse contexto, poderão ser considerados os espaços das igrejas católicas e protestantes, com seus salões para reuniões, confraternizações e eventos de interação social. Não deve ser menosprezado o efetivo dos grupos de expressões culturais do TVJ como os agricultores familiares e pescadores que através de socialização religiosa, festas, atividades de mutirão entre outras se constituem como fortes elementos de construção social refletindo diretamente no contexto cultural. A partir dessas constatações que expressam o meio rural, mas que se evidenciam e se operacionalizam no urbano, o TVJ é representado pelas atividades:

a) Festas do peão de boiadeiro e rodeios nos municípios ocorrem geralmente no período de estiagem geralmente de maio a setembro e quase sempre coincidem com a comercialização das safras pelos agricultores. Configura-se pela apresentação de shows de tendências musicais diversas, assim como a participação de artistas locais e regionais, ocasionalmente com nacionais.

b) Exposições agropecuárias, com destaque para a exposição agropecuária de Ariquemes (EXPOARI), uma das maiores de Rondônia e da região norte brasileira que mobiliza milhares de pessoas e gera vários negócios relacionados ao agronegócio. Nela ocorrem shows de músicas de várias tendências, sobretudo sertaneja, com artistas locais, regionais, nacionais e de nível internacional. Essas exposições seguem um calendário definido pelo estado e ocorrem entre junho a setembro;

c) Corrida de jéricko em Alto Paraíso, considerada a capital nacional desses veículos, com características rústicas e que atendem à demanda das atividades econômicas, tais como agricultura, pecuária e madeireira. A corrida é parte integral do calendário estadual e a cada

ano atrai inúmeros turistas, de modo que contribui para a economia de cidades como Alto Paraíso, Ariquemes e Rio Crespo. É preciso salientar que Alto Paraíso não conta com uma estrutura hoteleira capaz de atender a demanda quando da realização do evento. O período definido para a realização é chuvoso, com o espetáculo exigindo habilidade dos pilotos no barro e lama.

d) Campeonatos de pesca nas bacias hidrográficas do Jamari e Machado que atraem o público local e turistas. Ocasão em que concomitantemente se realiza concursos como a da “Garota Cachoeira”, em Machadinho do Oeste e o Festival de Praia, em Monte Negro. Estas atividades se realizam no período em que os rios estão com águas baixas, entre os meses de junho e setembro.

e) Realização de festas juninas que além de reinventar as tradições festivas incluindo danças e comidas típicas, possibilitam o congaçamento entre a população do território.

f) Balneários como a cachoeira do Vale do Rio Pardo (Cacaulândia); balneário Batistão, cachoeirinha Monte Cristo, prainha Sombra da Mata e Rio Quatro Cachoeiras (Ariquemes).

g) Festas religiosas de padroeiros (as) dos municípios - acontecem de acordo com o aniversário dos municípios ou ainda nos dias de homenagem aos santos.

h) Feira do produtor de Ariquemes e feiras locais se constituem como referencial para a população e servem para estreitar os laços de amizade e estabelecimento de parcerias e negócios.

Pelo apresentado tem-se uma ideia nítida que a cultura do TVJ está diretamente interligada ao meio rural, sendo esse um importante indicador de desenvolvimento local. Portanto, a maior parte das sedes municipais depende dos aspectos relativos à ruralidade para a promoção econômica, social, ambiental e política. Daí a sua inegável importância para o território e a necessidade da valorização da agricultura familiar.

3.1.3. Esporte e Lazer

Identifica-se no território ações de esporte e lazer realizadas através de eventos esportivos e diversas atividades inerentes à área. Para tanto, há a necessidade de espaços físicos com infraestrutura adequada para as práticas esportivas e o que se verifica em todos os municípios do TVJ é a presença de praças públicas para essas atividades.

Nesse sentido, o município de Cacaulândia, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura informou que existe 1 praça chamada Pioneiros, arborizada e iluminada. Nela ocorre a maioria dos eventos do município, sendo que no centro contém a biblioteca local. Há ainda 2 quadras poliesportivas cobertas e 1 estádio municipal de futebol; nesses locais são realizados campeonatos de futebol, futebol society e vôlei, além do campeonato de MotoCross, que acontece uma vez ao ano. O campeonato de MotoCross, evento característico no estado todo, ocorre também nos municípios de Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste e vale para as etapas de classificação a nível estadual, e eventualmente, nacional.

Outro esporte presente em todos os municípios é o futebol, que contempla desde campeonatos de futsal a futebol de areia. Esse é o tipo de esporte que envolve tanto os grupos rurais como urbanos existindo, inclusive, campeonato de futebol entre linhas ou entre associações.

3.1.4. Educação

A realidade da educação experimentada no TVJ indica evoluções se considerarmos as taxas de analfabetismo existentes no território. Os números encontrados demonstram que uma boa parcela da população acima de 30 anos não teve acesso ao processo de aprendizagem formal.

Isso pode ser atribuído a diversos fatores, dos quais destacamos: a) por se tratar de uma fronteira econômica verificada entre as décadas de 1970-1990, grande parcela da população, especialmente a mais idosa, chegou à região sem alfabetização e concentrou suas ações em atividades agrícolas; b) nas novas regiões de colonização e nos municípios com emancipação político-administrativa recente, as estruturas não permitiram a instalação imediata de escolas, aliando-se ainda à escassez de recursos humanos; e c) vários dos migrantes recém-chegados, por questão cultural, não entendiam a educação como prioridade nem vislumbravam o enriquecimento - focavam-se no desenvolvimento das propriedades rurais, onde o trabalho constituía-se como o meio mais importante de ascensão econômica.

Tomando-se por base as informações disponíveis na Tabela 4, a diminuição das taxas de analfabetismo praticamente ocorreu em todas as faixas etárias dos municípios que compõem o TVJ. Algumas exceções foram percebidas com o incremento de analfabetismo nas faixas de 15 anos ou mais (Machadinho do Oeste); 15-19 (Monte Negro); 20-24 (Cujubim, Machadinho do Oeste e Monte Negro), sendo a mais crítica 30-39 anos (Cacaulândia, Machadinho do Oeste), conforme IBGE (1996 e 2000).

Tabela 4: Taxas de analfabetismo de 1996 e 2000.

Município	Ano	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Alto Paraíso	1.996	21.2	6.9	7.8	10.4	16.6	32.3	53.4
	2.000	16.2	4.1	5.5	7.8	13.6	20.5	42.5
Ariquemes	1.996	13.9	3.3	4.6	6.6	10.8	20.7	42.5
	2.000	11.8	2.4	4.1	5.3	9.1	16.1	35.0
Buritis	2.000	14.1	3.3	4.9	6.7	13.0	23.1	40.4
Cacaulândia	1.996	17.8	4.0	6.3	8.8	13.2	25.4	48.0
	2.000	16.0	3.0	6.0	6.9	14.2	21.0	41.7
Campo Novo de Novo	1.996	19.6	4.5	5.4	9.6	17.1	31.0	52.9
	2.000	17.9	4.4	6.1	8.9	15.4	27.9	48.5
Cujubim	2.000	17.9	5.6	8.6	8.9	18.4	26.2	42.5
Machadinho do Oeste	1.996	14.7	4.3	4.9	7.8	10.9	25.5	44.1
	2.000	16.4	4.3	5.0	7.4	16.0	22.4	42.2
Monte Negro	1.996	18.3	3.3	5.5	10.9	13.9	28.9	51.7
	2.000	16.5	3.8	6.7	7.5	12.5	22.8	44.0
Rio Crespo	1.996	20.1	4.9	6.9	9.4	15.3	32.9	52.3
	2.000	16.0	4.2	4.7	5.9	13.5	23.6	38.3

Fonte: IBGE, 2000.



Outra informação que deve ser demonstrada é o número de estabelecimentos de ensino do TVJ dividido em escolas no meio urbano e escolas no meio rural. Lembrando que os alunos das escolas do meio rural necessitam de transporte escolar que, em pesquisa de campo, foi informado haver problemas com ônibus quebrados e/ou enferrujados. Foram apontados, ainda, problemas quanto ao horário que o veículo pega os alunos, pois, em alguns casos corresponde às 05h horas da manhã fazendo com que o aluno permaneça dentro do ônibus num período de duas horas até chegar à escola. Ressalta-se que o número elevado de estabelecimentos deve-se ao fato de que uma mesma instituição pode atender várias modalidades de ensino, entretanto, como afirmamos anteriormente, esses dados não refletem claramente a realidade em decorrência da polarização do ensino. No caso de Ariquemes percebe-se que a educação também se desenvolve na modalidade integral (Tabela 5).

Tabela 5: Estabelecimentos de ensino.

Alto Paraíso				Ariquemes			Buritis			Cacaulândia			Campo Novo Rondônia			Cujubim			Machadinho do Oeste			Monte Negro			Rio Crespo		
Nível	Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino			Nº Estabelecimento de Ensino		
	Urb (a)	Rural (b)	Total (c)	A	B	c	a	B	c	a	b	C	a	B	c	a	B	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c
Regular Creche	1	0	1	3	0	3	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	0	1	-	-	-	1	0	1	1	0	1
Regular Pré-Escola	1	0	1	7	1	8	3	0	3	1	0	1	2	5	7	1	0	1	3	0	3	3	0	3	1	0	1
Regular- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2	42	44	15	27	42	4	70	74	1	6	7	1	23	24	2	3	5	4	39	43	2	6	8	1	3	4
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	1	7	8	7	6	13	1	5	6	0	2	2	1	5	6	1	3	4	2	9	11	2	4	6	1	0	1
EJA - Anos Iniciais do EF/Pres.	1	0	1	10	18	28	4	4	8	1	2	3	1	0	1	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1
EJA - Anos Iniciais e Ensino Fundamental/Semi Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Anos Finais do Ensino Fundamental/ Presencial	1	0	1	4	0	4	4	0	4	-	-	-	-	-	-	1	0	1	-	-	-	-	-	-	1	0	1
EJA - Anos Finais do Ensino Fundamental/Semi Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA – Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regular – Ensino Fundamental - Turmas Multi/Cor. de Fluxo	0	36	36	-	-	-	0	70	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	0	1	1

Fonte: INEP, 2009. Censo Escolar.

Em relação às escolas com laboratório de informática, estão presentes apenas nos municípios de Ariquemes, Cujubim, Machadinho do Oeste e Monte Negro. Pelo que se evidencia tratam-se de escolas polos. Essa realidade é bem diferente da encontrada na atualidade. Embora não existam dados oficiais é informalmente divulgado que

Ariquemes conta com aproximadamente 95% da rede escolar municipal devidamente informatizada (Tabela 6). É importante enfatizar que não existe aferição de como se desenvolve o atendimento e nem como ocorre o acesso pela comunidade escolar.

Tabela 6: Escolas com laboratório de informática.

TVJ	Total	Dependência Administrativa								
		Federal		Estadual		Municipal		Particular		
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Alto Paraíso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ariquemes	9	0	0	0	2	0	1	0	6	0
Buritis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cacaulândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Novo de Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cujubim	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Machadinho do Oeste	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Monte Negro	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Rio Crespo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Território	11	1	0	0	3	0	1	1	7	0

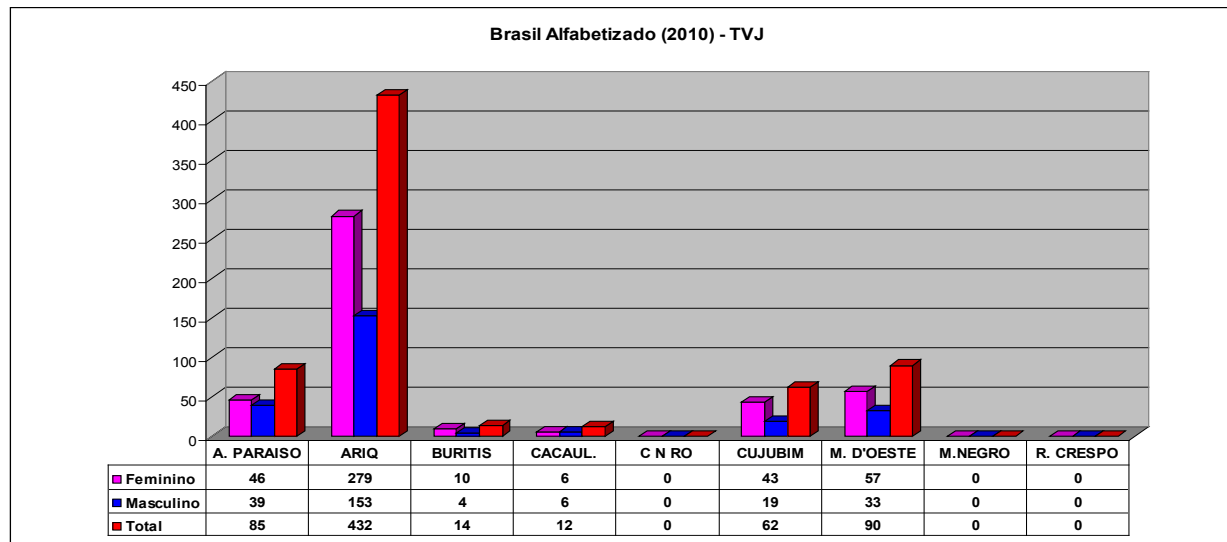
Fonte: IBGE, 2006.

Quanto aos índices de desenvolvimento da educação, o território vale do jamari, nos períodos analisados 2005, 2007 e 2009, apresenta-se em evolução superando as metas estabelecidas pelo ministério da educação (MEC), embora os municípios de Cacaulândia e Rio Crespo em 2007, e Monte Negro em 2009, tenham se posicionado abaixo dos parâmetros estabelecidos pelo MEC (2009), com os seguintes índices respectivamente: 3.5, 3.0 e 3.8.

Computando-se à média geral estabelecida para cada um dos municípios do TVJ, esses dados podem ser ampliados através de formação, capacitação e valorização das equipes, lembrando que a maioria dos municípios que compõe o território firmou cooperação técnica com o Programa Educação para Todos, para que os índices atinjam a média nacional igual ou superior a 06 (seis) (INEP e ENEM, 2007).

Com relação ao desempenho no ENEM, verifica-se constitucionalmente que a responsabilidade dos municípios é com o ensino fundamental, logo, o que é retratado no ENEM é o ensino médio, promovido pelo Estado e este se encontra abaixo da média nacional das escolas públicas, definida pelo MEC. Inclusive abaixo das escolas particulares como se constata no caso de Ariquemes (INEP e ENEM, 2007).

Os dados apresentados na figura 6 demonstram por gênero a relação de alfabetizados em cada município do território. Indiferente a esses dados, o TVJ deve-se atentar para restabelecer a dignidade e cidadania de importante parcela excluída da sociedade, acima de 15 anos, e que não tiveram oportunidade de acesso à educação formal e evitar que isso ocorra novamente, sejam homens ou mulheres.



Fonte: MEC, 2010.

Figura 6: Brasil Alfabetizado.

A questão sobre o acesso à escola parece ser uma problemática praticamente resolvida. Isto porque a universalização e oportunidades de acesso têm sido bastante amplas, seja por parte do estado, seja dos municípios, com incentivo de bolsas (inclusive Bolsa Família, PROJOVEM, PROUNI) e oferecimento de transporte escolar, uniforme, merenda escolar e material didático. Observa-se no TVJ que o acesso à educação é universal, com oferta de ensino nos períodos diurno e noturno (INEP/Censo Educacional, 2010). Porém, verifica-se a existência de questões estruturais e conjunturais que atingem diretamente o território, tais como: a) falta de valorização; b) falta de plano político estratégico para o território priorizando o setor agrícola; c) transporte escolar precário; e d) a ausência de escolas funcionando dentro dos padrões mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação, entre outros.

Os dados do INEP/EDUCACENSO (2001, 2005 e 2007)

revelam que no TVJ as taxas de aprovação, reprovação e abandono não conseguem atender as expectativas dos educandos e famílias, especialmente nas séries iniciais, sendo explicado em parte pelas transformações psicossociais, amplificadas na adolescência; e pelo encontro com o “desconhecido”, além do que a escola não atingiu o nível de qualidade almejada. Todavia, existem sinais de melhorias nos índices, conforme os anos aqui referenciados (Tabela 7).

Embora se perceba uma diminuição nos indicadores de reprovação e abandono escolar, essa problemática resulta em múltiplos prejuízos, tanto para o aluno e suas famílias quanto para o poder público que necessita buscar outros investimentos de modo que possa suprir a demanda por vagas nas escolas. Ademais, a diminuição em tais indicadores não necessariamente implica afirmar que o aluno esteja obtendo a aprendizagem necessária para enfrentar os desafios na vida social e profissional.

Tabela 7: Aprovação, reprovação e abandono.

Município	Área	Ensino	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Alto Paraíso	Urbana	Médio	77.0	6.9	16.1
	Urbana	Fundamental	78.1	13.6	8.3
	Rural	Fundamental	81.6	12.7	5.7
Ariquemes	Rural	Fundamental	85.3	6.6	8.1
	Urbana	Fundamental	83.0	11.9	5.1
	Urbana	Médio	73.3	14.2	12.5
Buritiz	Urbana	Médio	64.0	9.2	26.8
	Rural	Fundamental	69.7	18.2	12.1
	Urbana	Fundamental	74.8	15.7	9.5
Cacaulândia	Urbana	Médio	85.3	6.1	8.6
	Urbana	Fundamental	86.5	4.2	9.3
	Rural	Fundamental	83.1	13.1	3.8
Campo Novo de Rondônia	Urbana	Médio	79.4	7.3	13.3
	Urbana	Fundamental	73.6	18.5	7.9
	Rural	Fundamental	66.8	16.1	17.1
Cujubim	Urbana	Médio	73.5	1.9	24.6
	Rural	Fundamental	67.9	23.1	9.0
	Rural	Médio	100.0	0.0	0.0
	Urbana	Fundamental	65.6	22.8	11.6
Machadinho do Oeste	Urbana	Médio	74.8	10.8	14.4
	Urbana	Fundamental	78.2	15.8	6.0
	Rural	Fundamental	53.2	17.0	29.8
Monte Negro	Urbana	Médio	82.5	2.8	14.7
	Urbana	Fundamental	78.9	11.9	9.2
	Rural	Fundamental	84.0	11.8	4.2
Rio Crespo	Urbana	Médio	79.7	2.5	17.8
	Urbana	Fundamental	83.5	6.0	10.5
	Rural	Fundamental	80.0	12.5	7.5

Fonte: edudatabrasil.inep, 2007.

Na análise dos dados, percebe-se certo equilíbrio entre os municípios do TVJ no que se refere às taxas de aprovação entre os ensinos praticados na zona rural e urbana. Entretanto, as taxas de abandono na cidade, na sua maioria, são superiores àquelas verificadas na zona rural. Quanto à taxa de reprovação, constata-se que em todos os municípios do TVJ está situada acima de 10%, implicando em grandes prejuízos tanto para as municipalidades quanto para as famílias e, principalmente para os alunos (Tabela 7).



Os períodos que correspondem a 2001, 2005 e 2007 (INEP, 2009) evidenciam melhora dos indicadores, mas não o suficiente para que o poder público deixe de ampliar o atendimento educacional no TVJ. Ao contrário, deverá fazer importantes investimentos com a adoção de novas políticas e a reavaliação das atuais. Em relação aos dados do ano

2009, expostos em INEP (2009), verifica-se que a média de alunos por sala de aula está dentro dos parâmetros recomendados pelo Ministério da Educação, bem como a média de permanência do educando em sala de aula. Todavia, ressalta-se que os discentes do EJA encontram-se com carga horária inferior ao ensino regular (Tabelas de 8 a 12).

Tabela 8: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Alto Paraíso e Ariquemes.

ALTO PARAÍSO											ARIQUEMES									
Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Rural (1)	Urb. (2)	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Média de alunos por turma	13,1	25,8	25,3	23,2	-	-	-	-	-	-	9,7	26,2	27,9	29,7	-	-	3,8	-	-	-
Média de horas-aula diária	4,1	4,2	4,0	4,0	-	-	-	-	-	-	4,2	5,0	4,1	5,1	-	-	2,8	-	-	-

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Tabela 9: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Buritis e Cacaulândia.

BURITIS											CACAUÂNDIA									
Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Rural (1)	Urbano (2)	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Média de alunos por turma	-	24,9	22,9	26,0	-	-	-	5,6	-	18,5	11,5	24,7	20,8	-	-	-	-	3,8	-	-
Média de horas-aula diária	-	4,1	4,5	4,3	-	-	-	2,6	-	2,0	4,2	4,3	4,2	-	-	-	-	4,0	-	-

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Tabela 10: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Campo Novo de Rondônia e Cujubim.

CAMPO NOVO DE RONDÔNIA											CUJUBIM									
Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Municipal		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Municipal		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Rural (1)	Urb.(2)	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	7,8	28,6	22,5	25,1	-	-	-	-	-	-	21,4	35,8	25,2	38,1	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	4,5	4,4	4,4	4,3	-	-	-	-	-	-	4,1	3,7	4,1	4,3	-	-	-	-	-	-

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Tabela 11: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária e diurno dos Municípios de Machadinho do Oeste e Monte Negro.

MACHADINHO DO OESTE											MONTE NEGRO									
Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Rural (1)	Urbana (2)	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	10,1	27,4	25,6	29,9	11,9	-	-	-	-	-	19,4	25,2	27,8	24,5	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	4,2	4,2	4,2	4,3	4,2	-	-	-	-	-	4,2	4,2	4,2	4,3	-	-	-	-	-	-

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Tabela 12: Oferta média aluno, turma e hora-aula, diária, diurno do Município de Rio Crespo.

RIO CRESPO										
Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do EF		EJA – Anos Finais do EF	
	Rural (1)	Urbano (2)	1	2	1	2	1	2	1	2
Média de alunos por turma	4,0	28,7	-	14,9	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	4,0	3,9	-	3,8	-	-	-	-	-	-

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Ainda com base nos dados do INEP (2009), com relação à formação dos professores que atuam no TVJ, existe um número expressivo que não possui licenciatura e/ou graduação. Logo, o quadro é composto por profissionais com nível médio e sem ensino médio,

sendo que esses atuam principalmente em escolas rurais, refletindo no educando, as consequências pela falta de formação do docente (Tabelas 13 e 14).

Tabela 13: Disponibilidade de docentes nos Municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia e Campo Novo de Rondônia.

Nível	Alto Paraíso						Ariquemes						Buritis						Cacaulândia						Campo Novo de Rondônia					
	Funções Docentes						Funções Docentes						Funções Docentes						Funções Docentes						Funções Docentes					
	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total
Regular - Creche	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regular P.Escola	1	0	0	3	0	4	5	0	7	21	0	33	2	0	1	7	2	12	0	0	2	5	0	7	7	0	1	6	0	14
Regular Ano Iniciais Ensino Fundamental	5	0	2	35	1	43	54	9	24	161	3	251	5	3	1	46	4	59	2	2	12	14	2	32	13	2	10	27	0	52
Regular Ano Finais do Ensino Fundamental	25	4	1	23	0	53	72	8	19	43	0	142	34	1	0	9	1	45	4	0	4	5	0	13	22	3	2	18	1	46
EJA Ano Iniciais do Ensino Fundamental Presencial	0	1	0	0	0	1	13	3	8	19	2	45	1	0	5	14	3	23	0	0	8	2	2	12	0	0	0	2	0	2
EJA Ano Finais do Ensino Fundamental/ Presencial	2	0	0	2	0	4	22	1	3	7	0	33	4	0	0	6	1	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regular – Ensino Fundamental - Turmas Multi/ Correção de Fluxo	3	0	4	26	6	39	0	0	0	0	0	0	0	1	6	41	18	66	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Legenda para funções docentes: c/Lic - com licenciatura; c/Gr - com graduação; c/EM - com ensino médio; c/NM - com normal médio; s/EM - sem ensino médio.

Tabela 14: Disponibilidade de docentes nos Municípios de Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo.

Nível	Cujubim						Machadinho do Oeste						Monte Negro						Rio Crespo					
	Funções Docentes						Funções Docentes						Funções Docentes						Funções Docentes					
	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ Lic	C/ Gr	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total
Regular – Creche	0	0	1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	5	0	0	0	0	0	0
Regular - Pré-Escola	0	0	2	3	1	6	4	0	1	7	0	12	0	0	1	5	0	6	0	0	1	4	0	5
Regular Anos Iniciais Ensino Fundamental	6	2	3	37	7	55	41	5	15	66	4	131	3	1	3	41	0	48	0	0	0	8	2	10
Regular Anos Finais do EF	15	3	3	14	0	35	45	6	7	36	0	94	15	5	4	35	1	60	2	0	0	8	0	10
EJA- Anos Iniciais do Ensino Fundamental/ Presencial	0	1	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
EJA - Anos Finais do Ensino Fundamental/ Presencial	3	2	0	3	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4	0	6
Regular Ensino Fundamental Turmas Multi Correção de Fluxo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ensino Médio	0	0	0	0	0	0	20	3	2	19	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Legenda para funções docentes: c/Lic - com licenciatura; c/Gr - com graduação; c/EM - com ensino médio; c/NM - com normal médio; s/EM - sem ensino médio.



Esse aspecto demanda a ação dos municípios em promover as devidas formações, de modo que promovam a qualidade de ensino na região, auferindo conhecimento, cidadania, oportunidades e qualidade de vida dos discentes e suas famílias, visto que a educação é a base para a ascensão social e econômica de um país. Daí a importância dessa política pública de formação e valorização dos docentes.

Ariquemes conta com 07 instituições de ensino superior, sendo:

FAEMA, FAEL, FIAR, UNIR, COC, IESUR e UNITINS. Destas, quatro são de educação à distância: FAEL, UNIR, COC e UNITINS. Em Buritis atendem a comunidade as instituições CEUCLAR e UNIR; em Machadinho do Oeste, UNOPAR. Em todas elas é possível ao educando ter aulas presenciais, semipresenciais e a distância, além da oferta variada de cursos de formação superior técnica, tecnológica e magistério (Quadros 2 a 5).

Quadro 2: Instituições de educação superior e cursos cadastrados.

Instituição Cursos Ariquemes	Faculdade Educacional da Lapa – FAEL (distância)	Faculdade de Educ. e Meio Ambiente – FAEMA (presencial)	Faculdades Integradas de Ariquemes - FIAR (presencial)	Universidade Fed. de Rondônia – UNIR (presencial e Pública)	Inst. de Ensino Superior – COC (presencial)	Inst. de Ensino Sup. de RO-IESUR (presencial)	Univ. do Tocantins – UNITINS (presencial e pública)
Agronomia	X	X	X	X	X	X	X
Análise de Sistema							X
Administração	X					X	
Ciências Biológicas			X				
Ciências Contábeis			X		X		X
Computação					X		
Direito						X	
Educação Física			X				
Enfermagem		X				X	
Engenharia de Alimentos				X			
Farmácia		X				X	
Física		X					
Fisioterapia		X					
Fundamentos de Práticas Judiciárias							X
Fundamentos Jurídicos							X
Geografia			X				
História			X				
Letras			X				X
Letras Espanhol			X		X		X
Letras Inglês			X				X
Matemática			X		X		X
Normal Superior	X						
Pedagogia	X		X	X	X	X	X
Psicologia		X				X	
Química		X					
Serviço Social							X
Sistema de Informação						X	
Sistema Internet						X	
Turismo			X		X		

Fonte: edudatabrasil/INEP, 2009.

Quadro 3: Instituições de educação superior e cursos cadastrados.

Cursos em Buritis	Centro Universitário Clarentiano – CEUCLAR (distância)	UNIR
Agronegócio	X	
Administração	<u>X</u>	
Administração Pública		X
Análise de Sistemas	X	
Artes	X	
<u>Biologia</u>	X	
Contábeis	X	
Ciências da Religião	X	
Ciências Sociais	<u>X</u>	
Ciências Exatas	X	
Ciências da Computação	X	
Designer Gráfico	X	
Educação Física	X	
Filosofia	X	
Geografia	X	
Gestão Ambiental	X	
Gestão de Qualidade	X	
Gestão de Tecnologia da Informação	X	
Gestão de Recursos Humanos	X	
Gestão de Peq. Média Empresa	X	
Gestão de Segurança Privada	X	

Quadro 3: continuação

Cursos em Buritis	Centro Universitário Clarentiano – CEUCLAR (distância)	UNIR
Gestão de Turismo	X	
Gestão de Financeira	X	
Gestão Pública	X	
História	X	
Hotelaria	X	
Letras	X	X
Letras Espanhol	X	
Letras Inglês	X	
Língua Portuguesa	X	
Logística	X	
Marketing	X	
Matemática	X	
Neg. Imobiliários	X	
Pedagogia	X	X
Processos Gerenciais	X	
Produtos de Multimídia	X	
Programa Esp. Formação de Docentes	X	
Secretariado	X	
Segurança do Trabalho	X	
Serviço Social	X	
Sistema Internet	<u>X</u>	
Teologia		

Fonte: EMEC/MEC, 2010.

Quadro 4: Instituições de educação superior e cursos cadastrados.

Cursos em Machadinho do Oeste	Universidade Norte do Paraná à Distância	Universidade Presencial
Matemática		X
Agronegócio	X	
Análise de Sistema	X	
Ciências Contábeis	X	X
Gestão Ambiental	X	
Gerencia Comercial	X	
Gestão de Recursos Humanos	X	
Gestão de Turismo	X	
História	X	
Letras	X	
Letras Português	X	
Marketing	X	
Normal Superior	X	
Pedagogia	X	
Processos Gerenciais	X	
Serviço Social	X	

Fonte: EMEC/MEC, 2010.

Quadro 5: Instituições de educação superior e cursos cadastrados.

Municípios	Instituições	Tipo	Cursos
Cujubim (*)	COEDA - Cooperativa Educacional Desenvolvimento da Amazônia – EADCON	Educação a Distância	Letras, Pedagogia, Matemática, Serviços Sociais, Administração e Ciências Contábeis

Fonte: ALMEIDA SILVA, 2009.

OBS: Esses dados não constam do banco de dados do Ministério da Educação e foram coletados em trabalho de campo quando da Análise Socioeconômica da Área de Concessão Pública – UMF III da Floresta Nacional do Jamari.

A educação superior ofertada no TVJ caracteriza-se por cursos a distância e semipresenciais, tutelados por funcionários e representantes de instituições públicas e, sobretudo, privadas. Em tal contexto, destaca-se a Universidade Federal de Rondônia, por ser a única instituição pública federal no TVJ que oferece curso presencial e possibilita a formação de professores.

Cumprir observar que o município de Ariquemes possui o maior número de cursos e instituições superiores, além do campus do instituto técnico federal de educação (IFRO), ciência e tecnologia de Rondônia voltado ao ensino técnico profissionalizante em virtude de contar com o maior efetivo populacional, sendo o centro econômico dinâmico e que exerce grandes influências sobre os demais municípios do TVJ.

Outra informação referente à educação no território é voltada para a demanda do campo, que é contemplada com o programa PRONATEC CAMPO, programa do Governo Federal, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, para o agricultor rural.

3.1.5. Segurança Pública

O principal problema da segurança pública⁵ enfrentado pelo TVJ está relacionado com o tráfico de drogas e seus desdobramentos. Em visita aos municípios, relatos tanto de agricultores e agricultoras como de policiais militares e civis abordaram situações como drogas em escolas rurais e nos municípios de Monte Negro, Cacaulândia e Buritis. Estes tidos como “rota” de droga entre a Bolívia e o sudeste do país. Acredita-se que a maconha e o craque são os principais tipos de drogas que circulam no TVJ.

Outra situação identificada quanto à violência rural é o assalto e o roubo. Este último cada vez mais frequente e, infelizmente, associado a homicídios. Assaltos caracterizados desde o furto de equipamentos para o trabalho agrícola até a produção de grãos ensacados e objetos domiciliares são comuns no TVJ. Ainda envolvendo a questão da violência, no caso da violência à mulher, o que se tem de recurso para combater esse problema em todo o território é a existência de 01 delegacia da mulher no município de Ariquemes, não atendendo a demanda e necessidade.

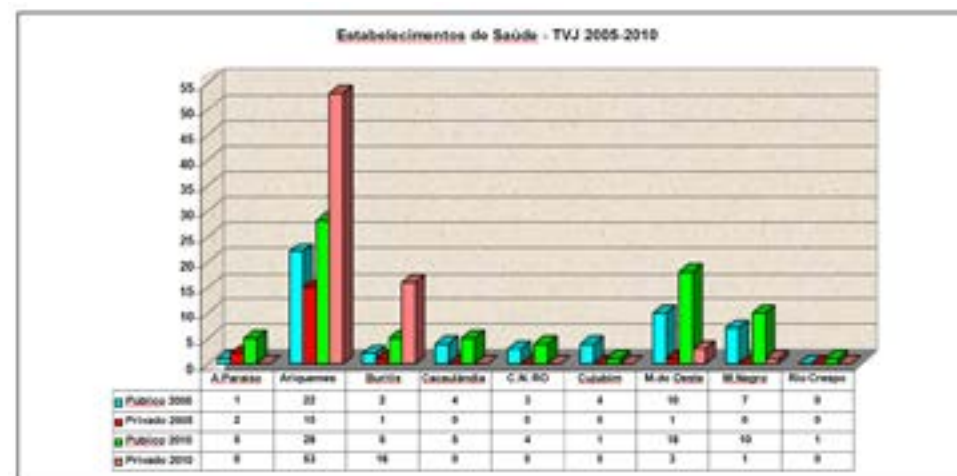
5 As informações referentes à segurança pública foram obtidas nos trabalhos de campo realizados, bem como nas oficinas territoriais, considerando a não disponibilidade de dados oficiais.

No que tange ao setor segurança, há o predomínio dos profissionais da Polícia Militar em relação aos da civil e bombeiros. Os primeiros profissionais estão presentes em todos os municípios do TVJ; os segundos e os terceiros apenas em Ariquemes, Machadinho do Oeste e Buritis. Tal situação demonstra a necessidade de políticas públicas específicas ao meio rural direcionadas para a segurança desses trabalhadores e trabalhadoras de todos os tipos, incluindo segurança preventiva.

3.1.6. Saúde

A questão da saúde no TVJ é complexa e fragilizada em sua estrutura física e de recursos humanos, principalmente nos municípios menores como Rio Crespo, Campo Novo e Cacaulândia. Com isso, as prefeituras municipais encaminham diuturnamente a Porto Velho, aos hospitais João Paulo II, Ari Pinheiro e Santa Marcelina, os pacientes de alta complexidade.

Os hospitais regionais do TVJ atendem aos serviços de pequena a média complexidade, cabendo aos municípios os atendimentos emergenciais e ambulatoriais, principalmente em postos de saúde. Os municípios, de modo em geral, através de seus representantes queixam-se da escassez de recursos financeiros e humanos suficientes ao atendimento da população uma vez que as verbas do SUS são limitadas e o governo estadual não oferece a contrapartida necessária, seja por meio de transferências diretas, seja por convênios e cooperações técnico-financeiras. A Figura 7 demonstra o número de habitantes por estabelecimento de saúde no TVJ.



Fonte: DATASUS (CNES), 2010

Figura 7: Estabelecimentos de Saúde.

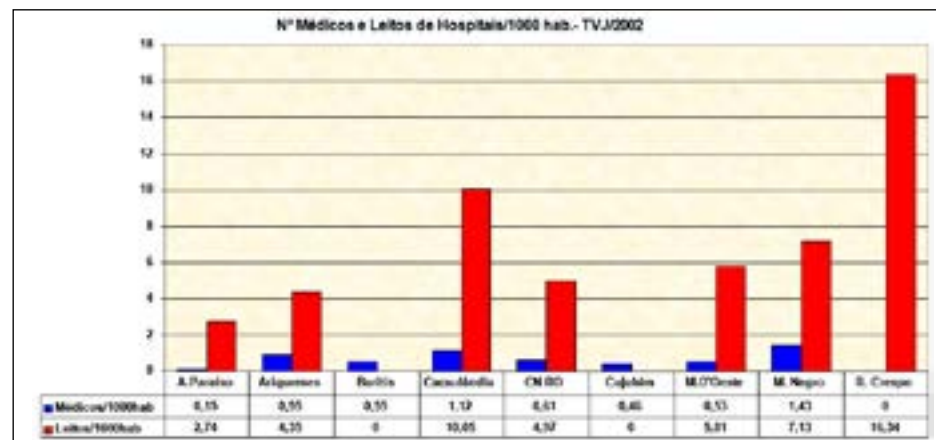
Pelos dados apresentados em 2005, o TVJ possuía 72 estabelecimentos de saúde, sendo que merecem atenção os casos de Alto Paraíso, com o predomínio de estabelecimentos privados; Rio Crespo, pela ausência total de serviços. Consequentemente sua população quando necessita de atendimento à saúde, obrigatoriamente tem que recorrer aos serviços prestados em outros municípios; já em Ariquemes estão localizados mais de 50% de todos os estabelecimentos do TVJ.

Nos últimos 05 anos verifica-se que a oferta de atendimento à saúde teve um incremento superior a 100% no TVJ, principalmente com a expansão dos estabelecimentos privados nos municípios com maior população: Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste. Alto Paraíso tornou-se atípico ao perder dois estabelecimentos privados, ao tempo em que Rio Crespo passou a contar com um único estabelecimento de saúde, no caso público.

Isso atesta duas reflexões: a primeira com a oferta de serviços permitindo distribuição de atendimento; e a segunda pela incapacidade do setor público em absorver as demandas, tendo reflexo direto na ineficácia da prestação de atendimento à saúde preventiva, assim como a curativa, que também não consegue oferecer condições necessárias à melhoria da qualidade de vida da população.

Merece ser mencionado o papel desempenhado pelas Pastorais da Criança e da Saúde que têm contribuído significativamente na sanidade humana do TVJ, praticamente em todos os municípios. Esse dado é relevante porque se trata de medicina alternativa, de baixo custo econômico, mas de grande valor social, cujos benefícios são atestados por diversas famílias.

Considerando as informações de 2002 constantes na Figura 8, o setor de saúde do TVJ oferece uma consideração preocupante, isto porque a relação de médicos/1000hab, na maioria dos municípios está abaixo da média proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é 1 para 1.000hab. Rio Crespo não dispõe de dados que possam evidenciar a relação médicos/habitantes.



Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído paramédicos de nível superior e médio e odontólogos.

Figura 8: Relação de médicos e leitos hospitalares/1000hab, Território Vale do Jamari.

Diante desse contexto, Monte Negro, Cacaulândia e Rio Crespo apresentam-se com uma relação superior a 7,0 leitos/1000hab, e no outro extremo, Alto Paraíso com 2,74. Pelo DATASUS (2002), Buritis e Cujubim não dispõem de informações necessárias à avaliação. Diante disso e em trabalho de campo (janeiro/2011), a Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim informou que a relação de médico por habitante se caracteriza em 0,00031. E, no seu quadro de funcionários há cinco médicos, sendo quatro (4) clínicos gerais e um (1) obstetra, para atender uma população de 15.873 habitantes.

Pelo que se depreende das informações do Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) (DATASUS, 2010) percebe-se claramente que o crescimento vegetativo de 2,9%, isto é, a diferença entre natalidade e mortalidade no território está caminhando para um quadro de estabilização típica de países em desenvolvimento, isso, inclusive, se relaciona a uma maior preocupação das famílias e do próprio estado em promover garantias e acesso aos cuidados sobretudo na primeira infância, através de pré-natal e acompanhamento de vacinas.

Outro dado importante oferecido pelo SIAB (2010) é que as informações e métodos contraceptivos não atingem os objetivos esperados junto ao público inferior a 20 anos de idade, o que incumbem pelo menos três reflexões, a citar: a) as informações e as linguagens utilizadas pela mídia não são facilmente assimiladas por esse público; b) o aspecto financeiro, possivelmente, corrobora para que esse público não tenha o acesso devido aos contraceptivos; e c) a não utilização de contraceptivos, provavelmente, esteja ligado a fatores culturais.

Ainda por esta mesma fonte governamental verifica-se que as doenças apresentadas em vários casos de diabetes e hipertensão estejam interligadas aos hábitos alimentares da população. É evidenciado que doenças como a tuberculose e a hanseníase, extintas em grande parte do planeta, apresentem registros de casos em Cacaulândia (1;10), Campo Novo de Rondônia (2;16) e principalmente em Machadinho do Oeste (1;31), o que exige atenção do poder público e a conscientização da

população em procurar tratamento quando da fase inicial da doença.

Também foi possível identificar no TVJ, no mês de julho/2010, a existência de várias doenças e manifestações de saúde por faixa etária. Nesses quesitos nota-se o alcoolismo (Ariquemes: 75, Machadinho: 37, Cujubim: 16) e a gravidez infanto-juvenil (Ariquemes: 54, Machadinho: 48, Cujubim: 20) como questões preocupantes, especialmente nos municípios com maior densidade populacional (Campo Novo e Rio Crespo).

De acordo com o Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB, 2010), constata-se a existência de jovens e adolescentes com hipertensão e diabete, cujas causas podem estar relacionadas à má qualidade dos produtos que compõem a dieta nutricional e aos péssimos hábitos culturais de alimentação. Ariquemes e Machadinho do Oeste destacam-se em casos de hanseníase, especialmente em pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. Provavelmente seja uma das causas que tenha contribuído para o expressivo contingente de portadores de deficiência física no TVJ.

É importante destacar, também, que nem o poder público e tampouco a sociedade estão solidárias à causa dos portadores de deficiência física, isto porque a maioria dos logradouros públicos, instituições privadas, comércios e serviços não disponibilizam de estruturas que permitam o acesso dessa parcela da população. As ruas, alamedas, avenidas, prédios, praças, calçadas, etc., não oferecem as mínimas condições adequadas de trafegabilidade fazendo com que o portador de deficiência física seja espoliado de seu direito mais elementar.

Ao reportar-nos ao direito dos cidadãos, inferimos que outros compõem o cabedal de ações que possibilitam qualidade de vida aos munícipes. No que tange ao uso da água e do saneamento básico do TVJ, como condição de desenvolvimento humano é ainda muito deficitária, conforme comprovam os dados do Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB, 2010) (Tabela 15).

Tabela 15: Água e Saneamento Básico no Território Vale do Jamari.

Município	Nº Famílias	Abastecimento água da rede pública	Abastecimento água-poço e nascente	Abastecimento água e outros	Lixo coletado	Lixo queimado e/ou enterrado	Lixo a céu aberto	Fezes, Urina de esgoto	Fezes, Urina de fossa	Fezes, Urina a céu aberto	Tratamento Água Filtrada	Tratamento Água Fervida	Tratamento Água Clorada	Tratamento Água
Alto Paraíso	919	32	874	13	315	569	35	24	853	42	256	148	398	117
Ariquemes	16.881	4.514	11.803	564	13.534	2.856	491	247	15.863	771	4.919	348	7.290	4.324
Buritis	7.546	5	7.491	50	2.868	3.547	1.131	11	5.928	1.607	1.763	641	4.421	721
Cacaulândia	1.591	133	1.444	14	466	1.084	41	8	1.487	96	717	12	704	158
Campo Novo RO	2.938	443	2.442	53	571	2.180	187	9	2.607	322	1.412	33	1.110	383
Cujubim	4.285	210	4.054	21	2.209	1.958	118	16	4.176	93	883	62	2.553	787
Machadinho do Oeste	8.082	2.039	5.965	78	3.275	4.405	402	5	7.374	703	2.867	69	3.995	1.151
Monte Negro	3.489	625	2.857	7	1.086	2.324	79	354	3.038	97	1.387	39	1.724	339
Rio Crespo	986	100	881	5	285	694	7	8	931	47	162	7	773	44

Fonte: SIAB, 2010.

Diante dos dados apresentados, torna-se evidente a necessidade do apoio federal e estadual no desenvolvimento do TVJ, através da fomentação e fortalecimento de políticas públicas capazes de suprir tais carências, porque com cidades e municípios estruturados, consequentemente diminuirá as despesas com saúde. Assim, temos 46.717 famílias no TVJ, das quais 8.567 com casa de tijolo, 372 em casa de taipa, 36.661 em casa de madeira, 446 em residência com material aproveitável e 671 em condições diversas de moradia. Nesse universo, 36.065 famílias (77,20%) são atendidas com energia elétrica, o que evidencia a necessidade de implementação e universalização desse serviço no TVJ.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, 77,20% das famílias recebem esse serviço, sendo que os municípios localizados na BR 364 e/ou com menor distância quilométrica desta apresentam maior índice de cobertura, sendo: Rio Crespo, Ariquemes, Monte Negro e Alto Paraíso, com cobertura superior a 85%. Cacaulândia, no entanto, aproxima-se de 80%. Os municípios mais distantes como Buritis, Campo Novo de Rondônia e Machadinho do Oeste situam-se entre 55-65% e a exceção nesse grupo é Cujubim, que atinge cerca de 80%.

É salutar observar que a energia elétrica fornecida até o princípio da década de 1990 estava praticamente restrita à zona urbana do TVJ e apresentava-se com uma capacidade baixa, ocorrendo grandes instabilidades. Com a implantação do linha Porto Velho-Vilhena, através da Usina Hidrelétrica de Samuel e de sistemas independentes,

a energia elétrica recebida tornou-se mais confiável. Assim, houve a expansão da agroindustrialização e de outros empreendimentos que demandam esse serviço. Nesse interstício, a implantação de políticas energéticas como “Luz no Campo” e “Luz para Todos” possibilitou aos pequenos, médios e grandes produtores rurais acessarem ao serviço que, todavia, não atingiu a todos devido ao elevado valor para instalação de transformadores e redes.

A partir da implantação e expansão da energia elétrica no TVJ, destacam-se alguns resultados: a) acesso à informação, através de televisores, sistemas de comunicação (telefonia rural, por exemplo), computadores com conexão à internet via rádio em várias propriedades; b) armazenamento e conservação de alimentos e produtos considerados perecíveis; c) implantação de agroindústrias de micro pequeno, médio e grande porte; e d) melhoria da produtividade agrícola, pecuária e horticultura com a implantação de sistemas de irrigação conjugados com outras técnicas, em várias propriedades.

Por essa fonte de informação não é possível saber se existem no TVJ famílias sem teto, entretanto, se considerarmos os tipos de residências, essas seguem, em sua maioria, o modelo adotado pelo processo de colonização, sendo que a qualidade das edificações se relacionam ao padrão econômico das famílias. Com isso, há uma variedade expressiva quanto ao padrão de tamanho, conservação e matéria-prima utilizada na construção, o que pode significar a existência de sem-teto no território.

3.2. Dimensão Político Institucional

A estrutura de poder fundamental existente no território vale do jamari é o colegiado, que está constituído da plenária e de caráter deliberativo máximo do fórum do território, composto por instituição governamental e não governamental. O colegiado visa fortalecer as institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na nova configuração moderna da esfera pública e democrática.

3.2.1. Organização Social e Institucional

Enfocando a necessidade e demanda social refletindo no seu desenvolvimento, no TVJ, pode-se observar que o PIB per capita em todos os municípios obteve um incremento evolutivo no período analisado de 2002-2005. Contudo, os dados demonstrados na Figura 5 atestam que a distribuição de renda entre as famílias e os indivíduos não tem acompanhado o mesmo ritmo. Essa exclusão ao acesso aos mais elementares direitos do cidadão nega-lhes oportunidades de ascender socialmente. A política pública do programa bolsa família tem sido um paliativo do problema de milhares de famílias no TVJ, mas, contraditoriamente, o número de beneficiários tem crescido ano após ano, como pode ser observado.

Analisando os dados apresentados (Tabelas 16, 17 e 18) sobre a pobreza no TVJ é perceptível que aproximadamente 25% da população está na linha de pobreza, logo, é imprescindível que o poder político e

a sociedade local, num esforço conjunto, proponham políticas públicas sustentáveis que possibilitem o acesso à cidadania e à dignidade humana.

É primordial destacar que os vários índices de aferição sobre as questões relativas à vulnerabilidade social apontam a necessidade de aprimoramento das políticas públicas. Em tal contexto, o índice SUAS possui o objetivo de promover a partilha, priorização e o escalonamento da distribuição de recursos para o co-financiamento da Proteção Social Básica, por meio de um critério técnico, conforme descrito pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

[...] de forma a priorizar aqueles municípios com maior proporção de população vulnerável (indicado pela taxa de pobreza), menor capacidade de investimento (receita corrente líquida municipal per capita) e menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica (recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a Proteção Social Básica per capita). O Índice SUAS será calculado todo ano pelo MDS e será seguido rigorosamente quando houver expansão dos recursos para a Proteção Social Básica, daí a importância de torná-lo público. Disponível em (http://www.sethas.rn.gov.br/Capacitacao_Cras_Extremoz-RN/Sobre%20o%20CDndice%20SUAS.doc). Acesso em 10.11.2010.

Tabela 16: Famílias atendidas pelo programa bolsa família no território vale do jamari.

TVJ	Famílias atendidas												Índice SUAS	IGD++
	ANO						MPD*	EFPPBF***			EFPPCU****		ANO	
	2006	2007	2008	2009	Até 07/2009	Até 08/2010		IDF**	Total	% Cobert	Total	% Cobert.	2008	2010
Alto Paraíso	1058	1157	1160	2028	2019	2.170	3,6	0,51	2.477	88,68	3.549	61,14	0,441	0,76
Ariquemes	4611	4355	3781	5291	5153	5385	3,5	0,55	6.960	77,37	11.918	45,18	0,558	0,68
Buritis	1705	1733	1675	3461	3461	3454	3,6	0,51	5291	65,28	7257	47,60	0,547	0,67
Cacaulândia	460	450	374	404	389	459	3,5	0,51	388	118,30	706	65,01	0,525	0,77
Campo Novo de Rondônia	698	813	768	1157	1131	1.166	3,7	0,49	1742	66,93	2.499	46,66	0,493	0,70
Cujubim	552	605	589	963	959	1.191	3,6	0,49	1826	65,22	2.636	45,18	0,476	0,65
Machadinho do Oeste	-	-	1942	2860	2844	2.782	3,7	0,50	3611	77,04	5.526	50,34	0,517	0,62
Monte Negro	1094	1048	901	1418	1399	1.481	3,7	0,52	1680	88,15	2.426	61,05	0,552	0,86
Rio Crespo	233	249	204	209	204	222	3,4	0,50	190	116,84	345	64,35	0,469	0,85
TOTAL	10411	10410	11394	17791	17559	18.310			24.165		36.862			

Fonte: MDS (*) média de pessoas por domicílio, 2007. (**) Índice de Desenvolvimento Familiar, 2009. (***) Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do Bolsa Família, 2010 (****) Estimativa de Famílias Pobres no Perfil Cadastro Único, 2010 (++) Índice de Gestão Descentralizada, 2010.

Percebe-se que houve avanços e recuos do IDM em todos os municípios do TVJ. Entretanto, ocorreu a diminuição da indigência e pobreza em todo TVJ, sendo que Ariquemes e Rio Crespo obtiveram renda per capita superior ao apresentado em Rondônia (R\$ 234,02) e no Brasil (R\$ 247,06) (Tabela 17).

Tabela 17: Índice de desenvolvimento municipal (IDM), população indigente, pobre e renda per capita.

TVJ	Índice Desenvolvimento Municipal (a)			População em Estado Indigência (b)		População em Estado Pobreza (c)		Renda per capita em R\$ (d)
	2000	2005	2006	2001	2004	2001	2004	2000
Alto Paraíso	0,405	0,489	0,461	16,15	7,71	41,96	29,05	227,73
Ariquemes	0,538	0,606	0,606	9,36	4,58	31,12	22,06	267,95
Buritis	0,382	0,517	0,527	13,24	5,78	39,65	25,10	240,77
Cacaulândia	0,428	0,537	0,555	15,34	7,83	45,01	33,30	226,47
Campo Novo Rondônia	0,384	0,464	0,447	25,89	11,39	52,47	33,48	195,84
Cujubim	0,393	0,514	0,607	17,73	8,16	45,88	30,61	223,88
Machadinho do Oeste	0,403	0,494	0,482	27,34	12,9	59,42	40,65	159,24
Monte Negro	0,446	0,561	0,524	12,31	5,77	46,69	31,71	171,66
Rio Crespo	0,365	0,561	0,520	18,90	9,10	44,50	31,05	343,73

Fonte: (a) IDM - FIRJAN/2000, 2005, 2006; (b), (c) IPEA/MDS/2001, 2004; d) IBGE/2000.

Tabela 18: Demanda social do MDA no Vale do Jamari.

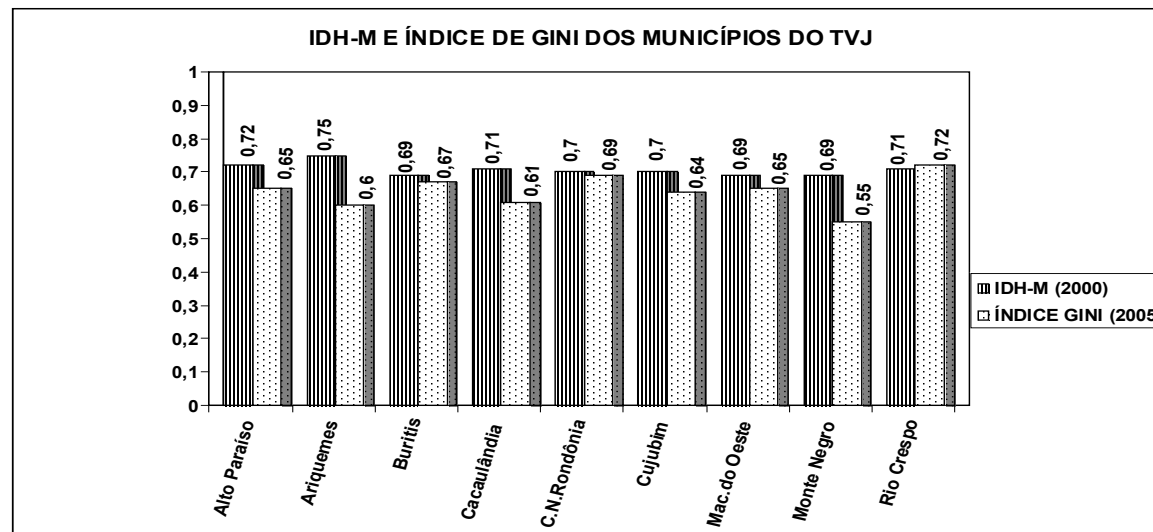
Município	Agricultores Familiares (1)	Famílias Assentadas (2)	Pescadores (3)	Terras Indígena ⁶	Quilombolas
Alto Paraíso	1.944	109	0	0	0
Ariquemes	2.494	3.612	327	0	0
Buritis	2.350	2.823	0	0	0
Cacaulândia	514	0	0	1	0
Campo Novo de Rondônia	1.738	1.244	0	1	0
Cujubim	1.429	1.123	0	0	0
Machadinho do Oeste	4.057	6.777	139	0	0
Monte Negro	1.168	105	0	1	0
Rio Crespo	326	49	0	0	0
Total Território	16.020	15.842	598	1	0

Fonte: (1) IBGE/Censo Agropecuário (1995/96); (2)MDA/INCRA/SIR (2007); (3) ADA/Censo Estrutural da Pesca(2006).⁶

6 A Terra Indígena em questão é a Uru-Eu-Wau-Wau. Abrange os municípios de Nova Mamoré, Guajará-Mirim (Território Madeira-Mamoré), Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia e Monte Negro (TVJ); Jaru, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra (Território Central); São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Seringueiras e Costa Marques e possui uma área de 1.867.117,80 hectares, com um perímetro de 865.153,01 metros, dos quais 590.300,28 metros de linhas naturais e 274.852,73 metros de linhas secas. O TVJ não possui aldeias, embora a população indígena mantenha constantes relações com todos os municípios que compõem a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

A partir dessas considerações são caracterizados outros indicadores sociais, como exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (IDH-M), que auferi três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer, sendo que 1,0 indica desenvolvimento humano total, enquanto os situados em zero (0,0) referem-se a nenhum desenvolvimento humano. Pelo IDH-M, conforme se verifica na Figura 12, a situação dos municípios do TVJ apresenta-se como médio (na faixa de 0,7) não havendo distorções entre si.

Os municípios com melhores índices são Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaúlândia e Rio Crespo que estão acima de 0,7. Tomando-se ainda a figura em questão, o índice GINI do TVJ também não apresenta grandes desnivelamentos entre os municípios, sendo que pelos dados existentes, Monte Negro é o que possui menor desigualdade na distribuição de renda. Nesse índice, a maior aproximação de 0,0 (zero) implica em distribuição igualitária de renda, ou seja, menor desigualdade de riqueza, ao passo que a relação 1,0 indica completa desigualdade de renda. É importante destacar que Rondônia, no período de 2002-2005 apresentava o 3º menor Gini do país com 0,62 (IBGE, 2007), uma vez que essa situação o coloca como um dos menos desiguais entre os demais estados do país (Figura 9).



Fonte: PNUD, 2008.

Figura 9: Índice de GINI e IDH-M do Território Vale do Jamari.

Em tal contexto, no TVJ os municípios de Rio Crespo, Campo Novo de Rondônia e Buritis são os que apresentam maiores desigualdades, entretanto, quando comparados com o Estado e com o próprio TVJ, as diferenças não são tão díspares.

Em complemento à análise do IDH-M do TVJ evidencia-se, no Tabela 7, que todos os municípios tiveram uma substancial elevação de seus indicadores de renda, expectativa de vida e educação. Isto pode ser explicado em parte pela implantação de políticas estruturais em

1994, através do plano real, consequentemente com a ampliação ao acesso à alimentação, à saúde e à educação, implicando diretamente na qualidade de vida da população, sendo complementado pela oferta de trabalho e a retomada do crescimento econômico em todo país. Ressalta-se, todavia, que a melhora dos indicadores entre a população não ocorreu de forma homogênea, como pode ser observado na tabela 19.

Tabela 19: Comparativo IDH-M do território vale do jamari do ano de 1991 e de 2000.

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM-Renda 1991	IDHM-Renda 2000	IDHM-Longevidade 1991	IDHM-Longevidade 2000	IDHM-Educação 1991	IDHM-Educação 2000
Alto Paraíso	0.578	0.715	0.51	0.679	0.578	0.693	0.645	0.772
Ariquemes	0.66	0.752	0.629	0.706	0.614	0.71	0.738	0.841
Buritis	0.601	0.694	0.587	0.687	0.647	0.672	0.569	0.723
Cacaulândia	0.575	0.713	0.49	0.659	0.608	0.71	0.626	0.769
Campo Novo de Rondônia	0.593	0.697	0.54	0.667	0.596	0.683	0.644	0.742
Cujubim	0.597	0.695	0.5	0.65	0.647	0.672	0.644	0.764
Machadinho do Oeste	0.628	0.691	0.597	0.62	0.591	0.68	0.695	0.772
Monte Negro	0.605	0.685	0.571	0.631	0.608	0.68	0.637	0.745
Rio Crespo	0.567	0.712	0.537	0.695	0.528	0.66	0.636	0.781

Fonte: PNUD, 2008.

A implantação de políticas estruturais mencionadas no parágrafo anterior produziu efeitos consideráveis na economia do TVJ. A análise, embora reflita as informações de 2005, indicam a existência de três faixas importantes na constituição do Produto Interno Bruto dos municípios em que Ariquemes aparecia como o 5º maior PIB rondoniense, enquanto Buritis, Machadinho do Oeste, Alto Paraíso, Monte Negro e Campo Novo de Rondônia apresentavam PIB intermediário entre 12º e 37º; Cujubim, Cacaulândia e Rio Crespo, respectivamente, em 42º, 43º e 50º lugares entre os 52 municípios rondonienses (IBGE e SEPLAN, 2005).

Devido à ampliação da conjuntura e estrutura econômicas, o quadro do ranking entre os municípios sofreu alterações

significativas, o que possibilitou, no caso de Ariquemes, alcançar o posto de 2º PIB de Rondônia, em 2010, embora os dados ainda não estejam disponibilizados pela Secretaria de Finanças do Estado. Essa elevação deve-se a fatores como a diversificação dos negócios, a agroindustrialização, o fomento ao agronegócio e à agricultura familiar; a diversificação de práticas agrícolas e pecuárias e o processamento de madeira e sua industrialização por meio do Polo Moveleiro. Acredita-se que praticamente todos os municípios do TVJ tenham melhorado o PIB em função do aquecimento da economia nacional e estadual, de modo que Ariquemes, como propulsor regional tenha contribuído de forma direta e indireta para essa realização.

3.2.1.1. CODETER

Considerando o regimento do TVJ, capítulo III, art 4º referente às instancias territoriais, o colegiado de desenvolvimento territorial do vale do jamari é composto por: plenária, núcleo diretivo e câmaras temáticas (Quadro 6). Tais instâncias estão organizadas da seguinte forma:

Quadro 6: Estrutura do CODETER no Território Vale do Jamari.

Seguimentos		Composição em 2010/2012
Governo	Representantes das Prefeituras Municipais	Cada prefeitura dos nove (9) municípios do território vale do jamari indica seus representantes governamentais. No momento da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável o CODETER estava atualizando as informações e seus membros, mantendo suas atribuições de: a) orientar a condução dos programas, projetos e planos com base nas diretrizes e objetivos gerais estabelecidos pelas políticas públicas e programas governamentais e não governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal, de acordo com a realidade local; b) definir prioridades e deliberar sobre a proposição e execução de projetos bem como acompanhar e fiscalizar a execução dos mesmos; c) deliberar sobre a avaliação, inclusão e desligamento de seus membros; d) zelar pelo cumprimento deste Regimento Interno; e) estabelecer, de acordo com a lei vigente, critérios gerais para uso dos bens públicos adquiridos com o objetivo de atender as ações territoriais e promover o desenvolvimento sustentável; f) deliberar sobre questões encaminhadas pelo Núcleo Diretivo; g) promover acordos de cooperação técnica financeira e institucional que visem o desenvolvimento sustentável do território, de acordo com o artigo 4º deste Regimento Interno; e h) garantir uso devido de bens adquiridos.
	Instituições e Órgãos Governamentais	INCRA, CEPLAC, SEDUC, IFRO, INSS, MDA
	Número de representações do Poder Público	24
	Instituições não governamentais	COOPFLORA (Machadinho do Oeste), FETAGRO (Ji Paraná), SENAR (Porto Velho), EMATER (Ariquemes), SEBRAE (Ariquemes) e ACARAM (Alto Paraíso).
Número de representantes da Sociedade Civil		24

Dentre as instituições não governamentais identificam-se, além de cooperativas e associações, instituições de atendimentos sociais, sindicatos e representações dos agricultores e agricultoras do Estado. Pode-se considerar, também, que nesse ano constituiu-se o grupo de

trabalho de mulheres do TVJ para fortalecer a organização e participação da mulher no território buscando a igualdade de gênero em conquistas e atuação. O núcleo diretivo tem a prerrogativa de caráter gerencial dos planos, programas e projetos e está estruturado conforme Quadro 7.

Quadro 7: Núcleo Diretivo do Território Vale do Jamari.

Função	Atribuições
Coordenador	Coordenar e encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável do território; b) articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território serão responsáveis pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos; e c) encaminhar ao MDA e autoridades competentes as denúncias referentes à gestão e uso indevido dos recursos nos municípios do território.
Coordenador Adjunto	Auxiliar o coordenador e, na sua ausência, substituí-lo.
Secretário Geral	Oferecer apoio técnico e administrativo às ações territoriais dando suporte permanente ao funcionamento das instâncias e às entidades executoras na elaboração dos Planos de Trabalho e no encaminhamento da documentação junto aos órgãos competentes; b) redigir e encaminhar documentos; c) responsabilizar-se por redigir e encaminhar documentos como cartas, ofícios, atas, relatórios, dentre outros, demandados pela coordenação e pelo plenário do conselho territorial.
Três secretários executivos	Averiguar e colaborar com sistematização e organização da documentação do Núcleo Diretivo e do Colegiado Territorial.

O núcleo diretivo compor-se-á de seis (6) membros, sendo metade dos mesmos governamentais e a outra metade da sociedade civil, garantindo a representatividade de cada município do território vale do jamari. É composto por coordenador; coordenador adjunto; secretário geral; secretário executivo da microbacia de Ariquemes, Cacaulândia e Alto Paraíso; secretário executivo da microbacia de Machadinho do Oeste, Rio Crespo e Cujubim, e secretário executivo da microbacia de Monte Negro, Cujubim e Buritis.

Por fim, as Câmaras Temáticas do TVJ estão divididas atualmente em: 1) sociocultural educacional atender a temática de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, e segurança pública; 2) ambiental, atende a temática de áreas protegidas, problemas socioambientais e situação fundiária; 3) político-Institucional, atende a temática de organização institucional, CODETER e a gestão social e gestão socioambiental. Por fim, a quarta e última câmara temática, socioeconômica, atende a temática de sistema produtivo, extrativista, pecuária, pesca, turismo, artesanato, infraestrutura, malha viária, energia e comunicação e habitação.

Ressalva-se que as câmaras poderão ser criadas, alteradas ou extintas, por deliberação do colegiado, para temas específicos que serão constituídas por membros da plenária territorial e por especialistas ou entidades especialmente convidadas conforme orientação do núcleo diretivo.

A gestão social é o princípio para a construção do processo

de desenvolvimento sustentável no território e tem como principal instrumento organizador e estruturante o colegiado, pois esse constitui a primeira e maior prioridade dentre as ações do Programa Território da Cidadania.

Por meio do CODETER, oportuniza-se a efetiva participação e democratização entre sociedade civil do meio rural e o poder público que atende esse grupo social de trabalhadores envolvendo assim, os agricultores e agricultoras, assentados e assentadas, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas, esses últimos quando existem. Ainda como parte de uma gestão social é necessário oportunizar e propagar a igualdade de gênero e geração proporcionando visibilidade e voz a esses atores sociais do território.

3.2.2. Gestão Socioambiental

Além do PTDRS existem no território os conselhos municipais identificados em quase todos os municípios, bem como as Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Essas últimas podem desenvolver projetos específicos, a exemplo da secretaria de Ariquemes que hoje está aplicando projetos com os catadores de lixo, fundamentado em dois vieses: o social e o ambiental. Outra possibilidade de mecanismo de gestão socioambiental seria uma câmara temática dentro do território, responsável por ações que envolvam desde a identificação e participação na gestão dos parques, unidades de conservação até as RESEX do TVJ.

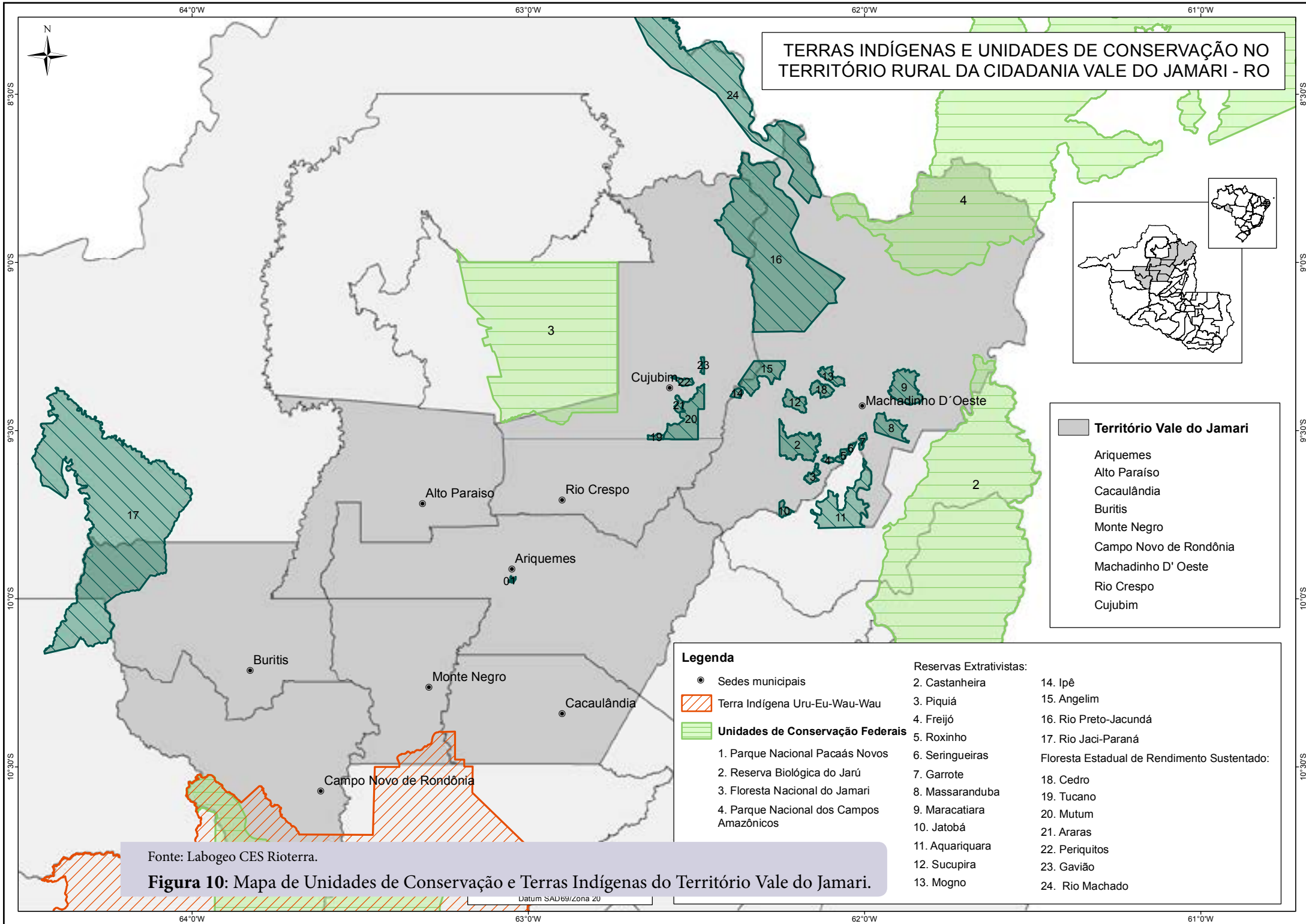


3.3. Dimensão Ambiental

Resumidamente, apresentamos como valoração na dimensão ambiental, a realização de projetos, ações e atividades: (1) recuperação de áreas degradadas e áreas de preservação permanente com múltiplas espécies de vegetação regional, incluindo-se frutíferas com a finalidade de atrair animais, promovendo o reflorestamento; (2) recuperação de rios e matas ciliares, inclusive o aproveitamento das águas para manejo de piscicultura através de tanques-rede, entre outras formas de manejo; (3) diversificação da produção por meio de consórcios agroflorestais, mandalas e outras tecnologias de baixo impacto; (4) fertilização do solo por meio de adubação orgânica; (5) implantação de viveiros florestais e minhocários; (6) Incentivo à produção orgânica através de agricultores associados; (7) aproveitamento e reaproveitamento da biomassa; (8) instalação adequada de espaço para a coleta seletiva de lixo e implantação de aterros sanitários; e (9) implantação de estruturas e de fóruns permanentes de discussão de políticas públicas ambientais. Os recursos ambientais encontrados nas florestas, rios e subsolos são altamente significantes. Assim, há de se considerar que as ações e atividades a serem desenvolvidas devem recuperar diversas áreas degradadas e os novos empreendimentos atentar-se às condicionantes ambientais, primando por tecnologias de baixo impacto.

3.3.1. Áreas Protegidas

É importante destacar que a quase totalidade das áreas encontram-se depredadas ambientalmente com os mais diversos graus de antropismo. Somente a aplicação de fiscalização, educação ambiental e estratégias de comunicação eficazes serão capazes de minimizar o quadro encontrado na região (Figura 10). Nesse sentido, o estado deve oferecer alternativas econômicas, sociais, políticas e ambientais que possam aliar desenvolvimento com preservação e conservação ambiental, a fim de que essa problemática não se potencialize e promova danos maiores ao ecossistema.





3.3.2. Clima

A precipitação média anual é bastante diversificada no TVJ e varia entre 1.300 a 2.600mm, sendo que Cujubim e Machadinho do Oeste apresentam o maior volume de precipitação em decorrência da evapotranspiração.

A média anual da temperatura do ar gira em torno de 24°C e 26° C, com temperatura máxima entre 30°C e 34°C, e mínima entre 17° C e 23°C. As temperaturas médias do mês mais frio e mais quente aumentam do sudeste em direção ao extremo norte em torno de 1 a 2 °C, respectivamente, conforme dados disponíveis em www.sedam.ro.gov.br. O clima do território é do tipo Aw, clima tropical chuvoso. Nessa mesma fonte identificam-se as características das estações pluviométricas somente do município de Ariquemes com a unidade de conhecimento hidrológico total de 603-01, com chuva total anual média de 2.088mm, chuva total anual média de 2.029mm. A região do TVJ apresenta duas estações do ano bem definidas climaticamente: a) chuvosa de outubro a abril; b) seca de junho a agosto; e ainda duas estações transicionais nos meses de maio e setembro.

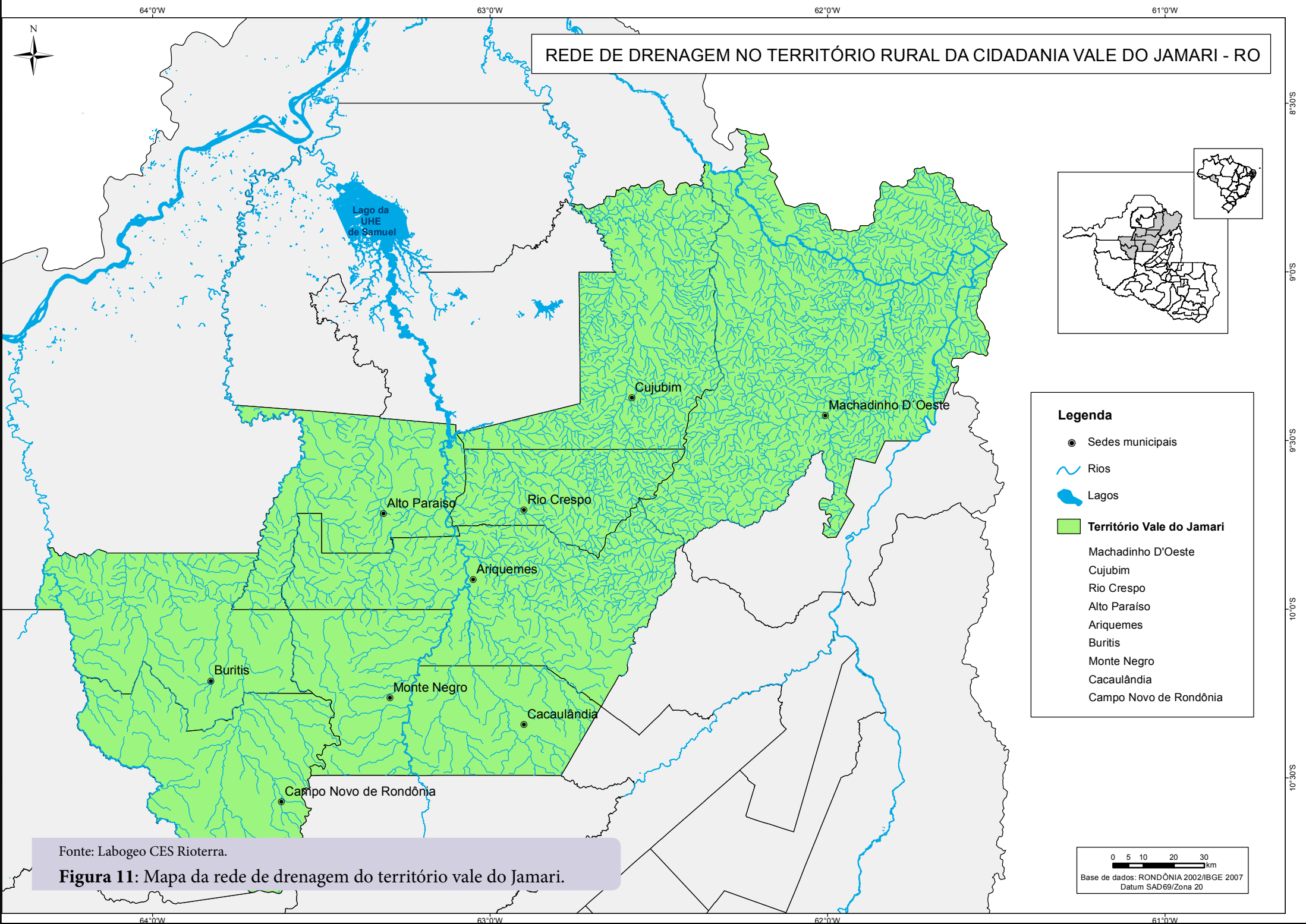




3.3.3. Hidrografia

A hidrografia do TVJ é muito importante para a região e para Rondônia com destaque para os rios Jamari e Machado, como principais bacias hidrográficas e as sub-bacias do Candeias, Machadinho e Jaci-Paraná. Em termos de rede hidrográfica, por municípios do TVJ, a bacia está distribuída por importantes rios (Figura 11).

Esses recursos são indispensáveis à agricultura, pecuária, piscicultura, abastecimento das cidades, entre outras atividades econômicas e de lazer. Os cursos d'água eram piscosos em sua maioria e ofereciam a sobrevivência para vários pescadores, agricultores e indígenas. Todavia, em decorrência da antropização e a eliminação de parcelas consideráveis de matas ciliares apresenta, atualmente, reduzido estoque pesqueiro. Em decorrência disso, forçosamente ocorreu na região de Ariquemes, principalmente, a implantação de manejo, o que coloca o município como um dos grandes produtores de peixe em cativeiro.



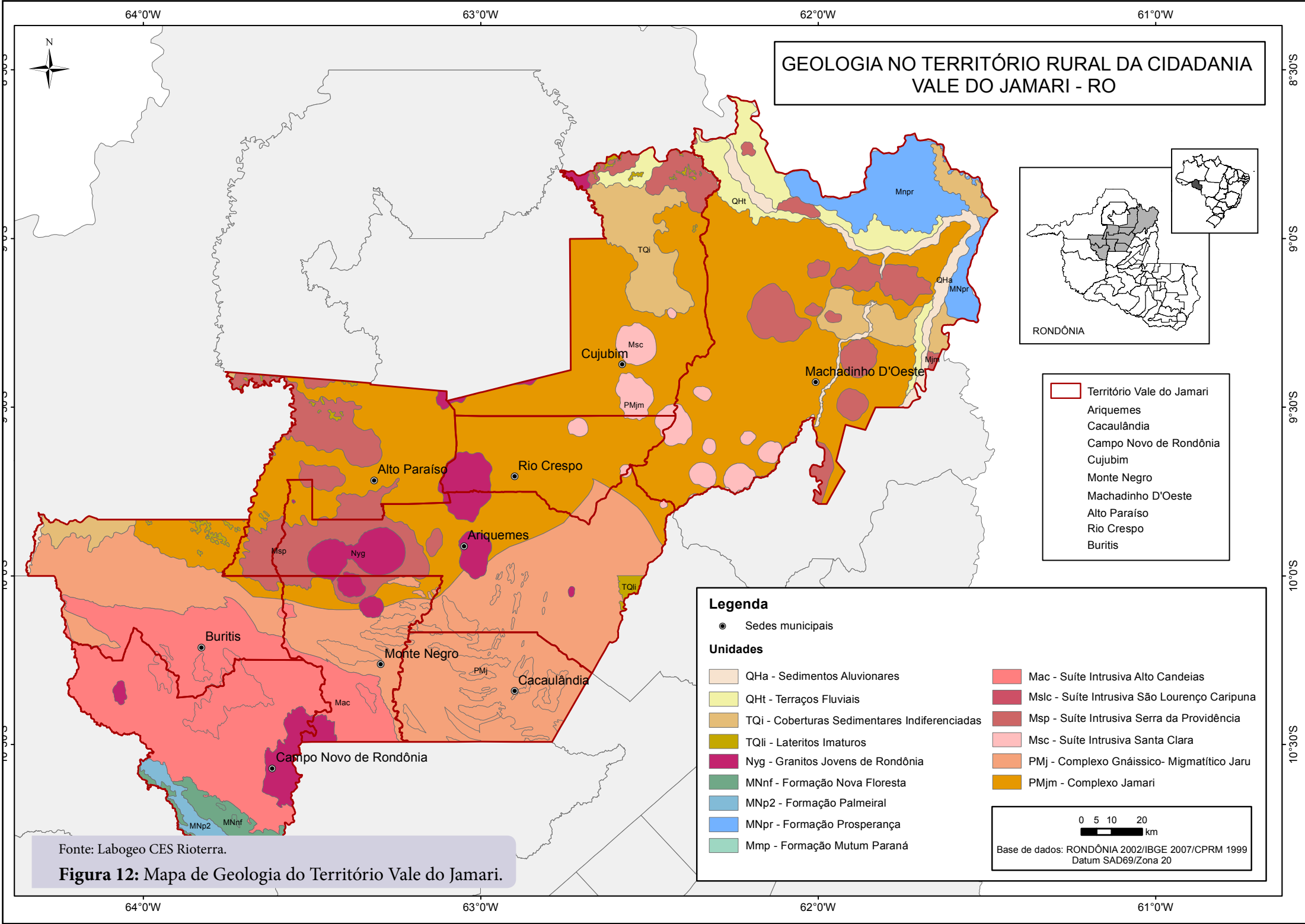


3.3.4. Geomorfologia e Geologia

Os terrenos tectono-estratigráficos de Rondônia corresponde: a) terreno Roosevelt; b) terreno jamari; c) domínio central de Rondônia (CRD); d) domínio Ariquemes-Porto Velho (APVD); e) cobertura cenozóica, em Machadinho do Oeste (SEDAM, 2002). Em relação às características geomorfológicas apresentadas em www.sedam.ro.gov.br, o município de Ariquemes é compreendido como portador de diversas feições.

“... uma grande diversidade de unidades geomorfológicas sendo a maior parte composta por relevos de origem denudacional, com ou sem controle estrutural. Os relevos de origem agradacional restringem-se a poucas planícies fluviais associadas aos rios principais e secundários. Os relevos denudacionais, em forma de superfícies de aplanamento, com alturas variáveis entre 200 e 300m e desníveis regionais muito pequenos, com baixa declividade. Ocorrem dispersos por toda a área mapeada na folha Ariquemes conformando relevos residuais. Esta superfície corresponde a áreas de erosão atual e subatual elaborada nesta região sobre litologias sedimentárias indiferenciadas (Quaternário-Neogênico) e da Faixa Móvel Guaporé - Suítes Anorogênicas Pré-rondonianas (Mesoproterozóico)”.

É necessário constatar que a geomorfologia possui uma relação direta com a geologia, conforme demonstrado na Figura 12. Nesse sentido, a geologia do TVJ compõe-se dos terrenos Jamari e Roosevelt, domínios central de Rondônia e Ariquemes-Porto Velho (período Proterozóico) e cobertura cenozóica (período cenozóico). Essas condições combinadas com inúmeros fatores como intemperismo propiciaram durante os períodos geológicos, mensurados em milhões e bilhões, a formação de diversos tipos de solos com os mais diferentes graus de fertilidade e tipos de vegetação, assim também em relação aos minerais que se encontram alojados no subsolo.



3.3.5. Recursos Minerais

O território vale do jamari apresenta uma variedade de recursos minerais, nestes inclui: a) minerais não metálicos (granito, kinzigito, grafite); b) minerais metálicos (estanho, molibdênio, ouro, nióbio); e c) pedras preciosas (topázio). Quanto à mineração, o território possui uma das maiores jazidas de estanho (cassiterita) do mundo, localizada no garimpo de Bom Futuro, entre Ariquemes e Alto Paraíso. É necessário destacar que a mineração, por volta dos anos 1950-1960 constituía-se como a principal atividade econômica do que é atualmente o TVJ, explorada por empresas estrangeiras e nacionais. Na atualidade, várias dessas empresas possuem alvarás de autorização para desenvolver atividade de extração mineral.

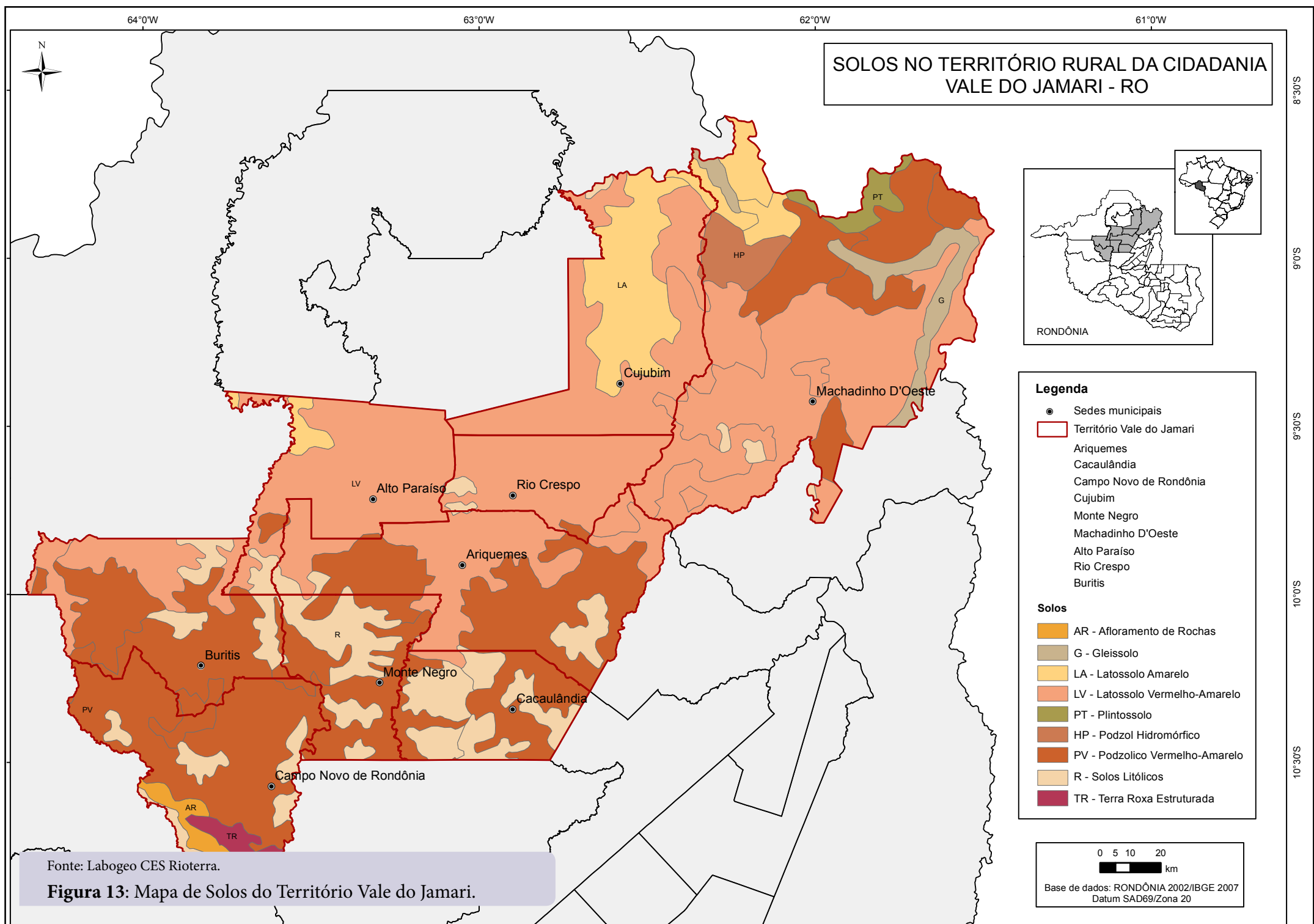
3.3.6. Solos

Os solos predominantes no TVJ foram classificados em: a) latossolos vermelho-amarelos; b) latossolos vermelhos; e c) latossolos amarelos. Suas colorações estão diretamente relacionadas à rocha-matriz, clima, tempo, entre outros fatores (SEDAM, 2002). Na Figura abaixo é possível visualizar a distribuição e tipo de solo no TVJ.

O latossolo vermelho apresenta fertilidade natural média e alta, os outros tipos encontrados no TVJ constituem-se de baixa fertilidade, o que necessita de correção com calcário e fertilizante. De modo

genérico, os solos existentes na região apresentam resistência à erosão e são ácidos. Essa situação encontrada apresenta alguns problemas para a produção agrícola, uma vez que o latossolo vermelho, de maior fertilidade, corresponde aproximadamente 15% do TVJ e implica em maiores ônus para os agricultores com a aquisição de fertilizantes ou mesmo abandono de suas terras, de modo que impulsiona o desmatamento de novas áreas para que possa continuar produzindo (Figura 13).

Com base nos estudos sobre aptidão agrícola o território possui em sua composição na sua maioria, solos com condições restritas para a prática agrícola e apenas uma pequena parcela territorial detém de aptidão regular (SEDAM, 2002). Outro dado interessante está relacionado à área de uso e ocupação dos solos. Como parâmetros têm-se os dados da produção agrícola Municipal que representam os dois extremos entre os municípios do TVJ: a) Machadinho do Oeste apenas 28,59% com lavoura e 71,41% com pastagens; b) Rio Crespo com 6,06% agricultura e 93,94% de pastagens (IBGE, 2010). Essa análise conduz a outra questão que está ligada ao desmatamento e novamente apresentamos os dois extremos: a) Cujubim com 12,53% de seu território desmatado; e b) Monte Negro com 62,88% (SEDAM, 2002).



3.3.7. Fauna

Em conformidade com a SEDAM (2002), o TVJ compreende as regiões zoogeográficas 5 e 6. Na primeira zona tem-se a presença de aves mutum (*Mitu tuberosa*), jacamim (*Psophia viridis*), araçari (*Selenidera gouldi*); macaco prego (*Cebus apella*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), porco-do-mato (*Pecari tajacu*), entre outros. A zona 6, constituída por 1,5% do TVJ, apresenta como espécies hegemônicas o sagui-branco (*Callithrix emiliae*) e o macaco barrigudo (*Lagothrix lagotricha*). São encontradas em todo o TVJ espécies como o queixada (*Tayassu pecari*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), capivara (*Hydrichiaeris hidrocaeris*), jacaré (*Caiman yacaré*), tucunaré (*Cichla ocellaris*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), surubim (*Pseudoplatystomus faciatius*) e jatuarana (*Brycon sp.*).

É importante destacar que a ocupação acelerada do espaço, a destruição das florestas, a caça e a pesca predatória tem colocado várias espécies em estado de extinção no TVJ, agravadas pelo fato de que uma quantidade significativa sequer foi catalogada ou estudada cientificamente. Entre as espécies consideradas ameaçadas de extinção no TVJ, destacam-se: onça-pintada (*Panthera onca*), gavião-real (*Harpia harpija*), quata (*Ateles belzebuth*) e macaco-barrigudo (*Lagothrix lagotricha*). Desse modo, são imprescindíveis estudos específicos sobre a fauna do TVJ e a definição de corredores ecológicos na região que possibilitem garantir a conservação da flora e da fauna, não somente como estudos, mas também para a prática educativa ambiental considerando a riqueza e potencial territorial, inclusive como atrativo turístico e educacional.

3.3.8. Vegetação

A vegetação tem relação direta com o solo, o clima e o relevo e compõe o bioma da Floresta Amazônica, cuja fitosonomia é distribuída em floresta ombrófila densa e aberta submontana; floresta ombrófila densa e aberta das terras baixas; floresta ombrófila aluvial-floresta de várzea; floresta ombrófila fluvial e floresta de baixio; e buritizal. De modo geral, a vegetação é exuberante e apresenta rica biodiversidade florestal, potencialmente madeireira e com espécies de estruturas bioquímicas que podem ser utilizadas na fabricação de fármacos

e cosméticos. Em se tratando das espécies florísticas da região que compreende o TVJ, Almeida Silva (2009), resumidamente apresenta as seguintes fitosonomias:

- Floresta ombrófila densa e aberta submontana: castanha-do-brasil *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.; castanha-vermelha *Eschweilera atropetiolata* S. A. Mori; tauari *Cariniana decandra* Ducke; mandioqueira *Qualea paraensis* Ducke; cumaru *Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd.; angelim-vermelho *Dinizia excelsa* Ducke; angelim-da-mata *Hymenolobium sericeum* Ducke; muiracatiara *Astronium lecointei* Ducke; ipê-amarelo *Tabebuia incana* A. H. Gentry; piquiá *Caryocar villosum* (Aubl.) Pers; roxinho *Peltogyne excelsa* Ducke; breu-vermelho *Protium hebetatum* Daly; copaíba *Copaifera multijuga* Hayne, entre outras.

- Floresta ombrófila densa e aberta das terras baixas: castanha-do-brasil *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.; tauari *Cariniana decandra* Ducke; muiracatiara *Astronium lecointei* Ducke; louro-gamela *Sextonia rubra* (Mez) van der Werrf; copaíba *Copaifera multijuga* Hayne; jutaí *Hymenaea reticulata* Ducke; tachi *Tachigalia cf. plumea* Ducke; sucupira-vermelha *Andira parviflora* Ducke; angelim-pedra *Dinizia excelsa* Ducke; Angelim-da-mata *Hymenolobium excelsum* Ducke; catuaba *Qualea grandiflora* Mart.; carapanauba *Aspidosperma nitidum* Benth.; breu-vermelho *Protium hebetatum* Daly; itauba *Mezilaurus itauba* (Meissn.) Taub. ex Mez; roxinho *Peltogyne excelsa* Ducke; sucupira-amarela *Diploptropis purpurea* (Rich.) Amsh.; sucupira-preta *Hymenolobium pulcherrimum* Ducke; cedro *Cedrela fissilis* Vell.; acariquara *Minquartia guianensis* Aubl., entre outras.

- Floresta ombrófila aluvial - floresta de várzea: *Tachigalia velutinosa*; tauari-da-várzea *Leuheopsis duckeana* Burret. *Rhodoganalopsis faroensis* (Ducke) A.Robyns, *Couratari tenuicarpa* A.C.Smith; matá-matá-da-várzea *Eschweilera albiflora* (A.P.DC.) Miers; seringueira *Hevea brasiliensis* Muell. Arg.; copaíba *Copaifera multijuga*, entre outras.

- Floresta ombrófila aluvial - floresta de baixio: en v i r a - bobó *Rollinia insignis* R. E.Fries; seringueira *Hevea brasiliensis* Muell. Arg.; patauí *Oenocarpus bataua*; paxiúba-de-escora *Iriartella setigera*; paxiúba barriguda *Iriartella deltóidea*; patauí *Oenocarpus bataua*; açai

Euterpe precatória; marupá *Simarouba amara* Aubl.; catuaba *Qualea grandiflora* Mart., entre outras.

- Buritizal: umaúma-branca *Cochlospermum orinoccense*; caroba *Jacarandá copaia*; cedro *Cedrella fissilis*; cerejeira *Torresia acreana*, buriti *Mauritia flexuosa*; açaí *Euterpe precatória*; castanha-do-brasil *Bertholletia excelsa*; angelim-pedra *Dinizia excelsa*; entre outras.

Essas formações florestais e vegetais apresentam biodiversidade com valor comercial madeirável, farmacológico, cosmético, etc., sendo que no TVJ encontra-se parte da FLONA do Jamari, no município de Cujubim, primeira floresta nacional leiloadada no país destinada a manejo, além de porções do Parque Nacional Pacaás Novos (Campo Novo de Rondônia) e da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau (Cacaulândia, Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro). Pela riqueza produzida nas

florestas com alimentos que suprem a fauna, que se apresenta de forma diversificada e com uma variedade enorme de espécies importantes ao equilíbrio do meio ambiente e que servem de proteína às populações indígenas, tradicionais (extrativistas, ribeirinhos, pescadores) e agricultores familiares.

3.3.9. Problemas Socioambientais

Apontam-se como problemas ambientais o desmatamento, o garimpo, o lixo e os riscos industriais. O desmatamento no TVJ é liderado por Cacaulândia (73%) e o município de Machadinho do Oeste apresenta-se com o menor índice de desmatamento (33%). Provavelmente pela quantidade de reserva ambiental e extrativistas existentes no local (Tabela 20).

Tabela 20: Índice de desmatamento no Território Vale do Jamari.

Território da Cidadania Vale do Jamari			
Municípios	Área do município/Km ²	Desmatamento até 2009	Incremento 2008/2009 (Km ²)
Ariquemes	4480	3169.2 (71%)	8.5
Alto Paraíso	2681	1659.8 (62%)	11.4
Buritis	3315	2167.7 (65%)	16.1
Cacaulândia	1986	1453.2 (73%)	2.9
Campo Novo de Rondônia	3491	1851.3 (53%)	24.9
Cujubim	3901	1394.6 (36%)	31.2
Machadinho do Oeste	8589	2794.0 (33%)	28.6
Monte Negro	1956	1353.6 (69%)	7.1
Rio Crespo	1744	1061.2 (61%)	6.2
Total	-	-	136.9

Fonte: PRODES/INPE, 2009.

O desmatamento é um problema comum a todos os municípios e de grande impacto ambiental, necessitando urgente de políticas públicas com mais atuação nessa área para prevenir e combater tal situação, a exemplo da indústria de madeiras MANOA, em Cujubim, que possui selo verde de extração com fiscalização semanal.

Outro problema ambiental enfrentado no TVJ é o desfecho do lixo, que no caso do município de Buritis ainda é o lixão, com pretensão de substituí-lo por aterro sanitário. Em Cacaúlândia, o lixo está sendo apontado como o grande problema ambiental, principalmente em virtude dos ossos dos animais que são jogados após o abate causando, inclusive, problemas de saúde à população. Como alternativa para amenizar o problema, pode-se pensar em fazer o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos em todos os municípios do TVJ. No ano de 2010, apenas os municípios de Machadinho do Oeste, Rio Crespo e Ariquemes fizeram o recolhimento (2.104, 3.227 e 13.902, respectivamente) conforme fonte GIDSV, IDARON, 2011. Quanto ao garimpo identificou-se o de cassiterita com extração o ano inteiro nos municípios de Campo Novo e Ariquemes. A existência desse tipo de trabalho envolve conflitos sociais entre os trabalhadores e a luta por melhores condições de trabalho.

3.4. Dimensão Socioeconômica

Nessa dimensão aborda-se a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências para a sustentabilidade. Nesse sentido, demonstram-se as organizações sociais das potencialidades do território e as atividades características do mesmo.

3.4.1. Características do Sistema Produtivo Rural

O TVJ apresenta uma dimensão socioeconômica muito diversificada destacando-se pela ordem crescente, os municípios de Cacaúlândia, Cujubim, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Monte Negro, Alto Paraíso, Machadinho do Oeste, Buritis e Ariquemes. Os três últimos respondem por 82% do total de empreendimentos econômicos

do território, conforme dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU, 2002).

Na realidade, os empreendimentos apresentados são de diversos portes, com o predomínio dos micro e pequenos negócios, indústrias, comércios, serviços, enquanto a agropecuária é representada por médios e grandes proprietários que detêm não apenas a posse da terra, mas em alguns casos locam espaços para expandir a produção. Em se tratando das indústrias, o que se caracteriza no TVJ são empreendimentos voltados ao beneficiamento da madeira, fabricação de móveis, carrocerias de madeira para caminhões e veículos menores, alimentícias e agroindústrias, cerâmicas e olarias, caixas d' água em fibra de vidro, carretas em fibra de vidro para motocicletas, mineração, essas três restritas a Ariquemes.

O comércio e os serviços apresentam-se bastante diversificados, e este é o sistema responsável pela maior parcela da empregabilidade no TVJ, principalmente nos municípios com maior contingente populacional. Em contrapartida, a agropecuária é a que oferece menor empregabilidade, em razão da tecnologia empregada em várias propriedades.

Constatava-se à época em 2002, que a quase totalidade dos municípios do TVJ eram carentes de instituições bancárias e quando os empreendedores necessitavam de empréstimos financeiros ficavam restritos aos municípios de Ariquemes e Machadinho do Oeste. Essa relação, no entanto, modificou-se devido à implantação de agências do Banco do Brasil no território. Todavia, a problemática de financiamentos e empréstimos não foi totalmente resolvida, especialmente para os agricultores familiares, devido a:

- a) Falta de documentação de regularização fundiária, a fim de oferecer a terra como garantia de pagamento na obtenção dos recursos.
- b) Dependência da empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER) e de outras instituições para a elaboração de projetos viáveis ao desenvolvimento das propriedades.
- c) Burocracia na liberação dos recursos financeiros, inclusive ocorrendo fora do período de plantio e colheita da produção, descaracterizando a função social do benefício de modo a interferir diretamente no desenvolvimento do TVJ e com consequências

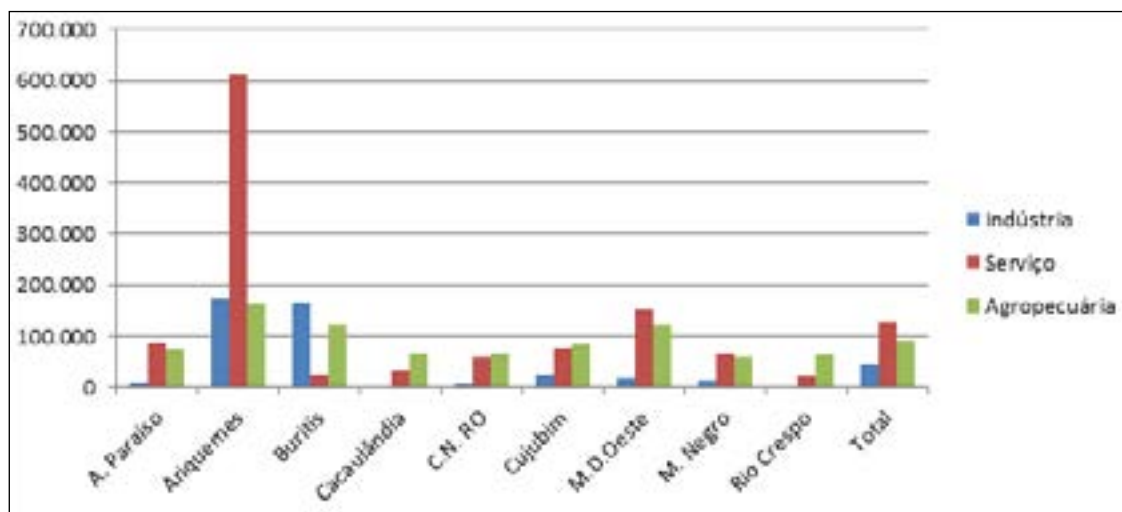
econômicas para a sociedade.

É importante constatar o desencontro de dados confiáveis em que pese a origem da mesma fonte de informação, como se vê nos casos da indústria, comércio e serviços prejudicando uma análise pormenorizada e a perspectiva de implantação e implementação de políticas públicas eficazes ao desenvolvimento do território.

É relevante contextualizar que os dados apresentados consideram o trabalho desenvolvido pela agricultura familiar, mesmo tendo um padrão respaldado na informalidade do setor, apesar do decurso de tempo. Com isso os dados que se apresentam são subestimados e causam distorções, o que em tese reflete diretamente na perspectiva de renda. Em tal contexto, conforme aponta o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADBH, 2008) e o Censo Demográfico do IBGE (2000), pela ordem decrescente, a renda per capita, nos municípios de Ariquemes, Rio Crespo, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Cujubim, Monte Negro e Machadinho do Oeste. Entretanto, em termos de renda média do chefe da família, a situação revela algumas alternâncias e, seguindo a ordem crescente temos Monte Negro, Rio Crespo, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia,

Machadinho do Oeste, Alto Paraíso, Cujubim e Campo Novo de Rondônia.

Como fica evidenciado, o padrão de renda entre os municípios sofre uma grande variação no que se refere à renda per capita, à renda dos rendimentos dos trabalhadores, à renda média do chefe de família e à renda de transferências governamentais. Essa variação reflete diretamente nos serviços públicos oferecidos à população que se ressentem de atendimentos na cidade e na zona rural, devido à escassez de recursos financeiros para os incentivos necessários ao desenvolvimento do território. A Figura 14 demonstra o produto interno bruto por setor da economia no TVJ, conforme dados do IBGE (2009). A mesma propicia a reflexão analítica do que descrevemos anteriormente, ou seja, a renda possui uma dependência da sazonalidade. Com isso, há uma grande flutuação nas oportunidades de trabalho e renda. Por exemplo, no período de comercialização das safras agrícolas para os municípios do TVJ é a que representa a geração de empregos nas cidades. Após esse período, ocorre uma brusca queda nos negócios o que, conseqüentemente provoca uma depressão econômica consumando com a demissão de vários trabalhadores.



Fonte: IBGE, 2009.

Figura 14: Produto Interno Bruto por Setor da Economia no Território Vale do Jamari

Diante desse processo é preciso que o poder público apresente alternativas viáveis e sustentáveis para debelar os problemas como aquisição da produção, ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural, acessibilidade a créditos, garantia de preços mínimos, securitização da produção, entre outros meios indispensáveis ao incentivo à produção de modo que, especialmente a agricultura familiar seja suficientemente vantajosa e permita a permanência na propriedade. Por outro lado, é indispensável que produtores rurais diversifiquem a produção e melhorem a produtividade através de novas técnicas de manejo nas propriedades com o intuito de auferir renda e geração de emprego durante o ano, saindo de uma situação de dependência para de autonomia. Essa observação é valiosa considerando-se ainda a necessidade do exercício do associativismo, cooperativismo, comércio solidário e outras formas de gestão que, infelizmente, encontram-se muito reduzidas no TVJ em virtude de imperar no âmago da sociedade a cultura do individualismo, o que acarreta inúmeros prejuízos a toda população que, muitas vezes, torna-se refém de decisões oriundas de realidades distintas ao encontrado no território.

Outra situação identificada refere-se ao incentivo fiscal que

favorece ao agricultor familiar. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Buritis está elaborando⁷ Projeto de Lei para proporcionar incentivo fiscal a esse grupo social, em especial na área da piscicultura. Existe ainda, no município de Buritis, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que no ano de 2010 foram elaborados e aprovados dois projetos para duas associações rurais no valor de R\$ 98.000,00 beneficiando a Associação dos Produtores Rurais do Marco Satélite-APRUMAS e a Associação dos Produtores Rurais da Linha 03-ASPRO. No ano de 2010, Buritis foi o único município que conseguiu aprovar os projetos no PAA, na região de Ariquemes. Outro município que atende o agricultor pelo PAA é Cacaulândia, além do PRONAF e o programa para aquisição de matrizes leiteiras. O Quadro 8 expõe os beneficiamentos do PRONAF, por municípios do TVJ, sendo esse juntamente com o PNAE, o programa mais procurado pelos agricultores do território⁸.

⁷ Informação obtida durante visitas aos municípios em 2010 e 2011.

⁸ Informações obtidas nas EMATERS dos municípios do TVJ durante trabalho de campo, 2011.

Quadro 8: Aplicação do PRONAF no Território Vale do Jamari.

ALTO PRAÍSO	Pecuária bovina mista: produção de carne, criação, produção de leite; café; mandioca; máquinas e implementos; tratores; aquisição; adubação intensiva do solo; correção intensiva do solo; depósito galpão e instalações congêneres; pastagens (formação ou restauração) outros melhoramentos não especificados; máquinas e instrumentos exploração aquisição; armazém (construção ou reforma) e tulha; terreiros; suínos; correção intensiva do solo; guaraná; arroz; instalações para industrialização e beneficiamento, micro tratores, despoldadores e lavadores.
ARIQUEMES	Pecuária bovina mista, produção de carne e leite; correção intensiva do solo; irrigação (construção ou reforma de açudes); máquinas e instrumentos explorados; outras aplicações de investimento: cacau, abacaxi, café, feijão e urucum; depósito galpão e instalações congêneres; máquinas e implementos; tratores; pastagens (formação ou restauração); residências rurais; micro-tratores-despoldadores-lavadores; florestamento e reflorestamento; irrigação, construção ou reforma; suínos; suinocultura (compra de equipamentos) piscicultura; avicultura (abrangendo compra aves e ovos); eletrificação rural; pastagens (formação ou restauração); soja; cana-de-açúcar; tratores; apicultura (abrangendo compra de abelhas).
BURITIS	Pecuária de bovinos: produção de carne e leite, criação; fornecimento a cooperados; depósito e/ou armazém (construção ou reforma), galpão, paiol, construção ou reforma, instalações congêneres; outros melhoramentos não especificados; máquinas e instrumentos exploração; cacau; micro tratores, despoldadores, lavadores; piscicultura; outros sistemas de captação e aproveitamento de água; pastagens (formação ou restauração); terreiros; máquinas e implementos; carretas-carroças; frutas diversificadas: mandioca, maracujá, cacau, pupunha; vacinas, sais minerais e medicamentos; desbravamento de glebas rurais; eletrificação rural.
CAMPO NOVO	Pecuária bovina mista produção de carne e leite e criação; outras aplicações de investimento; máquinas e implementos; outras aplicações de investimento; avicultura (abrangendo compra aves e ovos), piscicultura; depósito, paiol, galpão e instalações congêneres, construção ou reforma; tratores; irrigação - construção ou reforma; suínos; depósito galpão e instalações congêneres; pastagens (formação ou restauração); máquinas e instrumentos exploração; pastagens (formação ou restauração); caminhões; suínos; café; outras aplicações de investimento; banana, café, cacau; vacinas, sais minerais e medicamentos; máquinas e instrumentos exploração pecuária; avicultura (abrangendo compra aves e ovos); apicultura (abrangendo compra de abelhas).
CUJUBIM	Pecuária bovina mista: produção de carne e leite; depósito galpão e instalações congêneres; pastagens (formação ou restauração); máquinas e instrumentos explor. pecuária; outras aplicações de investimento; outros melhoramentos não especificados; suínos; suinocultura (compra de equipamentos); café; mandioca; máquinas e implementos; tratores; apicultura (abrangendo compra de abelhas).
MACHADINHO DO OESTE	Pecuária bovinos mista: produção de carne e leite e criação; piscicultura; correção intensiva do solo; irrigação (construção ou reforma açudes); outros melhoramentos não especificados; máquinas e implementos; outras aplicações de investimento; tratores; depósito, galpão, paiol, construção ou reforma; máquinas e instrumentos explor. pecuária; suínos; adubação intensiva do solo; proteção do solo (obras de recuperação); pastagens (formação ou restauração); arroz, mandioca, café; residências rurais; borracha (seringueira); desbravamento de glebas rurais.
MONTE NEGRO	Pecuária bovina mista: produção de carne e leite e criação; café; outras aplicações de investimento; depósito galpão e instalações congêneres; irrigação (construção ou reforma açudes); pastagens (formação ou restauração); máquinas e implementos; aquisição pecuária; suínos; cacau; mandioca; máquinas e instrumentos explor. pecuária; tratores; depósito, galpão, paiol, construção ou reforma; vacinas, sais minerais e medicamentos; camionetas; café; outros melhoramentos não especificados; frutas diversas não especificadas.
RIO CRESPO	Pecuária bovina: produção de carne e leite e criação; depósito, galpão, paiol, construção ou reforma; depósito galpão e instalações congêneres; granjas avícolas; abacaxi, mandioca, café, urucum; avicultura (abrangendo compra de aves e ovos); máquinas e implementos; tratores; pastagens (formação ou restauração); aquisição pecuária bovina mista (prod. carne e leite).

Fonte: Banco Central/PRONAF, 2010.

3.4.2. Extrativismo e Agricultura

A região do território vale do jamari tem participado dos vários momentos econômicos decisivos na história rondoniense e pode ser assim caracterizado:

a) Durante os séculos XVIII a XIX sua riqueza consistia na exploração das drogas do sertão, quando bandeirantes e aventureiros faziam as incursões na região hoje intitulada TVJ. Durante as seis primeiras décadas do Século XX, aproximadamente, era constituída de seringais, dos quais se retirava seringa, sorva e caucho para atender ao mercado internacional, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial.

b) Na década de 1950, com a descoberta de minérios abriu-se a extração de cassiterita, inclusive sendo reconhecida em 1980 como umas das maiores jazidas do mundo e que impulsionou a instalação de empresas e a vinda de inúmeros garimpeiros à região. No final da década de 1960, com a abertura da BR-364 e a implantação de projetos de colonização em Rondônia, na década de 80, a região, através dos atrativos (terras) oferecidos pelo INCRA arregimentou enormes quantidades de agricultores advindos das demais regiões do país uma vez que elas apresentavam problemas fundiários e graves tensões, sobretudo do sul e sudeste, forçando o poder público a construir estruturas de apoio à organização desses migrantes.

c) O tema adotado pelo regime político consistia em “ocupar o vazio demográfico”, “integrar para não entregar”, ao tempo em que os colonos teriam que fazer benfeitorias, desmatamentos e queimadas nas propriedades a fim de garantir a posse das terras sendo que essa relação produziu conflitos agrários e conflitos com as populações anteriormente estabelecidas como seringueiros, ribeirinhos e indígenas.

O sistema produtivo rural do TVJ iniciado na década de 1970, por ocasião do processo de colonização verificado em Rondônia, a partir do eixo da BR-364, ao longo dessas quatro décadas passou por inúmeras transformações, principalmente ao final da década de 1980 e, resumidamente, pode ser ilustrado dessa maneira: 1) as primeiras produções consistiam de lavoura branca ou temporária, como milho, arroz e feijão; 2) as mesmas áreas passaram por transformações com o cultivo e manejo de seringa, café e cacau, visto que as lavouras

temporárias mostravam-se insustentáveis economicamente, em razão da escassez de recursos financeiros, créditos e empréstimos e de assistência técnica; 3) posteriormente essas áreas cederam espaços para a pecuária e em alguns casos para os sistemas agroflorestais; e 4) na atualidade, uma quantia dessas áreas é substituída por culturas ligadas ao agronegócio, como a monocultura do arroz e a prática de piscicultura.

Mesmo com toda a descrição mencionada, algumas práticas econômicas permanecem cristalizadas no TVJ como a extração da seringa ou borracha (*Hevea brasiliensis*), assim como a da madeira que tem se constituído nas últimas quatro décadas como um dos setores mais dinâmicos e rentáveis economicamente, ainda que provoquem grandes impactos socioambientais e econômicos devido a vários empreendimentos atuarem ilegalmente. No caso específico da madeira, produção da extração vegetal e da silvicultura, (IBGE, 2003 e 2008) destacam-se Ariquemes e Machadinho do Oeste, com extração superior a 100mil m³/ano. Contudo, verifica-se a mudança territorial dessa atividade para Buritis e Cujubim, principalmente.

O panorama da situação entre os anos 2003-2008 demonstra a extração vegetal com os alimentos obtidos na floresta e com valor econômico. A borracha, o carvão, a lenha e a madeira, como produtos contribuintes do PIB e geradores de trabalho e renda no TVJ. A exploração da madeira tem diminuído em virtude de dois fatores: a) a diminuição do estoque madeireiro obrigando os empresários a instalarem-se em outros municípios com maior potencial, uma vez que os custos são menores; b) pela atuação dos órgãos ambientais que tem reprimido as ilegalidades, sobretudo com produtos de unidades de conservação e terras indígenas.

Quanto à questão relacionada às lavouras temporárias e permanentes, os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) (IBGE, 2003, 2008 e 2009) apontam uma mudança no setor produtivo rural do TVJ, a exemplo do que acontece em praticamente todo país. As lavouras temporárias como o abacaxi e o tomate sofreram diminuição de áreas de plantio enquanto outras, como o arroz, feijão e mandioca obtiveram ligeiro aumento tanto em área, quanto em produtividade. Esse perfil podendo ser atribuído pela aquisição de sementes melhoradas, novas

técnicas de manejos, por exemplo, mecanização em várias propriedades.

Entretanto, fica evidenciado que algumas dessas culturas possuem a tendência de ser extirpadas como parte das atividades econômicas, em razão do alto custo operacional, ou seja, não são atrativas econômicas por não gerarem a lucratividade esperada pelos produtores.

Em relação à produção das lavouras permanentes, banana, café, borracha, abacate, cacau, coco-da-baía, goiaba, guaraná, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, palmito, pimenta do reino, tangerina e urucum, apresentam semelhanças verificadas com as lavouras temporárias que tiveram várias flutuações na produção no período de 2003 a 2008. Sobretudo, pelo elevado custo de manejo e a instabilidade de mercado, forçando os produtores rurais a migrarem para outras áreas mais vantajosas e que oferecessem retorno mais rápido e com maior lucratividade, como é o caso da pecuária. Em tal contexto, a lavoura cafeeira é a que sofreu maior redução no que se refere à área plantada e colhida, sintomaticamente diminuindo a produção.

Esse fator se relaciona a outros níveis de dificuldades na geração de negócios, destacando-se: falta de mão de obra qualificada; burocracia para implantação do negócio, inclusive no que se refere à inspeção fitossanitária e obtenção de certificação do produto com as medidas de qualidade que os casos requerem; ineficiência ou falta de planejamento e gestão dos negócios, incluindo-se o processamento, a armazenagem e a comercialização do produto; dificuldade de operacionalizar *merchandising* e *marketing* do produto através de marca própria; a produção *in natura* encontrar-se distribuída de forma aleatória e/ou desconcentrada, devido aos altos custos com a logística de transporte e armazenagem; descapitalização dos produtores e frágil organização social; e sazonalidade da produção, o que eleva os custos com a manutenção de máquinas, implementos, além dos encargos trabalhistas.

Para amenizar a problemática, os municípios de Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste já aplicam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), utilizadas na alimentação escolar, creches e hospitais, inclusive instalando o banco de alimentos para evitar o desperdício de produtos cuja finalidade é o atendimento também da

população carente.

Outra iniciativa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é a de adquirir alimentos da agricultura familiar, conforme a Carta CONAB/SUREG/RO nº 2098, de 21.10.2010, relativo ao Programa de Aquisição de Alimentos, tem-se: a) 29 agricultores familiares atendidos em Buritis, através da comercialização de produtos hortifrutigranjeiros beneficiando 14 entidades, cujo valor da transação é de R\$ 95.328,49; b) compra direta de 30 produtores de Ariquemes com aquisição de 56.755 quilos de feijão, sendo o investimento de R\$ 78.655,25.

É importante destacar algumas iniciativas de base associativo-cooperativista dirigidas por pequenos e médios produtores, como é o caso da Associação de Produtores de Leite de Ariquemes e região, que consegue otimizar e agregar valor à produção, inclusive com o beneficiamento do leite, com certificação do serviço de inspeção animal. Na região, por força do cooperativismo, está em fase de implantação em Ariquemes um moderno frigorífico de bovinos cuja finalidade é propiciar o aumento e valorização na renda dos cooperados, de modo a oferecer uma opção importante que é evitar a venda direta às empresas privadas.

3.4.3. Pecuária

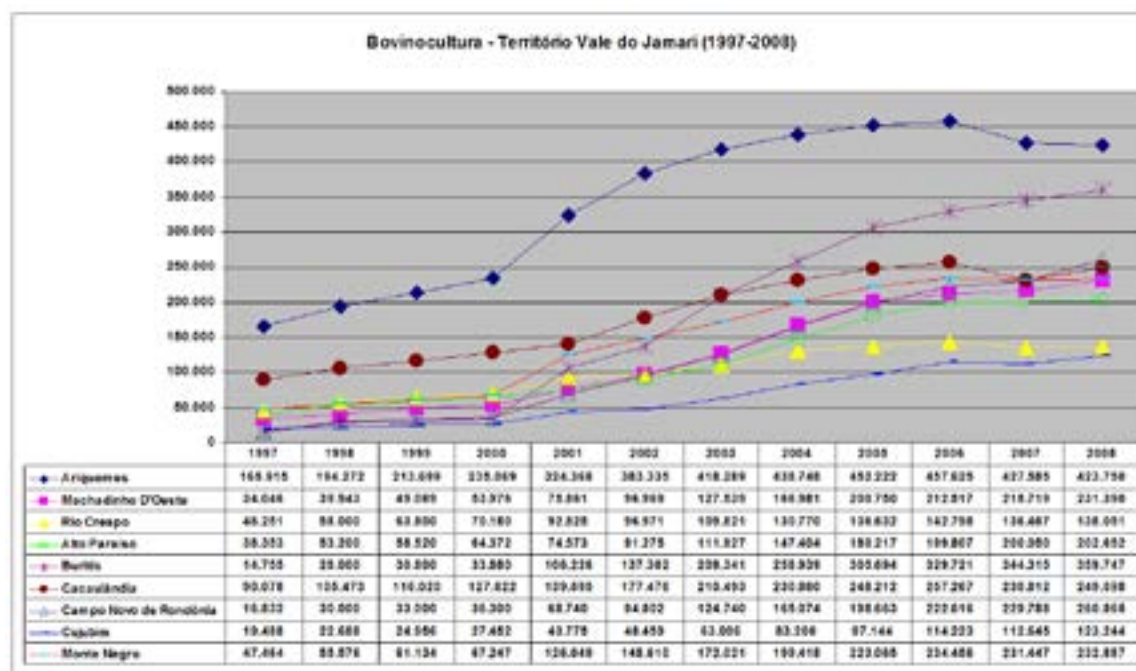
Como anteriormente situado, o TVJ, a partir da década de 1970 passou por inúmeras configurações espaciais em seu setor produtivo rural. Se em seu início a produção era focada na subsistência das famílias e no atendimento interno da região, na atualidade o agronegócio e a produção de alimentos vegetais e animais atendem ao mercado nacional e internacional e uma parte dos produtos sai *in natura*, enquanto outros são industrializados, com isso gerando maiores divisas econômicas aos municípios da região. Nessa configuração espacial, verificada a partir dos anos 1990, a agricultura mesmo apresentando um peso significativo na economia do território dá espaço para a pecuária que tem avançado como pode ser verificado com a bovinocultura leiteira e de corte.

A análise sobre o período de 1997-2008 revela que no TVJ a expansão da bovinocultura teve um enorme avanço saindo de 473.182 cabeças em 1997 para 2.042.599 em 2008, ou seja, um incremento

real de quase 5 vezes o número inicial do período, contribuindo efetivamente para que Rondônia seja um dos maiores estados produtores e exportadores de carne do país. É imprescindível destacar a existência de pelo menos três frigoríficos em Ariquemes cuja produção atende o mercado regional, a cidade de Manaus e à exportação de carne inspecionada para diversos países. Vários municípios do TVJ contam com matadores e/ou abatedouros municipais e atendem o mercado local, bem como a existência de abatedouros clandestinos.

Conforme dados de Produção Agrícola Municipal (PAM) (IBGE, 1997-2008), a pecuária bubalina não obteve uma expansão

significativa, constando um plantel de 1.150 cabeças em todo o TVJ. Uma das possíveis razões para a não proliferação dessa pecuária é o fator cultural em que se tem o animal como bravo quando é criado solto (Figura 15). Na realidade, não se percebeu claramente se os produtores de bubalinos produzem leite, tidos como de qualidade e valor nutricional, cujo preço de comercialização, inclusive queijo que é superior àqueles apresentados pelos bovinos. Em relação à carne de búfalo não é apreciada e nem muito aceita pelos moradores do TVJ, provavelmente por razões culturais e ainda pelo alto valor, uma vez que há um pequeno efetivo do rebanho.



Fonte: IBGE/SIDRA, 2008.

Figura 15: Pecuária, bovinocultura de 1997 a 2008 no Território Vale do Jamari.

O mesmo se aplica em relação a jumentos ou asininos, que apresenta um número inferior a quatro centenas de animais, de modo que se conclui a existência somente em algumas propriedades, embora se saiba da robustez e a rusticidade desses animais para exercer as atividades em lotes, sítios e fazendas. A não aceitação para a criação dessa

espécie, possivelmente esteja ligada à questão econômica, uma vez que não alcança valores significativos para a venda se comparados a cavalos e éguas, sendo esses geralmente negociados em feiras e exposições agropecuárias. Essa condição coloca os asininos em desvantagem porque para os produtores rurais, os animais criados devem representar

lucros de modo que são usados como fator de capitalização para o desenvolvimento, manutenção de suas propriedades, destacando-se a construção de cercas, currais, revigoramento das pastagens e outras despesas cotidianas. Quanto aos muare, totaliza-se 6.097 cabeças em todo o TVJ e o município de Ariquemes responde por aproximadamente 25% do efetivo. Pelos números apresentados considera-se uma discreta valorização desses animais que estão ligados aos trabalhos pesados nas propriedades em função da robustez.

Os caprinos configuram-se como um tipo de pecuária com pequena participação econômica no PIB do TVJ, cujo efetivo atingia em 2008 a cifra de 4.957 cabeças. Sua destinação é quase exclusivamente para a subsistência de seus donos, embora se saiba que a carne desse animal é muito saudável, porém, o consumidor local não possui o hábito de apreciá-la como recurso nutricional. Devido à pequena oferta de sua carne e do leite, os preços praticados são bastante elevados. Em relação aos galináceos, galinhas, galos, frangas e frangos, apresentam-se no TVJ como expressiva fonte de renda para os agricultores familiares, principalmente nos períodos de entressafras. Os galináceos são criados soltos em quintais dos sítios, chácaras e ainda em quintais urbanos, servindo como subsistência. Verifica-se ainda, a comercialização de aves vivas ou abatidas em feiras livres e feira do produtor alcançando na atualidade valores entre R\$ 18,00 a R\$ 30,00 cada, dependendo do porte.

Apesar de não obtermos acesso aos dados sobre o efetivo de outras aves criadas no TVJ, é notória a comercialização e consumo doméstico de patos, perus e codornas, também comercializadas em feiras. Não temos informações quanto ao efetivo de aves criadas em granjas, uma vez que o TVJ não possui frigorífico específico destinado ao abate de galináceos. Aliás, em Rondônia, somente Espigão do Oeste, no território rio machado, é detentor de estrutura, inclusive sendo o maior produtor estadual de galinha de granja.

A suinocultura, com 39.251 animais em 2008 é uma atividade praticada em todo o TVJ, com destaque para Buritis, Machadinho do Oeste, Ariquemes, Campo Novo de Rondônia e Alto Paraíso, como os maiores produtores e que tem seus animais criados soltos nas propriedades ou em chiqueiros. A atividade, como pode ser constatada

no período de 1997-2008, apresentava oscilações negativas no efetivo do rebanho como em 2002, 2006 e 2008, o que provavelmente esteja relacionada à elevação dos preços de medicamento e a desvalorização da carne suína. Pela realidade encontrada, a maior parte dos animais é abatida clandestinamente e a carne é comercializada em açougues, casas de carne e feiras livres, o que coloca em risco a saúde da população consumidora.

O abate clandestino pode ser explicado devido ao pequeno número de animais, o que inibe a implantação de estruturas complexas que dependem de mão de obra especializada e licenciamento ambiental. Inviabilizam-se, assim, os investimentos necessários ao desenvolvimento da atividade. Outro elemento que está presente é a falta de incentivo e investimento governamental aliado à questão da competitividade frente aos estados do Sul que são grandes produtores de suínos e contam com estruturas consolidadas. A ovinocultura, conforme apontam os dados do PAM/IBGE, ao longo do período 1997-2008, apresentou uma expansão importante, sendo um importante indicador de agregação de renda aos produtos, considerando que se trata de um animal com carne nobre, preços competitivos e que aos poucos se integra à mesa dos rondonienses. Assim como os suínos e caprinos, resente-se a falta de estrutura inspecionada para o abate, o que propicia a ação de matadouros e/ou abatedouros clandestinos. A carne é comercializada em açougues, casas de carne, feiras livres e feiras do produtor, de modo que se torna acessível à população do TVJ.

Ariquemes, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Alto Paraíso, destacam-se como os municípios que apresentam os maiores plantéis de ovinos no TVJ, embora individualmente não atinjam a cifra de 5.000 animais. Em relação à produção de origem animal por tipo de produto, no período 2003-2008, no TVJ, ficou evidenciado que:

a) A produção leiteira

Fonte de renda mais importante dos produtores rurais entre os demais tipos de produtos de origem animal. Os municípios de Machadinho do Oeste, Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro são os mais expressivos, com uma produção anual superior a 10 milhões de litros. A contribuição desse produto faz com que Rondônia seja um dos maiores produtores nacionais de queijo mussarela. Outro

dado importante é que Ariquemes possui laticínios que industrializam leite pasteurizado e longa vida (UHT), conforme informado pela EMATER durante trabalho de campo. Todas as linhas vicinais para as associações rurais possuem equipamentos de resfriamento e conservação do produto. É coerente mencionar que parte da produção leiteira, por razões de logística é diretamente comercializada em Jaru, considerado um dos maiores municípios produtores de leite do Estado. O município de Jaru está localizado no território central. Pasteurização ou processamento em ultra alta temperatura (UHT) e produção de queijos como, por exemplo, mussarela.

b) A Produção de ovos

Houve uma diminuição no ano de 2008, com produção de 1.119.000,00 dúzias e cada município contribuiu com mais de 50.000 mil dúzias, com exceção de Rio Crespo que produziu 31.000 mil dúzias. Esse produto é comercializado em feiras livres, diretamente ao consumidor, supermercados e representa um acréscimo na renda dos produtores, especialmente no período das entressafras.

c) A produção de mel

No período 2003 a 2008 houve algumas oscilações, entretanto o quantitativo em 2008 foi de 8.725 quilos, com destaque para Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia e Machadinho do Oeste. O mel atende o mercado consumidor local e estadual. Embora contribuindo na totalidade da produção estadual, a quantidade produzida é inferior a verificada em Vilhena e Rolim de Moura.

Outros produtos de origem animal como ovos de codorna e lâ não foram registrados no banco de dados do IBGE. Apesar de sua existência, a produção atende basicamente as necessidades dos produtores. Quanto aos subprodutos de origem animal, como sebo para a fabricação de sabão, não existem dados disponíveis, mas um dos frigoríficos de Ariquemes realiza seu processamento e coloca no mercado o sabão Jamary. O sangue e ossos dos animais necessários à fabricação de ração para animais, incluindo peixe, não se sabe qual a destinação final, enquanto o couro de bovinos é exportado para

curtumes de outras regiões do país, especialmente São Paulo e Rio Grande do Sul, grandes produtores de calçados. Desse modo, percebe-se que os produtos de origem animal são importantes contribuintes na geração de trabalho e renda do TVJ, entretanto, é necessário que seja agregado valor à produção e isso implica diretamente na melhoria da qualidade do produto através de certificação, inclusive àqueles de origem vegetal.

3.4.4. Pesca Artesanal e Piscicultura

Com relação à produção de peixes, observam-se iniciativas de pisciculturas em todos os municípios do TVJ. Ariquemes destaca-se como um dos maiores produtores de pescado em cativeiro, sendo que o tambaqui é a espécie manejada e com aceitação pelo mercado consumidor, cuja comercialização atende a regional e municípios como Porto Velho. Nesse contexto, Ariquemes conta com um frigorífico destinado ao pescado em cativeiro, com capacidade de recebimento de 05 toneladas/dia. Quanto aos subprodutos do pescado, como couro para a fabricação de bolsas, sapatos e decoração, assim como espinhas e ossos para a ração, não se sabe a destinação. Faz-se necessário a implantação de políticas que valorizem os subprodutos, de modo a oferecer maior rentabilidade aos produtores, além de minimizar possíveis impactos ambientais.

Em relação ao pescado nativo no TVJ, é praticado por cerca de 327 pescadores tradicionais que sobrevivem da atividade, intercalando com agricultura, pecuária e outros trabalhos que necessitem de sua mão de obra. Esse tipo de pesca se circunscreve nos rios maiores e com piscosidade, como é caso do Jamari e Machado, onde capturam-se as espécies de peixe acará, barbado, curimatã, dourado, matrinhã, pacu, piau comum, piranha, sardinha, tambaqui e traíra. O comércio desse pescado ocorre nos municípios locais e proximidades, conforme apresentado no censo da pesca estrutural, 2006 (Quadro 9). Nessa mesma fonte identificam-se outras informações referentes aos pescadores do TVJ.

Quadro 9: Característica da Pesca no Território Vale do Jamarí.

Município	Localidades	Serviços disponíveis	Associativismo nas localidades	Infraestrutura apoio à produção	Infraestrutura de frio
Machadinho do Oeste	5ºBEC	Energia Posto de saúde Escolas-séries iniciais	Sindicato Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Balsa linha 28	-	Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Cachoeira São José	Energia Hospital Escolas-séries iniciais	Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Casa Preta	Energia Posto de saúde Hospital Escolas-séries iniciais	Associação	Barracão	2 fábricas de gelo/barra -capacidade 2 t/d
	Ponte do Rio Belém	Energia Hospital Escolas-séries iniciais	Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Porto II de Novembro	Posto de saúde	Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Setor Barragem	Escola ensino fundamental	Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Tabajara	Energia Posto de saúde Escolas-séries iniciais	Colônia	Barracão Salgadeira	-
Ariquemes	Ariquemes	Energia	Sindicato Colônia	Barracão Salgadeira	-
	Rio Jamarí	Energia Posto de saúde Escolas-ensino médio	Colônia	Barracão Salgadeira	4 fábricas de gelo/escama- capacidade 20 t/d
	Rio Preto	Energia	Colônia	Barracão	-

Fonte: ADA/Censo estrutural da pesca, 2006.

Diante dessas informações, faz-se necessário ampliar as infraestruturas para a produção e fortalecimento do comércio da pesca

artesanal que, além de apresentar características de não agressão ao o meio ambiente, contempla trabalhadores tradicionais do território.

3.4.5. Turismo

O turismo no TVJ como alternativa econômica já é possível, conforme abordado nos subtópicos sobre cultura, esporte e lazer. Elementos como a EXPOARI, que movimenta turistas do estado e proximidades; as festas de peão e boiadeiro, que movimentam o comércio local e proporcionam a socialização dos agricultores, da mesma forma que as festas religiosas do TVJ, além dos campeonatos de pesca que envolvem os moradores locais e atendem aos visitantes e/ou participantes de outros municípios. Porém, o que há de maior repercussão hoje no território é a Corrida de Jerico, em Alto Paraíso, que no ano de 2011 estava com cobertura internacional. É um evento que movimenta tanto o mercado local quanto os dos municípios próximos. Em todas as festas são feitas parcerias para compra e venda de produtos do agricultor proporcionando uma renda alternativa para o agricultor familiar.

3.4.6. Artesanato

O artesanato como alternativa econômica no TVJ ainda está dependendo da feira do agricultor. É uma atividade que faz parte da feira e sua representatividade encontra-se no momento da divulgação e da produção artesanal que, na verdade, reproduz o modo de vida do agricultor. Exemplificando, no município de Cacaúlândia, recentemente, foi implantada uma feira do pequeno agricultor, coordenada por uma artesã e agricultora familiar que expõe suas produções diariamente: peças em argila que retratam o mundo vivido por ela e trabalhos de outros artesãos locais.

3.4.7. Infraestrutura

Quanto à infraestrutura do TVJ, além de compreender a malha viária, a energia, habitação e outros, buscou-se identificar as estruturas do poder público existentes nos municípios. Nesse sentido, verificou-se em todos os municípios a existência de um complexo unificando as secretarias municipais e são poucos os casos onde se faz necessário ter mais espaços públicos para atender a demanda social. Com exceção de Rio Crespo, todos os outros municípios apresentam agência bancária do Banco do Brasil; no caso de Cujubim será reinaugurada

uma representação bancária ainda esse ano. Já o INCRA possui representação somente em Ariquemes e Machadinho do Oeste e tal situação é desfavorável ao município de Buritis, pois nele há muitos assentamentos dependentes do INCRA, conforme já foi apresentado.

No que tange às organizações sociais, em todos os municípios identifica-se a existência do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTR), indiferente se estão ou não com boa atuação. Esta organização é um dos maiores meios de lutas para a classe trabalhadora rural, sendo fundamental para o fortalecimento das ações para os trabalhadores do TVJ.

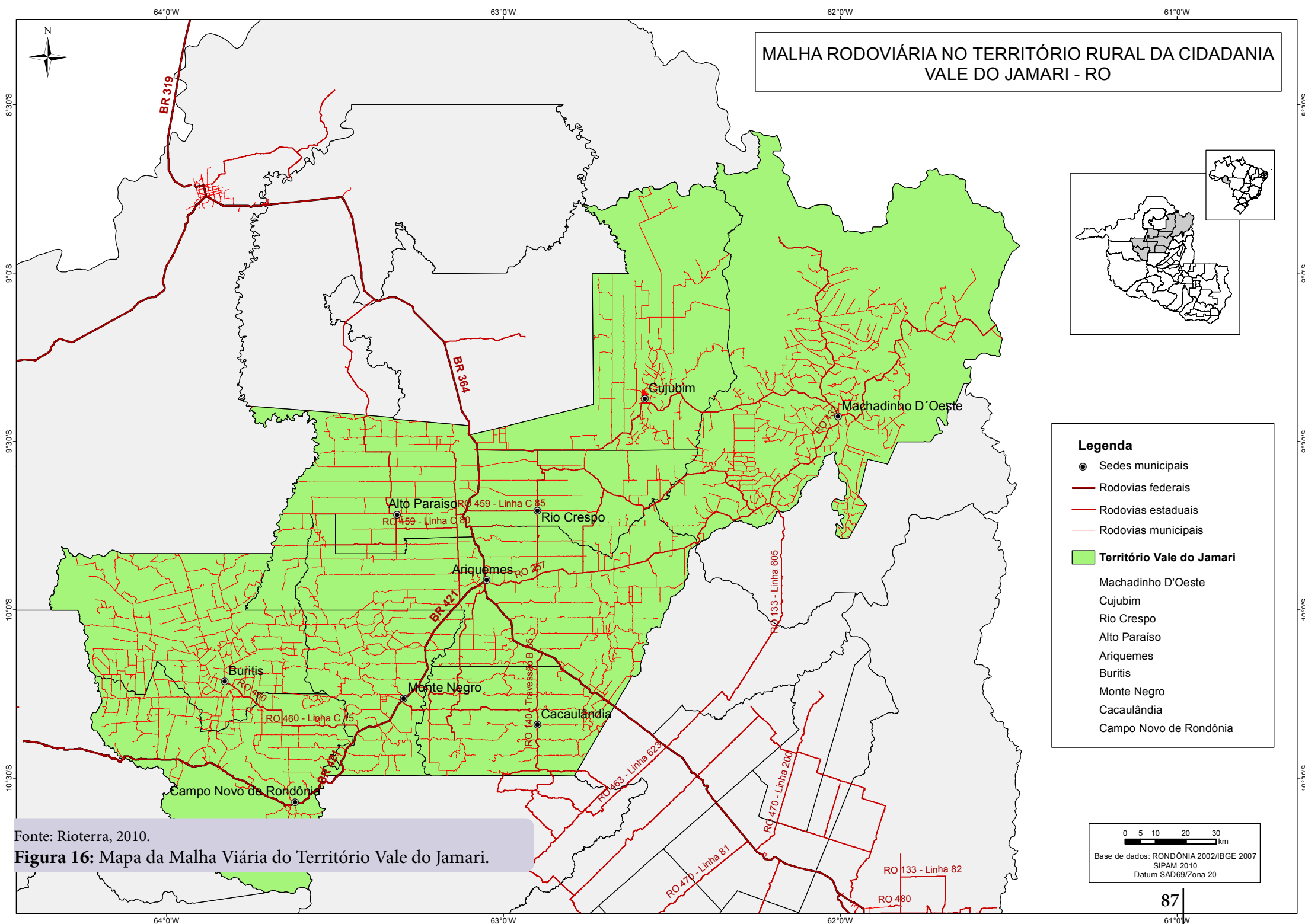
3.4.8. Malha Viária

É composta por rodovias federais (BR-364 e BR – 421), estaduais, municipais e coletoras e/ou carreadores⁹, localizadas no interior das propriedades. Desse modo, a construção, manutenção e conservação é de responsabilidade da União, Estado, Municípios e proprietários.

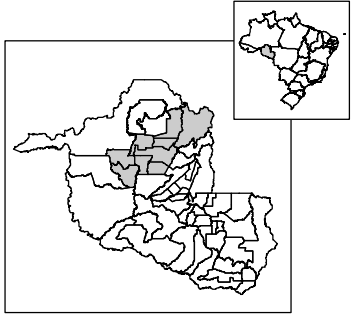
Em termos de extensão, os municípios apresentam as maiores malhas viárias seguindo do Estado, da União e dos proprietários. Em relação à União, a BR-364, totalmente pavimentada, passa somente pela cidade de Ariquemes, embora atinja os municípios de Cacaúlândia, Alto Paraíso e Rio Crespo, num percurso aproximado de 100 quilômetros dentro do TVJ. A BR-421, com parte pavimentada, sai de Ariquemes, passa por Monte Negro e Campo Novo de Rondônia, num total aproximado de 160 quilômetros.

Entre as rodovias estaduais mais importantes no TVJ estão a RO-452 (Cujubim), RO-205 (Rio Crespo), RO-140/144 (Cacaúlândia), RO-257/133 (Machadinho do Oeste), RO-459 (Alto Paraíso), RO-010 (Monte Negro/Cacaúlândia) e RO-480 (Monte Negro/Buritis). Abaixo Figura demonstrativa da malha viária do território (Figura 16).

⁹ Essas estradas recebem outras denominações regionais como linhas vicinais, travessões, ramais ou varadouros. As rodovias municipais recebem como denominação a abreviatura de seus municípios, seguidas de números de identificação. O mesmo procedimento é adotado nas estaduais.

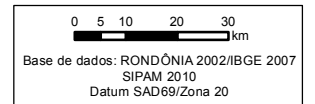


MALHA RODOVIÁRIA NO TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA
VALE DO JAMARI - RO



Legenda

- Sedes municipais
- Rodovias federais
- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais
- Território Vale do Jamari
- Machadinho D'Oeste
- Cujubim
- Rio Crespo
- Alto Paraíso
- Ariquemes
- Buritis
- Monte Negro
- Cacaupônia
- Campo Novo de Rondônia



Fonte: Rioterra, 2010.

Figura 16: Mapa da Malha Viária do Território Vale do Jamari.

A Secretaria de Planejamento do município de Cacaúlândia informou que do total de 970 Km de responsabilidade do município será recuperado de abril a. Em períodos chuvosos de novembro a março apenas 40% apresenta acesso recuperado. As RO's (140 e 010; TB-40, TB-80 e TB-30) são de responsabilidade do Estado, no entanto o município tem feito recuperação de 72 Km dessa malha. O município de Machadinho do Oeste possui malha viária urbana em entorno de 40% asfaltada, entretanto, sem esgotamento sanitário (total), e apenas as ruas centrais estão com drenagens fluviais. Da mesma forma, no município de Cujubim identifica-se hoje 58,94 km de estrada estadual pavimentada; 25,88 km de estrada estadual não pavimentada; 5,76 km de estrada municipal pavimentada e 875,79 km de estrada municipal não pavimentada. Quanto aos outros municípios não foi informado a situação da malha viária.

3.4.9. Energia

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, 77,20% das famílias recebem esse serviço e os municípios localizados na BR 364 e/ou com menor distância quilométrica desta, apresentam maior índice de cobertura, como: Rio Crespo, Ariquemes, Monte Negro e Alto Paraíso, com cobertura superior a 85%. Cacaúlândia, no entanto, aproxima-se de 80% de cobertura. Os municípios mais distantes, Buritis, Campo Novo de Rondônia e Machadinho do Oeste situam-se entre 55%-65%; a exceção neste grupo é Cujubim que atinge cerca de 80%.

É salutar observar que a energia elétrica fornecida até o princípio da década de 1990 estava praticamente restrita à zona urbana do TVJ e apresentava-se com uma capacidade baixa, ocorrendo grandes instabilidades. Com a implantação do Linhão Porto Velho-Vilhena, através da Usina Hidrelétrica de Samuel e de sistemas independentes, a energia tornou-se menos oscilante permitindo a expansão da agroindustrialização e de outros empreendimentos que demandam esse serviço. Nesse interstício, a implantação de políticas energéticas como Luz no Campo e Luz para Todos possibilitou aos pequenos, médios e grandes produtores rurais acessarem ao serviço que, todavia, não atingiu a todos devido ao elevado valor para instalação de transformadores e redes.

Com a implantação e expansão da energia elétrica no TVJ, verificaram-se melhorias significativas na qualidade de vida da população, das quais destacamos alguns resultados: a) acesso à informação, através de televisores, sistemas de comunicação (telefonia rural, por exemplo), computadores com conexão à internet via rádio em várias propriedades; b) armazenamento e conservação de alimentos e produtos considerados perecíveis; c) implantação de agroindústrias de micro, pequeno, médio e grande porte; e d) melhoria da produtividade agrícola, pecuária e horticultura, com a implantação de sistemas de irrigação conjugado com outras técnicas, em várias propriedades.

3.4.10. Comunicação

O rádio é o instrumento de comunicação comum a todos os municípios e em Cacaúlândia tem-se a rádio FM do Povo, 100% de alcance tanto urbano quanto rural. Em Ariquemes, as rádios Clube Cidade FM e Verde Amazônia (AM/FM) fazem o papel de instrumentos de comunicação nesse área. Em Machadinho do Oeste, a FM 97; em Cujubim, a FM Belém 87,9; em Monte Negro, FM 97,9; e a Interativa FM de Buritis. Todos os municípios possuem telefonia pública, telefonia fixa e móvel, além de provedores de internet com conexões variadas (discada e banda larga). Em várias propriedades mais afastadas da cidade, a população faz uso de telefonia rural e de radioamador.

Além desse avanço, todos os municípios possuem recepção de redes nacionais de televisão e no município de Ariquemes existem canais que exibem programação local (Rede Bandeirantes, Globo, SBT, Record e Rede TV). Quanto aos jornais impressos, em Ariquemes tem-se o Voz Regional, também on line, com divulgação das notícias da região. Em relação às revistas não se tem informação de suas existências.

A região do TVJ é servida de sites de notícias, tais como: Ariquemes 190, Ariquemes Notícias, Ariquemes Online, Foco em Notícias, Planeta Rondônia, Povo em Alerta, Blog Portal Ariquemes, Blog Vale Tudo, Notícias Daki, Ariquemes e Região, Klik (também provedor), todos da cidade de Ariquemes. Ainda, Machadinho Online, Machadinho estrela; Monte Negro Notícias, Cujubim agora. A maioria das prefeituras municipais do TVJ disponibiliza de sites informativos.

3.4.11. Habitação

Diante das informações do Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), julho de 2010, a situação de habitação nos nove (9) municípios do território é considerada distante da ideal, uma vez que há uma parcela relevante da população que mora em condições desfavoráveis, em que se evidencia até mesmo o risco de morte em decorrência da precariedade das casas construídas.

Assim, temos 46.717 famílias no TVJ, das quais 8.567 com casa de tijolo, 372 em casa de taipa, 36.661 em casa de madeira, 446 em residência com material aproveitável, 671 em condições diversas. Nesse universo, 36.065 famílias (77,20%) são atendidas com energia elétrica, o que evidencia a necessidade de implementação e universalização desse serviço no TVJ. Por essa fonte de informação não é possível saber se existem no TVJ famílias sem teto, entretanto, se nos determos nos tipos de residências, essas seguem em sua maioria o modelo adotado pelo processo de colonização e a qualidade das edificações diretamente se relaciona ao padrão econômico das famílias. Com isso há uma variedade expressiva quanto ao padrão de tamanho, conservação e de matéria-prima utilizada na construção, o que pode significar a existência de sem tetos no território.

Em busca de outras informações, o município de Cacaulândia informou que dos 557 domicílios urbanos habitados, 20% encontra-se em situação de pobreza, e dos 697 domicílios rurais habitados, 10% possui características de situação de pobreza. Na mesma dinâmica, a Secretaria de Ação Social do município de Cujubim constatou que existe um grande número de famílias vivendo em domicílios em situação de pobreza, dos 14.080 habitantes e, dentre esses, aproximadamente 4.000 famílias vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. O município de Machadinho do Oeste está em fase de conclusão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que deverá concluir os estudos para aferir a demanda de habitação local e suas possíveis soluções, conforme informado pela Secretaria de Planejamento do município.





3.4.12. Regularização Fundiária

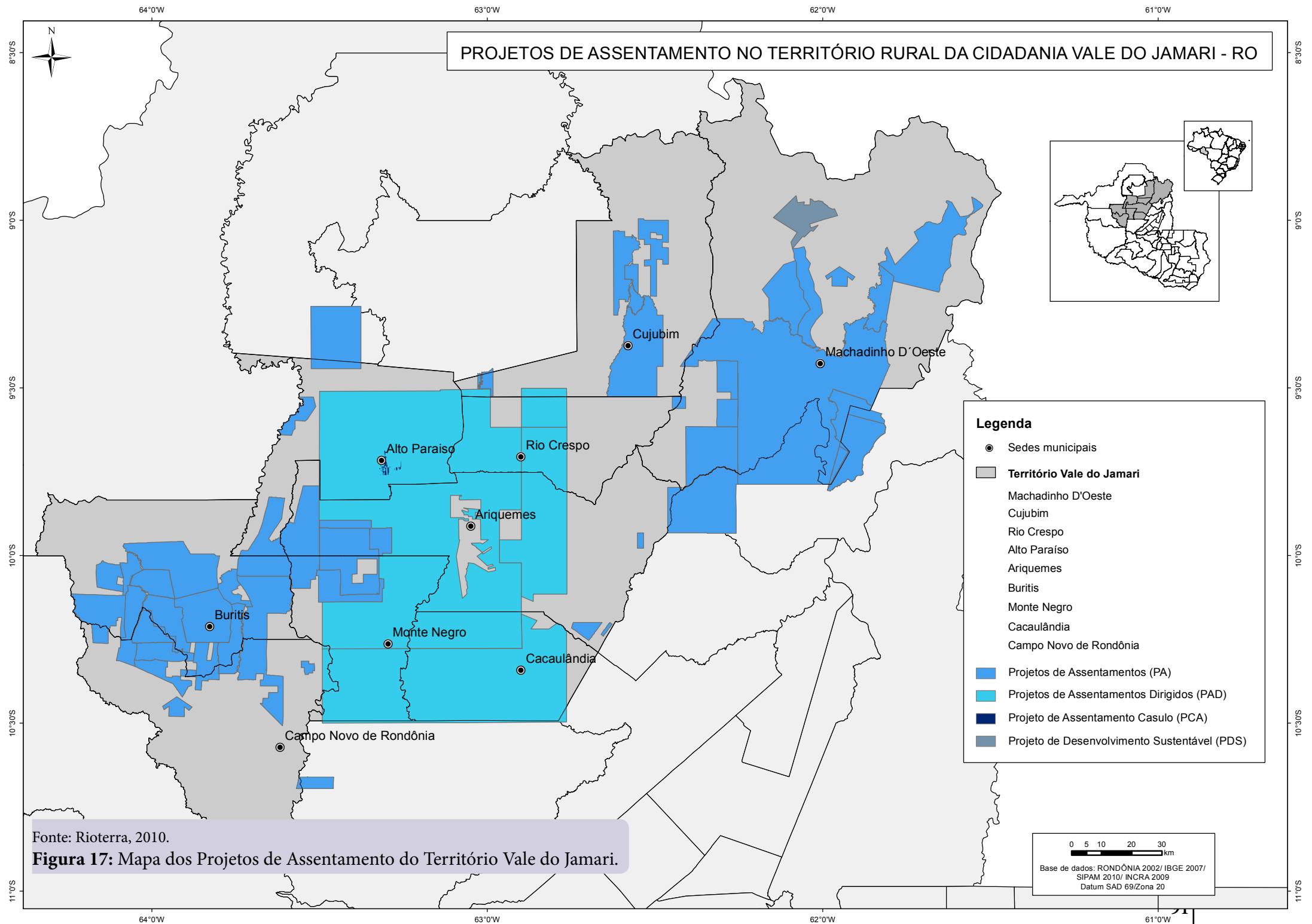
A situação fundiária está presente nos nove municípios do território vale do jamari, neste existem duas unidades avançadas do INCRA, sendo uma no município de Ariquemes e outra em Machadinho. A unidade de Ariquemes é responsável por 10 municípios, destas sete estão no território vale do jamari. Na Figura 14 pode-se espacializar os assentamentos do território.

No município de Machadinho foi informado¹⁰ a existência de nove assentamentos, são eles: PA Machadinho; PA Tabajara I (ambos emancipados pelo programa terra legal e recebem assistência de ATER); PA Pedra Redonda; PA Santa Maira I e II; PA Lajes; PA Amigos do Campo; PA Cedro Jequitibá; PA Maria Mendes; PA União; e PA Tabajara II. Esses últimos assentamentos ainda são dependentes do INCRA. Além das ações do INCRA para regularização fundiária, os atores sociais do TVJ estão com acesso ao programa Terra Legal, do MDA (Figura 17).

Após visitas aos municípios do território, Alto Paraíso informou que 60% das propriedades são emancipadas, pois já receberam títulos definitivos do projeto de assentamento Marechal Dutra. 40% são áreas sem documentos expedidos pelo INCRA, sendo esse o principal conflito fundiário do município e, como consequência, os produtores rurais têm dificuldades de acesso às políticas públicas. Outro município que apresentou conflitos sociais foi Buritis, com presença do Movimento dos Sem-terra (MST).

Quanto ao atendimento de ATER, percebeu-se a importância de assistência técnica para o agricultor e agricultora ficando a solicitação de capacitação e assistência técnica para a produção. Essa situação é comum aos nove municípios do TVJ, considerando a demanda dos municípios que sugerem ao colegiado a necessidade de deliberações das execuções das assistências técnicas.

¹⁰ Informação obtida da EMATER do município (2011)





CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO

4.1. Planejamento para 2015

A visão de futuro do território vale do jamari foi pensada a partir de uma dinâmica em grupo e participativa, onde os envolvidos tiveram total liberdade de expressão e manifestação dos sonhos para uma vida futura no território.

O grupo pensou e programou ações territoriais¹¹ com base na pergunta: o que sonhamos para o TVJ em 2015? Dessa forma, estarão preparados para possíveis adversidades que poderão surgir, além de ser esse o principal objetivo da construção da visão de futuro do território.

Considerando que o TVJ existe desde 2003, temos o histórico que possibilitou uma construção fundamentada em experiências já vivenciadas pelos atores sociais do TVJ, proporcionando melhor clareza e organização em suas necessidades para o futuro, demonstrando ainda um amadurecimento do colegiado e o desejo de continuar fortalecendo o programa território da cidadania. Os sonhos dos atores sociais do TVJ foram apresentados em forma de textos pelos cinco grupos conforme Quadro 10.

¹¹ Esse universo temporal de cinco anos foi estabelecido pelo grupo durante a Reunião Ampliada ocorrida em novembro de 2010, construída com metodologia participativa. Logo, foi possível envolver todo o grupo.



Quadro 10: Visão de Futuro do Território Vale do Jamari.

Grupo 1	Sonham com um desenvolvimento regional; com a agricultura familiar forte; com concretização das agroindústrias; efetivação de infraestrutura territorial (rodovias, usina, porto). Sonham, também, com a melhoria do IDH e a busca pela efetivação territorial sustentável. Para sonhos em longo prazo: Rondônia com destaque na produção de alimentos no cenário mundial, através da tecnologia na educação.
Grupo 2	Sonham com o envolvimento dos familiares, da juventude, para proporcionar continuidade ao desenvolvimento Territorial. Sonham, também, com uma produção com menos espaço, sem agrotóxico, mais agroecológica e a recuperação de APP/mata ciliar. Ainda sonham com uma educação para uma vida sustentável com Política Territorial na grade curricular, além da implantação de agroindústrias no campo para gerar renda e qualidade de vida, redes de comercialização forte, e oportunidades para evitar o êxodo rural.
Grupo 3	Sonham com um território fortalecido, com ações globalizadas, gestadas nas Câmaras Temáticas. Sonham a sociedade civil integrada e agente no processo de dinamização do território da cidadania. Também sonham com uma dinamização econômica que dê suporte de sustentabilidade para os representantes não governamentais a fim de participarem das ações do território.
Grupo 4	O sonho de todos os componentes do grupo é melhorar as condições de vida do povo da região nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Para tanto, o território da cidadania é uma das ferramentas para conquistar esse foco, com a participação das esferas do poder municipal, estadual e federal. Para que esse sonho seja descrito no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem com os desafios já descritos é preciso traçar algumas metas. Então, faz-se necessária a participação de todos os beneficiários diretos e os agricultores familiares. No espaço urbano, pelas cooperativas e associações organizadas, que essas sejam gestoras. Como sugestão é indispensável que existam cooperativas de produtores organizadas no setor rural e cooperativas populares no setor urbano, e que essas entidades tenham o poder de gestão assumindo o compromisso e a responsabilidade de execução de projetos.
Grupo 5	Sonham com um Brasil rural, com saúde de qualidade, PSF com médicos e enfermeiros à disposição, incluindo sistema odontológico que atenda a todos. Desejam uma educação de qualidade no campo, onde os jovens e adultos possam ser educados sem precisar sair de seu habitat natural. Um sistema educacional voltado para o meio rural, diferenciando-se da educação urbana. Sonham, também, com a regularização fundiária nos projetos de assentamento para estarem aptos a venderem os produtos da agricultura familiar para as redes de ensino.

OBS: As condições aqui relatadas reproduzem fielmente como ocorreram os debates, sendo construídos pelo consenso dos presentes em Reunião Ampliada, realizada em novembro de 2010.

A partir dos sonhos e desejos do grupo torna-se possível planejar a caminhada do território proporcionando a construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento, fortalecimento e consolidação do mesmo. Assim, almeja-se para 2015, um território fortalecido, com ampla e ativa participação da sociedade civil, nas decisões de ações, nos planejamentos de projetos e nas organizações territoriais, bem como associações e, principalmente, cooperativas rurais produzindo e trabalhando juntos objetivando o desenvolvimento sociocultural e sustentável do TVJ.

Desse modo, o território vale do jamari, com a sua identidade territorial busca a valorização dos aspectos econômicos, ambientais, culturais e sociais através da sustentabilidade e realidade local, com ênfase a tornar-se referencial na Amazônia, prioritariamente no setor agrícola, com a demonstração da capacidade em desenvolver e aprimorar a cidadania com sustentabilidade e participação. Com isso, proporcionar às futuras gerações do território condições de trabalho e um ambiente saudável e propício à melhoria da qualidade de vida de sua população, bem como cidadania participativa, como protagonistas de seus próprios destinos, conforme apresentado e explanado na visão de futuro do TVJ, é o sonho dos atores e atrizes desse território.

Resumidamente, pode-se dizer que os “sonhos” dos atores sociais do TVJ estão focalizados nos seguintes pontos norteadores: predomínio de ações agroecológicas; agricultura familiar forte; agroindústrias familiares; Brasil rural; capacitações para elaboração de projetos; cooperativas populares no setor urbano; comercialização forte;

desenvolvimento territorial; desenvolvimento regional; dinamização do território da cidadania; dinamização econômica; educação de qualidade; evitar êxodo rural; melhores condições de vida; melhoria do IDH; participação de associações e cooperativas; participação municipal, estadual e federal; produção de alimentos no cenário mundial; recuperação das APP's; regularização fundiária; saúde no campo; sociedade civil integrada e participativa; sustentabilidade para representantes não governamentais; território fortalecido e, por fim, um modo de vida sustentável.

Apesar da diversidade podemos considerar um bom início para imaginarmos e construirmos um território que possa vir a se fortalecer e destacar-se em nível nacional. A partir disso, torna-se possível planejar a caminhada do território, principalmente pelo fato de ser uma demanda apresentada pelos próprios atores sociais do TVJ. As ações apresentadas buscam a curto, médio e longo prazo a qualidade e funcionalidade, de modo a possibilitar a construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento, fortalecimento e consolidação do território.

Logo, a visão de futuro está alicerçada e aceita no território como ampliação de oportunidades de investimento e desenvolvimento de projetos inovadores, a partir das experiências locais e incorporação de políticas públicas, com valorização holística de sustentabilidade e identidade territorial, capaz de desenvolver e aprimorar a cidadania e decidir o destino da população, como protagonista de sua própria história.





CAPÍTULO V



CAPÍTULO V: EIXOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

5.1. Desenvolvimento Territorial

Os eixos de desenvolvimento do PTDRS foram construídos a partir da sistematização participativa das informações dos atores sociais do TVJ. Dessa forma, o TVJ apresenta os seguintes eixos estratégicos¹² como políticas públicas com aplicabilidade no setor agrícola do território vale do jamari: (a) melhoria e valorização da educação para o campo; (b) fortalecimento, valorização e aprimoramento da agricultura familiar; (c) valorização, bem-estar social e qualidade de vida para agricultora e agricultor familiar; (d) desburocratização e regularização fundiária; e (e) fortalecimento do desenvolvimento social e econômico (Quadros 11 a 16).

¹² Os eixos estratégicos foram construídos durante a Reunião Ampliada do TVJ, ocorrida em novembro de 2010.

Quadro 11: Eixo de desenvolvimento melhorias e valorização da educação para o campo.

Eixo Estratégico: Melhoria e Valorização da Educação para o Campo	
Linha de ação	Propostas
Incentivo e qualificação para o professor	Valorização salarial do professor rural através de política diferenciada, de modo a assegurar sua permanência na zona rural. Formação de profissionais educadores para o desenvolvimento de suas atividades no campo.
Fortalecimento de Políticas Públicas para a Educação Rural	Implantação de Câmara Temática da Educação trabalhando com as escolas Famílias Agrícolas. Implantação e implementação de processos de gestão e administração do/no campo.
Estruturação e ampliação de unidade de ensino do campo	Adoção de estrutura e infraestrutura adequada para o ensino do campo. Melhoria no sistema de transporte escolar. Implantação e instalação de Faculdade Rural. Construção de escolas no campo. Maior número de escolas urbanas e rurais dentro dos padrões mínimos de funcionamento. Acesso à internet, nas escolas rurais.
Educação diferenciada para o campo	Cursos técnicos para os agricultores. Elaboração de currículo diferenciado e de calendário escolar diferenciado para a educação do campo.
Apoio e incentivo à organização social	Conscientização para o resgate dos interesses e a confiança dos agricultores familiares objetivando o trabalho em cooperativa. Fortalecimento, organização e empoderamento das associações e cooperativas da Agricultura familiar. Realização constante de cursos, palestras e trabalhos para as associações. Fortalecimento de cooperativas visando à exportação da produção e a agregação de valores. Realização de capacitação e envolvimento de técnicos locais para a certificação dos produtos. Contratação de profissional capacitado e motivado para desenvolver trabalho à formação e organização social.

Quadro 12: Eixo de desenvolvimento fortalecimento, valorização e aprimoramentos da agricultura familiar.

Eixo Estratégico: Fortalecimento, Valorização e Aprimoramento da Agricultura Familiar	
Linhas de ação	Propostas
Créditos para atender o agricultor	Implementação do PRONAF sustentável. Aumento e fortalecimento dos créditos para gênero propiciando a geração de trabalho e renda. Implementação do crédito rural para mulheres e jovens.
Capacitações para a agricultora e/ou agricultor familiar	Capacitação direcionada à produção da (para) mulher rural. Capacitação das famílias agricultoras para a obtenção de créditos. Capacitação de famílias agrícolas com vista à verticalização da produção através de agroindústria. Capacitação agroecológica da agricultura familiar oportunizando à diversificação da produção e melhoria da qualidade de vida.
Apoio e expansão da produção	Incentivo à agroindústria familiar e comunitária. Incentivo à agroecologia. Apoio à mulher e ao jovem à produção. Implantação e ampliação do Programa Compra dos Alimentos de produção da mulher rural e da agricultura familiar, pela rede escolar. Fortalecimento e empoderamento da agricultura familiar gerenciada pela mulher rural. Construção de planos municipais que atendam a realidade da agricultura familiar. Elaboração de planos municipais a partir dos critérios adotados para as microbacias, definidos pelo TVJ. Implantação de propostas decorrentes da identificação de necessidades e interesses dos agricultores.
Fortalecimento das políticas públicas para o campo	Oferecimento de assistência técnica adequada à realidade do agricultor. Disponibilidade de assistência técnica voltada ao aumento da produtividade. Oferecimento de assistência técnica para o fortalecimento das organizações sociais. Implantação e implementação de melhoria das políticas públicas para jovens e mulheres do campo. Implantação de política diferenciada à mulher rural enfocando a violência física e subjetiva. Implantação de alternativas para evitar o êxodo rural tanto de jovens quanto da terceira idade.

Quadro 13: Eixo de desenvolvimento valorização, bem-estar social e qualidade de vida para agricultura e agricultor familiar.

Eixo Estratégico: Valorização, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida para Agricultora e Agricultor Familiar	
Linhas de ação	Propostas
Incentivo das prefeituras e Estado ao esporte, arte e cultura.	Criação do calendário festivo territorial. Estímulo ao desenvolvimento de festas folclóricas no território. Implantação de campeonato de pesca. Incentivo à política de passeios ecológicos. Divulgação dos artistas locais. Implantação de atividades audiovisuais (cinema, etc.) na área rural. Implantação de academias para a terceira idade. Elaboração e desenvolvimento de projetos focando audiovisual, gastronomia, artes cênicas, literatura, dança, história regional e artes plásticas. Desenvolvimento do circuito cultural-turístico para o território com eixo gastronômico e musical. Desenvolvimento de ações locais nos municípios voltadas à cultura*. Implantação e implementação de políticas públicas de lazer na zona rural.
Fortalecimento de políticas públicas para o lazer	Implantação de políticas de promoção às atividades olímpicas. Implantação de políticas públicas para o lazer. Implantação de ações esportivas para jovens e crianças. Implantação de educação esportiva como política de inclusão social.
Estruturação para esporte, arte e cultura	Criação de quadras esportivas. Criação de praças. Melhoria nos campos dos municípios.
Saúde para o campo	Desenvolvimento e aprimoramento da saúde no todo resgatando a medicina natural e manipulação das ervas. Desenvolvimento de hábitos de saúde coletiva e preventiva. Implementação de farmácias populares nos municípios. Implementação de tratamento odontológico. Implementação de saúde pública de qualidade. Implantação e implementação de programas de saúde para a mulher. Implantação de programas específicos sobre as doenças, por região. Contratação de profissionais para a zona rural. Implantação de Centro de Atendimento Psicossocial para tratar os usuários de drogas.

Quadro 14: Eixo de desenvolvimento valorização, bem-estar social, qualidade de vida para o agricultor familiar.

Eixo Estratégico: Valorização, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida para o Agricultor Familiar	
Valorização Etnocultural	Desenvolvimento de valorização e respeito ao espaço dos povos tradicionais. Realização de estudos sobre o resgate das práticas culturais dos povos tradicionais e da colonização. Disseminação das informações no TVJ. Construção de uma identidade múltipla. Implantação de um museu das culturas.
Segurança pública	Capacitação e educação de policiais bem como treinamento para esses profissionais. Acompanhamento psicológico constante aos policiais. Política de valorização e melhoria salarial para o efetivo policial. Aquisição de patrulha adequada. Aquisição de viatura blindada. Aquisição de equipamentos de trabalho avançados. Unificação das polícias. Punição severa aos policiais corruptos e violentos. Desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego e renda, evitando assim, maiores problemas com a segurança pública. Combate ao financiamento de campanhas através de Comitês da Cidadania e Voto Consciente.
Infraestrutura para o campo	Adoção de políticas de habitação como fator de qualidade de vida ao TVJ. Construção padrão de habitação para todos. Promoção de melhoria nas atuais habitações. Promoção de melhoria e construção de pontes e estradas.

Quadro 15: Eixo de desenvolvimento desburocratização e regularização fundiária.

Eixo Estratégico: Desburocratização e Regularização Fundiária	
Linhas de ação	Propostas
Fortalecimento e novas políticas públicas para regularização fundiária	Regularização das terras fundiárias públicas do território através do Programa Terra Legal. Desenvolvimento de estratégias que possam atender aqueles que ainda não foram contemplados com o Programa Terra Legal. Regularização das reservas extrativistas e reconhecimento dos seus habitantes. Regularização dos terrenos urbanos.

Quadro 16: Eixo de desenvolvimento fortalecimento do desenvolvimento social e econômico.

Eixo Estratégico: Fortalecimento do Desenvolvimento Social e Econômico	
Linhas de ação	Propostas
Pecuária	Melhoramento genético do rebanho (tecnologia na pecuária com transferência de embriões). Diversificação do rebanho animal. Verticalização da produção animal (industrialização de produtos e subprodutos). Obtenção do selo de qualidade da produção. Implementação de laticínios, frigoríficos e abatedouros comunitários, de modo a proporcionar a geração de oportunidades com trabalho e renda.
Piscicultura	Aproveitamento com piscicultura de áreas degradadas, assim como de potencial hídrico propício à atividade. Verticalização da produção de pescado. Implementação de frigoríficos comunitários de modo a oportunizar a geração de trabalho e renda.
Agricultura	Diversificação da produção familiar (agricultura tradicional e orgânica, olericultura, sistemas agroflorestais, etc.). Verticalização da produção através de agroindústrias. Implantação de agroindústrias familiares e comunitárias. Desenvolvimento de políticas de conscientização sobre o uso de agrotóxicos. Desenvolvimento de políticas de conscientização sobre a produção de produtos orgânicos. Desenvolvimento de estratégias (publicidade e marketing) relacionadas ao comércio solidário. Incentivos fiscais para a aquisição de maquinário visando o aumento da produtividade e a diminuição do desmatamento, assegurando a permanência dos agricultores familiares na propriedade.
Relações Humanas e Sociais no Território	Realizações periódicas de palestras de motivação para melhoria das relações sociais. Implementação de políticas de ações sociais. Empoderamento das cooperativas e associações para resgate das pessoas que estão marginalizadas social e economicamente perante a sociedade. Legitimação de conselhos e realização de oficinas com temas específicos de interesse da população rural. Empoderamento das pessoas que compõem os conselhos. Realização de capacitações voltadas para as relações humanas e sociais. Criação de fluxo contínuo de informações inerentes ao TVJ.



CAPÍTULO VI



CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS

A construção das propostas e projetos do território vale do jamari ocorreu de forma participativa com base nas atividades sociais, culturais, educacionais e produtivas explanadas a partir do diagnóstico. A contribuição de todos estava fundamentada no interesse comum para o território.

As oficinas territoriais foram as ferramentas utilizadas para a construção das propostas de projetos para o desenvolvimento do TVJ, fomentadas com base nos sonhos apresentados na visão de futuro e nas experiências compartilhadas dos atores envolvidos. A partir dessa construção, pode-se buscar a integração de políticas públicas diversificadas para atender as ações comuns traçadas para o desenvolvimento e o fortalecimento do território.

As propostas e projetos estão organizados por dimensão, interligando a visão de futuro e o diagnóstico do território trabalhado nas quatro oficinas territoriais, sendo: a) gestão territorial e ambiental; b) direito: cidadania e políticas públicas; c) comunicação; e d) gestão e organização social (Quadros 17 a 36).

Quadro 17 (a): Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura, Esporte e Lazer.

TEMA: CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Sugestão de ação: Desenvolver na Câmara Temática, essas propostas que trabalham educação e cultura do TVJ			
Título do Projeto	Justificativa	Público-Alvo/Parceiros	Local
Festival de interação cultural brasileira	Tendo em vista que as populações que habitam a microbacia do TVJ são oriundas de todos os estados do Brasil, faz-se necessário o encontro dessas pessoas para o resgate da cultura de origem.	Público alvo: População RO; Parceiros: Prefeituras das microbacia; associações; grupos teatrais; empresários e governo do estado.	Município de Monte Negro. Área de Abrangência: Microbacia Buritis, Campo Novo e Monte Negro.
Valorização das culturas locais já existentes com construção de três estruturas - uma por micro bacia	Para disseminar o conhecimento da diversidade cultural no TVJ, respeitando o espaço dos povos tradicionais; construir uma identidade múltipla; resgate cultural com inclusão social; construir estrutura e espaço físico; potencializar e fortalecer a economia dos municípios; manter o intercâmbio entre os municípios para não haver conflitos das datas festivas. (Valorizar a produção local evitando que os produtores de outros municípios predominem nos eventos locais. Valorizar a cultura local e pensar outras ações para atender a população).	Público alvo: População em geral e governo das três esferas; comerciantes, agricultores, artesões, toda a sociedade, associações e sindicatos.	Machadinho: Garota Cachoeira; Rio Crespo: Arraial do Povão Cujubim: Feira do Artesanato e Festa do Abacaxi em todo o território.
Disseminar o conhecimento cultural do TVJ através de um museu virtual	Para aumentar a consciência dos povos e preservar os marcos tradicionais das diversas culturas existentes no TVJ, compreendendo a diversidade local. Construir um museu em cada município, incluindo um museu virtual abrangendo todos os municípios do território.	Público alvo: comunidade de todo o território nas três microbacias. Parceiros: Secretaria Municipal Educação e SEDUC; Sistemas "S"; OAB, Ministério do Esporte e Cultura.	Microbacias: Ariquemes, Buritis e Machadinho;
Festival de novos talentos	Abrir espaços para novos talentos com objetivo de tirá-los do anonimato.	Público alvo: comunidade de todo o território. Parceiros: Secretaria de Educação; Secretaria de Esporte e Lazer e meios de comunicação.	Abrangência: Campo Novo, Buritis e Monte Negro.
Central de apoio à cultura, esporte e lazer (lugar para os jovens ter conhecimento).	Visando atender os municípios de Machadinho, Rio Crespo e Cujubim, objetivando a dinamização e incentivando novas ações culturais através de apoio físico, financeiro e representações institucionais.	Público alvo: A população do território. Parceiros: Prefeituras; SECEL, MINC; Ministério dos Esportes; entidades sociais vinculadas ao Sistema "S".	Em Cujubim Ex. de novas ações: urbanização da lagoa em Rio Crespo (praça); Festival do porto 2 de Novembro em Machadinho; ampliação da praça municipal em Cujubim.

Quadro 17 (b): Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura, Esporte e Lazer.

TEMA: CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Ação: Desenvolver na Câmara Temática, Propostas que Trabalham Educação e Cultura do Território Vale do Jamari			
Título do Projeto	Justificativa	Público Alvo/Parceiros	Local
Criação de centros para práticas de esporte e cultura	Construir um espaço adequado para proporcionar ao jovem e à terceira idade ocupação articulada e integrada de conhecimentos culturais e esportivos, bem como cobrir as academias já existentes para terceira idade. Fundo cultural, seja por meio de consórcio ou por outras instituições que contribuam com a cultura, para que proporcionem o funcionamento dos espaços. Os mesmos deverão ter equipamentos para aulas de dança, música, teatro e eventos culturais. Deve favorecer as festas tradicionais e atender ainda a proposta de calendário territorial das festividades culturais.	Crianças, jovens e adultos.	Monte Negro, Buritis e Campo Novo.
Olimpíadas Territoriais	Interação social da população rural do território através do resgate das tradições esportivas e lazer com atividades e trabalho rural. Proporcionar a valorização de esportes em grupos.	Público alvo: Toda população do território, priorizar inicialmente a população rural. Parceiros: governos federal, estadual e municipal, através de suas Secretarias, autarquias, etc.	Itinerante (em um município diferente a cada ano).
Implantação de academias cobertas e parques populares, nos assentamentos e associações rurais	Promover o bem-estar físico e mental valorizando a socialização e integração da comunidade. O único lugar de encontro hoje do povo rural é a igreja. Com essa academia seria um lugar diferente para socializar, além de ser um lugar para fazerem aulas esportivas e fisioterapia.	Público alvo: População do meio rural. Parceiros: Secretarias de Ação Social (Estadual e Municipal); MEC, MDA, Sistema “S”; MDS, Instituição de Ensino Superior, prefeituras; empresas privadas.	Assentamentos, associações rurais (Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaúlândia).
Implantação de parques infantis nos assentamentos e associações rurais	Promover a integração, lazer e socialização de crianças de 4 a 12 anos.	Público alvo: Crianças no meio rural. Parceiros: Secretaria de Ação Social (Estadual e Municipal); MEC, MDA, Sistema “S”; MDS, Inst. de Ensino Superior, prefeituras; empresas privadas.	Nos assentamentos e associações de produtores rurais da microbacia TVJ (Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaúlândia).
Implantar jogos olímpicos interterritoriais	Intercâmbio cultural visando promover a socialização, a interação das comunidades e identificação de novos talentos dentro do esporte.	Público alvo: População rural e urbana. Parceiros: Secretarias Estadual de Educação e de Esporte.	Em todo o território.

Quadro 18: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero e Geração.

TEMA: GÊNERO E GERAÇÃO			
Ação: Desenvolver na Câmara Temática Propostas de Direitos e Desenvolvimento Social do Território Vale do Jamari			
Título Do Projeto	Justificativa	Público-Alvo/Parceiros	Local
Implantação da semana da saúde do idoso (verificar dentre os municípios do território as datas comemorativas do dia do idoso e unificar para uma data territorial ou estadual que acontecerá simultaneamente).	Obter informações sobre a saúde do idoso e ao mesmo tempo proporcionar lazer e divertimento através de atividades para esse grupo.	Público alvo: Idosos da área rural e urbana dos territórios. Público alvo (Parceiros): Secretaria de Ação Social (municipal e estadual); Secretaria de Saúde (municipal e estadual); Sec. Educação (municipal e estadual); Sistema “S”; prefeituras e Faculdades de Fisioterapia, Enfermagem e Medicina.	Primeiro nas comunidades, escolas e associações da zona rural e finalizando com a integração dos idosos da zona rural com a zona urbana.
Implantar nas escolas polos grupos de apoios aos jovens (serão realizadas palestras, encontros, cursos, sempre relacionando a agricultura aos eventos rurais, criando um calendário anual de programação dos eventos).	Incentivar os jovens da área rural sobre a importância do desenvolvimento municipal, estadual e nacional, sempre relacionado às atividades que podem ser desenvolvidas na própria unidade rural. Exemplo: cursos técnicos realizados dentro da própria escola polo (adicionar um currículo especial para as escolas da área rural incentivando e buscando cursos de panificação, doces, derivados do leite e outros).	Público alvo: Jovens da área rural; Parceiros: Secretarias de Educação (municipal e estadual); Secretaria de Saúde; Sistema “S”; prefeituras e governos; Ministério da Educação, Esporte e Lazer.	Escolas polos dos territórios.
Circuito do Cidadão*	Promover a criação e a implantação de legislação municipal que regulamente o Circuito do Cidadão, objetivando a realização de eventos e ações itinerantes e periódicos do poder público municipal, através de suas secretarias, com ações específicas de gênero e geração (essas ações devem atender a todos, “ir longe” - alcançar os distritos).	Público alvo: crianças, jovens e adultos. Parceiros: prefeituras e governo do estado e MDA (propõe que os municípios e governo criem leis que atendam a esse público, indo de encontro aos anseios da população desassistida).	Em cada uma das microbacias. Ex. área rural de cada município, escolas polos, barracões de associações, núcleos urbanos e rurais.
Ação cidadania mulher	Promover ações direcionadas às mulheres como inclusão social, regularização de documentação pessoal, capacitação, conhecimento dos direitos (legislação), acesso ao crédito, organizações produtoras e direito à saúde (levar conhecimento de ações que favoreçam a vida das mulheres rurais, pois essas, quando fazem algo sempre pensam nos filhos e marido, considerando, assim a mulher).	Público alvo: Mulheres da área rural. Parceiros: prefeituras; SEAGRI; EMATER; INCRA e MDA.	Área rural dos municípios de Cujubim, Rio Crespo e Machadinho do Oeste.
Grupos de convivência da terceira idade, na zona rural (o projeto foi idealizado pensando na área rural).	Organizar grupos de 3ª idade na zona rural para tornar possível a socialização, com momentos de lazer e informações, com acompanhamento de profissionais de áreas específicas: saúde, educação e assistência social.	Público alvo: Homens e mulheres da terceira idade. Parceiros: prefeituras; governo do estado por meio da Secretaria de Saúde, Ação Social e Educação; associações rurais.	Zona rural de Buritis, Campo Novo e Monte Negro. Nas escolas polos, igrejas e Associações rurais.

Quadro 19: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação.

TEMA: EDUCAÇÃO			
Ação: Desenvolver na Câmara Temática Propostas que Trabalham Educação e Cultura do Território Vale do Jamari			
Título Do Projeto	Justificativa	Público-Alvo/Parceiros	Local
Educação no campo	Adequação da grade curricular voltada para a área rural e que atenda às necessidades educacionais e culturais da mesma; empreendedorismo rural; gestão de associativismo e cooperativismo; dinamização econômica visando a detenção de lucratividade; gestão ambiental e sustentabilidade; tecnologia voltada para agricultura familiar (deve levar em consideração a realidade local, exemplifica-se com a produção de café, seringa, cacau.)	Público alvo: professores e alunos das áreas rurais. Parceiros: Governo federal (MDA, MEC E Universidades); Governo Estadual (SEAGRI e SEDUC); Governo Municipal (Secretaria Municipal de Agricultura e de Educação); Entidades (Conselhos Municipais, Cooperativas e Associações); classe política nas três esferas e leis próprias.	Zona rural de todos os municípios do território.
Implantação das Escolas - EFA's* e Universidades Agrícolas. Acredita-se que esse modelo é o mais indicado para qualificar o jovem para o campo. Ao término do curso o aluno tem a percepção de produção para a sua propriedade. Essas escolas devem ser responsabilidade do Estado.	Fixação dos jovens nos meios rurais promovendo a permanência no campo e o desenvolvimento das unidades de produção com os conceitos de desenvolvimentos agrosustentáveis. Para diminuir o êxodo rural dos jovens, capacitando-os de acordo com a realidade local, com práticas agrícolas, trazendo melhorias e aumento da produção agropecuária e silvopastoril.	Parceiros: Instituições, financiadoras; Sociedade civis; Cooperativas; Governo federal, estadual e municipal; Ministério da Educação; MDA; Sindicatos e Associação rural.	Polo de Machadinho: Cujubim. Polo de Buritis: Campo Novo e Monte Negro. Polo Alto Paraíso e região, (1 escola por microbacia). Nas microbacias, considerando os municípios que apresentam maior número de famílias assentadas (EFA's); Universidades agrícolas (TVJ).
Reestruturação das escolas polos (adequar a educação para o grupo que está sendo atendido, reformulando o que já existe e contemplando uma educação para o campo)	Incluir nas escolas polos estruturas voltadas para a educação no campo, pois essas escolas atualmente não dispõem de infraestrutura para qualificação no setor agrícola. Ex: Laboratório de informática; Campos experimentais e Laboratórios de análise e pesquisa.	Governo federal (MDA, MEC); Universidade; Governo estadual (SEAGRI/SEDUC), Governo municipal (Secretaria Municipal de Agricultura e de Educação) e Conselhos Municipais; Cooperativas e Associações;	Escolas polos já existentes e as serem instaladas nos municípios que compõem o território Vale do Jamari (Rio Crespo), atendendo alunos das áreas rurais dos municípios componentes do TVJ.
Educação e inclusão digital	Para levar conhecimento e tecnologia digital, melhorando o extrativismo e a agricultura familiar, subtraindo o máximo que o solo passa a oferecer com o mínimo de agressão ao meio ambiente, fortalecendo, assim, o orçamento familiar agregando valores ao produto e efetivação do PRONATEC.	Parceiros: MDA; prefeitura; EMATER; CEPLAC; Secretaria de Educação, Municipal e Estadual; SEBRAE, SENAI, SENAR, MEC e IFRO.	Nos municípios do TVJ, por microbacia, áreas exteriores.

Quadro 20: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde e Infraestrutura.

TEMA: SAÚDE			
Ação: Desenvolver na Câmara Temática Propostas que Trabalhem Saúde, Saneamento e Acesso à Água do Território Vale do Jamari			
Título do Projeto	Justificativa	Público Alvo/Parceiros	Local
Saúde preventiva	Para fortalecimento dos Programas, contratação e capacitação dos servidores e conselheiros na área de saúde; valorização dos profissionais da saúde; plano de carreira, cargos e salários; fortalecimento das unidades com infraestrutura; diagnóstico e divulgação das doenças existentes na região; valorização das medicinas alternativa, tradicional e popular. Construção de um hospital de pequeno porte com sala de cirurgia No Rio Crespo.	Parceiros: As três esferas de governo; Pastoral da Saúde; Conselhos de Saúde, EMATER e Ministério de Ciência e Tecnologia.	Nas microbacias do território (Machadinho, Ariquemes e Buritis).
Saúde Curativa	Para dotar de infraestrutura e atenção da média complexidade na região e contratação de profissionais especializados tais como: cardiologia, pediatria, ortopedia, ginecologista, obstetra, oftalmologista, psiquiatra, otorrino e psicólogo. A contratação desses profissionais para atendimento específico nas microbacias do território. Cirurgia de média complexidade. Implantação da Unidade de Atendimento Psicossocial e construção de unidade ambulatorial para o atendimento de oftalmologia, psicossocial e otorrino, nas microbacias, ampliando as estruturas já existentes para atender municípios próximos.	Parceiros: As três esferas de governo e Ministério da Saúde.	Microbacias: Machadinho, Ariquemes e Buritis.
Saúde e Saneamento	Para o atendimento da Lei 11.445/07. Assessoria do plano municipal de saneamento para nortear os municípios referentes a resíduos sólidos, água, esgoto, drenagem, saneamento rural e para os ribeirinhos, montando um plano para nortear as ações de saneamento bem como a questão dos resíduos sólidos.	Parceiros: Governo estadual, municipal e federal; Ministério da Saúde, das Cidades e FUNASA.	Em cada município das microbacias.
Unidade móvel hospitalar para a área rural (atender o agricultor que não tem acesso hoje a saúde).	Descentralização do atendimento; acessibilidade; evitar sobrecarga urbana; redução de custos para o produtor; valorização da família rural.	Parceiros: Secretarias municipais e estaduais de Saúde; Ministério da Saúde; MDA; Instituições de Ensino Superior em Saúde.	Uma unidade móvel em cada município realizando o atendimento exclusivamente na área rural.

Quadro 21: Proposta Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde.

TEMA: SAÚDE			
Ação: Desenvolver na Câmara Temática Propostas que Trabalhem Saúde, Saneamento e Acesso à Água do Território Vale do Jamari			
Título do Projeto	Justificativa	Público Alvo/Parceiros	Local
Reabilitação das parteiras	Resgate da tradução dos partos humanizados; valorização do “ser” (parteiras) para com o “ser” humano; reconhecimento e capacitação das parteiras.	Público-alvo: Mulheres em período fértil e acompanhamento pré-natal. Parceiros: Pastorais da Criança e da Saúde; ONGs; Secretarias municipais e estaduais.	Localidades rurais e urbanas de maior densidade populacional.
Saúde a agroecologia	A saúde pública vem se agravando nos últimos anos e uma das causas é o consumo de alimentos produzidos com quantidade exorbitante de agrotóxicos. Com a prática da agroecologia é possível reduzir o alto índice de doenças provocadas pelo uso de alimentos contaminados contribuindo com a segurança alimentar.	Público-alvo: agricultor familiar, escolas e associações. Parceiros: Fundação Banco do Brasil; CEPLAC; prefeituras; EMATER.	Buritis e Campo Novo de Rondônia.
Medicina alternativa (acessibilidade às plantas medicinais)	Com o uso de plantas medicinais e homeopatia vamos reduzir o consumo de medicamentos alopáticos que fazem mal à saúde.	Público-alvo: agricultores familiares. Parceiros: Pastoral da Saúde e da Criança; Secretaria de Educação e de Saúde.	Território Vale do Jamari.
Hospital Regional em Ariquemes	Atender a demanda do TVJ, na média e alta complexidade dos usuários do SUS; desafogar as unidades de saúde em PVH e melhorar o atendimento dos usuários do SUS.	Público-alvo: todos os municípios do TVJ. Parceiros: as três esferas do governo que sejam ligadas à saúde.	Ariquemes.

Quadro 22: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública e Infraestrutura.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA E INFRAESTRUTURA			
Sugestão de ação: Desenvolver nas Câmaras Temáticas, essas propostas que trabalham educação e cultura, direitos e desenvolvimento social do TVJ			
Título do Projeto	Justificativa	Público Alvo/Parceiros	Local
Implantação de centro de socialização e aprendizagem	Promover a socialização, integração, aprendizagem, ética e civismo de crianças e adolescentes.	Público alvo: Crianças e adolescentes com faixa etária entre 10 e 12 nos; Parceiros: Ministérios de Integração Social, de Educação, Segurança Pública; Secretaria municipal e estadual de Educação; Conselho tutelar.	Na microbacia de Ariquemes, Alto Paraíso e Cacaúlândia.
Criação de unidades integradas (unir os três órgãos: Polícia militar, Polícia civil e bombeiros no mesmo espaço com informatização e tecnologia avançada)	Agilidade e produtividade nas ações policiais com o uso da tecnologia da informação. Ajustar cargos e salários com equiparação salarial devido à desigualdade existente dentro das categorias atuais. Além de realizar levantamento de informações necessárias em curto prazo para determinar as estratégias das operações.	Parceiros: Força Nacional; Ministério Público; Secretaria de Educação; Secretaria de Segurança Estadual; Ministério da Justiça e Ministério da Ciência e Tecnologia.	Em todo o território
Criação de Polícia Rural	Em função do alto crescimento da violência em todo território, vê-se a necessidade da criação da política rural. A própria comunidade rural pode participar, sendo capacitada e preparada para fazer parte do corpo de segurança na área rural.	Parceiros: Ministério da Justiça; Secretaria Estadual de Segurança Pública; Ministério Público; Força Nacional e Polícia Federal.	Em todo o território
Sistema de informação e segurança pública	A ausência de informações sobre segurança pública no TVJ; importância de dados e análise sobre a questão da segurança pública dificulta a elaboração de políticas públicas nesta área. Constituir ou retomar os conselhos de segurança pública nos municípios; criar a Câmara Temática de Segurança Pública no âmbito do colegiado territorial (TVJ); sistematização dos dados para a elaboração de políticas públicas nesta área; elaboração das políticas públicas de segurança pública para o território.	Parceiros: Colegiado territorial; Universidade; Conselhos tutelares; Delegacias, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; SESDEC e MDA.	Em todos os municípios com Conselhos de segurança pública. Obs.: Os conselhos municipais passariam as informações para SESDEC.

Quadro 23: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA			
Sugestão de ação: Desenvolver nas Câmaras Temáticas, essas propostas que trabalham educação e cultura, direitos e desenvolvimento social do TVJ			
Título do Projeto	Justificativa	Público-Alvo/Parceiros	Local
Basta de violência! Queremos a cultura da paz	Para conscientizar a sociedade a combater a violência e a corrupção em geral, a importância do problema intitulado “segurança pública”, através de seminários regionais, palestras, cartazes e outros em todo o território. Três seminários por microbacias e um central em Ariquemes.	Parceiros: Toda a sociedade organizada representada e os órgãos públicos de segurança; associações; cooperativas; igrejas, OAB; meios de comunicação e demais entidades; governo estadual; Conselhos Municipais de Segurança Pública, Saúde e Educação e demais sociedades.	Todos os territórios
Combate às drogas e violência (considera-se tanto as drogas ilícitas e as lícitas, o álcool é um dos mecanismos que proporciona a violência)	A situação das drogas e violência no TVJ é lamentável e dramática, atingindo todas as classes sociais, inclusive na zona rural. Propõe-se como solução envolver políticas públicas em todas as esferas e em todos os municípios do TVJ.	Parceiros: Famílias; igrejas; centro de recuperação; abrigo de criança e adolescentes; Conselho tutelar, policiamento (todas as esferas) e meios de comunicação.	Em todo o território (sugestão para iniciar em Machadinho, Ariquemes e Buritis).
Constituição de Conselhos de Segurança Pública nos Municípios	Alto índice de uso de drogas, assaltos, violência doméstica, violência no trânsito (construção de delegacias em todos os municípios).	Parceiros: Entidades governamentais: Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Ambiental (em virtude do roubo de árvores em reservas extrativistas); Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública; Prefeituras, Secretaria de Bem- Estar Social; Conselho Tutelar; Conselho do Idoso e OAB.	Em todo o território (sugestão para iniciar em Machadinho, Ariquemes e Buritis).
Criação de um sistema de monitoramento de serviço de inteligência	Montagem de câmeras em pontos estratégicos no setor urbano e rural (escolas, praças e outros).	Parceiros: Entidades governamentais: Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública, Prefeituras.	Em todo território

Quadro 24: Proposta Dimensão Político Institucional.

TEMA: POLÍTICO INSTITUCIONAL			
Sugestão de ação: Desenvolver na Câmara Temática, essas propostas para que atendam a organização sustentável da produção do TVJ			
TÍTULO DO PROJETO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Fortalecimento das organizações sociais rurais (existem muitas associações com pouca infraestrutura e participação; daí a necessidade de capacitar para fazer plano de ações e plano de trabalho)	Devido ao enfraquecimento dessas organizações, faz-se necessária a capacitação, estruturação, informação e motivação para essas organizações rurais; além de ser necessário que haja o resgate da credibilidade.	Parceiros: SENAI; SEBRAE; UNIR; Prefeituras; CEPLAC; IDARON; IBAMA; SENAR; SEDAM; EMBRAPA; Bancos; ONG'S, Assoc. Rurais; EMATER; Faculdades; IFRO e COOPERATIVAS	Em todo o território (o município deve selecionar algumas associações para depois expandir até atender a todas).
Inclusão social de jovens e mulheres nas associações rurais	Estimular as mulheres e os jovens a se integrarem no meio organizacional através de eventos culturais, esportes e atividades educacionais que fomentem sua participação no território.	Parceiros: SEDUC; SEMED; SENAR; Prefeitura; MP; igrejas; Faculdades; EMATER; Sindicato; COOPERATIVAS Associações rurais; Ligas esportivas.	Todo o território
Fortalecimento do cooperativismo (compreender uma associação bem organizada em que o produto da venda é dividido entre eles)	Utilizar toda a legislação federal, incentivos estaduais, municipais e privados, favoráveis a estabelecer as cadeias produtivas – via cooperativa.	Parceiros: MDA; Prefeituras; SEDAM; SEBRAE; SENAI; SEBRAE; BANCOS (BRASIL, BASA CEF).	Em toda a base territorial do TVJ, enfocando as microbacias, atendendo as cooperativas, associações de produtores rurais/ extrativistas/urbanos.
Fortalecimento de agentes e gestores para o território	Capacitar os membros do colegiado para compreender sua estrutura; Fazer trabalho de divulgação das ações do território; incentivar e motivar a participação dos membros das entidades representativas do colegiado nas ações do TVJ; representar a comunidade na defesa e formatação da matriz territorial (a capacitação é fundamental para obter resultado).	Público alvo: Central de humanização territorial: TVJ/Ariquemes - para os membros titulares e suplentes do TVJ, eleitos em assembleia geral ordinária.	Membros titulares e suplentes do TVJ, eleitos e assembleia geral ordinária.
Desenvolvimento Territorial	Hoje em dia a maior dificuldade que o colegiado tem é a falta de incentivos e divulgação sobre a importância do desenvolvimento territorial, pois os gestores não participam das oficinas e, normalmente, não envia um representante para discutir e propor ações, por não acreditarem na realização das mesmas. Capacitar e conscientizar gestores e instituições para que os líderes possam estar conscientizando e incentivando a sociedade a fazer parte do desenvolvimento territorial.	Parceiros: MDA; Prefeituras; EMATER; CEPLAC; STTR; Associações rurais; CMDRS e outros.	Nas 03 (três) microbacias do TVJ.

*As propostas de projetos correspondem à demanda dos atores sociais do TVJ construídos por eles. Os comentários entre parênteses e em negrito foram expostos verbalmente, por integrantes do grupo no momento das apresentações.

Quadro 25: Proposta Dimensão Político Institucional, Organização Social, Gestão e Infraestrutura.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Fortalecer as organizações rurais da agricultura familiar; criar e fortalecer uma Cooperativa das agroindústrias da agricultura familiar	Organização da produção nas associações; plano de produção/negócio de cada produto; infraestrutura de produção; armazenar nas associações; implantação de agroindústrias agregando valor por associações interessadas; cursos, capacitação e assessoria técnica; gestão administrativa; boas práticas de fabricação, financeira, jurídica; Plano de negócios; Plano de metas.	Aumentar a renda familiar em 80%; geração de empregos em 20%; inclusão social; segurança alimentar e nutricional; melhoria e qualidade de vida das famílias agrícolas.	Prefeituras, SEBRAE, SENAR, EMATER, CEPLAC, INCRA, EMBRAPA, SEDAM, CODETER, FAPERON, Associação Comercial, DFDA, FETAGRO, COOPFLORA, COOPRAV COOPERLÂNDIA, COOTRARON, Rioterra e Câmara de Vereadores	4 anos
Constituição da central das cooperativas da agroindústria familiar	Formalizar juridicamente a central das cooperativas da agroindústria familiar; articulação da comercialização.	—	—	—
Fortalecer a participação na política territorial	Recomposição do CODETER; Núcleo Diretivo e dos conselhos municipais.	—	—	—

* As propostas de projetos correspondem à demanda dos atores sociais do TVJ construídos por eles. Os comentários entre parênteses e em negrito foram expostos verbalmente, por integrantes do grupo no momento das apresentações.

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 26: Proposta Dimensão Ambiental, continuação

TEMA: MEIO AMBIENTE			
Sugestão de ação: Desenvolver na Câmara Temática, essas propostas que trabalham educação, cultura e organização sustentável da produção do TVJ			
TÍTULO DO PROJETO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Campanha educativa agroecológica	Para melhorar a qualidade da alimentação escolar, consequentemente de toda a população; alertar toda a comunidade, em especial a classe estudantil, sobre os prejuízos à saúde pública do uso de agrotóxicos nos hortifrutigranjeiros e nos produtos industrializados.	Parceiros: Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e de Educação, tanto municipal quanto estadual.	Alunos, pais e setor produtivo. Onde: Nas escolas municipais e estaduais do TVJ.
Implantação da universidade de Agroecologia	Promover educação permanente ao homem visando sua integração com a natureza; campo de pesquisas objetivando a sustentabilidade com soluções de utilização e manejo dos recursos naturais e sua aplicação na área socioeconômica e ambiental.	Todos os territórios. Parceiros: Instituto Verde Vida; FGV; as três esferas do governo ligadas às áreas de educação e meio ambiente (propõe-se pensar em arborização urbana)	Machadinho DO Oeste.
Implantação e ampliação de viveiros	Visando a recuperação de matas ciliares com essências frutíferas e florestais da Amazônia, para proteção e revitalização das águas, fauna e flora.	Parceiros: MMA; MDA; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente nas três esferas (municipal, estadual e federal); CEPLAC; EMATER; UNIR; INCRA e SEDAM.	Um (01) em cada município do TVJ.
	Devido ao desmatamento desordenado das APP's e reserva legal e de ter evoluído de forma gigantesca ocasionando, assim, o assoreamento dos rios e igarapés. Todavia, tal implantação de viveiros de produção de mudas incentivará os produtores rurais a recuperarem as APP's evitando os danos acima citados.	Parceiros: MDA; SEMAGRI; EMATER; SEDAM e CEPLAC.	Território Vale do Jamari.
Inclusão da disciplina de agroecologia nas escolas técnicas	Para conscientização dos alunos, dotando de instrumentos para utilização de sistemas agroecológicos na produção agrícola e do impacto socioeconômico ambiental, visando melhoria da qualidade de vida da população em geral.	Público alvo: Alunos do IFRO (estudantes de ensino técnico). Parceiros: SEDUC; MDA e IFRO.	Em todos os territórios.

Quadro 26: Proposta Dimensão Ambiental, continuação

TEMA: MEIO AMBIENTE			
Sugestão de ação: Desenvolver na Câmara Temática, essas propostas que trabalham educação, cultura e organização sustentável da produção do TVJ			
Sequestro de Carbono (considerar as invasões que estão ocorrendo nas reservas extrativistas e defender a educação a fim de aplicar a ideia de preservação)	Capacitar as lideranças do TVJ para evitar o sequestro de carbono para geração de renda das reservas existentes dentro do TVJ.	Parceiros: Rioterra e outros.	Em local centralizado do TVJ - Ariquemes.
Agroecologia -sinônimo de qualidade de vida	Desenvolver um trabalho de conscientização nas cadeias produtivas por meio de palestras, para provocar reflexão e evitar o consumo de alimentos produzidos com uso de agrotóxicos, que trazem consequências para o ser humano e ao meio ambiente; implantar unidades demonstrativas em algumas propriedades rurais estratégicas, com modelos de agroecologia.	Público-alvo: agricultores familiares, associações e escolas. Parceiros: MDA, Fundação Banco do Brasil; Secretarias Municipais de Saúde, de Agricultura e de Educação; EMATER e IDARON..	Onde: Todos os municípios do TVJ.
Criação de políticas públicas de incentivo à produção de produtos agroecológicos e orgânicos, na agricultura familiar	Aumento de 50% do valor do produtor; redução dos gastos com a saúde; segurança alimentar garantida; valorização do produto; longevidade à família rural.	Público-alvo: agricultura familiar (PNAE/ PAA). Parceiros: MDA; CONAB; Secretarias de Agricultura (municipal e estadual).	Em cada município do TVJ.
Criação da cooperativa de catadores de lixo (resolver a questão do desemprego e proporcionar a inclusão social, além de atender a melhoria nas condições de vida da população)	Inclusão social; aumento da geração de renda; capacitação e educação; preservação ambiental e melhoria das condições de vida.	Público-alvo: Toda a comunidade Parceiros: Municipal, Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde e Obras; Estado, SEDAM, Secretarias de saúde e educação; e Iniciativa Privada.	Por microbacia.
Compensação Ambiental	Compensação ambiental remunerada aos produtores rurais da agricultura familiar, para a preservação da reserva legal.	Parceiros: Prefeituras, Secretarias de Meio Ambiente e IBAMA.	Em todo o território

Quadro 27: Proposta Dimensão Ambiental, Infraestrutura da Destinação dos Resíduos.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Reciclagem e destinação de resíduos sólidos	Encontro territorial para avaliação do consórcio intermunicipal e discussão sobre tecnologia para destinação do lixo.	—	Ministério da Cidade, CODETER, Gov. Estadual, MDA, MMA e Prefeituras.	—

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 28: Proposta Dimensão Socioeconômica, Regularização Fundiária.

TEMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
Sugestão de ação: Desenvolver na Câmara Temática, essas propostas que trabalham as ações fundiárias do TVJ			
OBJETIVO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Agilizar a documentação da terra	Aproximar o diálogo com o MDA/ INCRA/Terra Legal, para agilizar os procedimentos dos processos de regularização da propriedade rural, em especial nas áreas de assentamentos (consolidados ou não), visando o acesso às políticas públicas e às linhas de crédito disponíveis. #Lembrar o governo federal das promessas feitas para tal fim e solicitar ao governo estadual maior envolvimento.	Público alvo: Programas das Secretarias Municipais de Agricultura (podem fortalecer ou criar programas para atender esse grupo). Toda classe produtiva rural (assentados/cooperativas/produtores rurais (CNPJ)). Parceiros: Governo Federal, INCRA/Terra legal; Governo do Estado (SEAGRI; e SEDAM); Instituto de Terras; Procuradoria Geral do Estado; Superintendência de Patrimônio da União (SPU).	Todo território do Vale do Jamari.
Criação de uma vara de direito agrária nas comarcas (agilizar a atuação e regularização dos assentados)	Para dar maior atenção aos problemas fundiários como: falta de titularidade de terras; conflito agrário; socialização das informações; recursos voltados para o setor.	Público-alvo: Proprietários rurais, urbanos (setor chacareiro). Parceiros: OAB; SENAR; Prefeituras (Sec. Agricultura e Ação Social); INCRA; Terra Legal e Rioterra.	Nas três comarcas (Ariquemes, Buritis e Machadinho).
Sensibilização através de audiências pública (desburocratizar a regularização fundiária envolvendo todos os órgãos que tratam dessa situação)	Discutir com órgãos competentes alternativas de desburocratização da regularização fundiária.	Público-alvo: Assentados e/ou ocupantes de áreas públicas ou particulares. Parceiros: Ministério Público; INCRA; MDA; CEPLAC; EMATER; Terra Legal; Rioterra; Sedam; IBAMA; Prefeituras, (câmara municipal e estadual) e OAB.	Nas 3 microbacias do TVJ.
Alternativa de regularização fundiária	Ação judicial de usucapião coletiva de áreas particulares para obtenção de documentação das parcelas ocupadas.	Público alvo: Agricultores ocupantes de áreas de domínio particular. Parceiros: Sindicato dos trabalhadores Rurais; Defensoria Pública; Tribunal de Justiça; INCRA; Associações Rurais.	Todo território do Vale do Jamari.

* As propostas de projetos correspondem à demanda dos atores sociais do TVJ construídos por eles. Os comentários entre parênteses e em negrito foram expostos verbalmente, por integrantes do grupo no momento das apresentações.

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 29: Proposta Dimensão Socioeconômica, Produção, Comercialização e Distribuição.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Desenvolver o pescado	Instalar fábrica de gelo por microbacia (essa infraestrutura é mínima); adquirir câmara fria por microbacia e instalar agroindústria pesqueira por microbacia.	Aumentar a produção e geração de renda.	EMATER; SEBRAE; Ministério da Pesca e Aquicultura	10 meses
Desenvolver a atividade extrativista	Georeferenciamento das RESEX e árvores (em todas as RESEX do TVJ); capacitação no processo dos produtos (todos os produtos produzidos nas RESEX); apoiar a comercialização.	Aumentar a produção e geração de renda.	SEDAM; CTA; EMATER; SENAI; EMBRAPA e Prefeituras.	12 meses
Organizar a comercialização	Estruturação da base de serviço e comércio; capacitação em gestão nas cooperativas (todas as cooperativas do TVJ)	Base de serviço e comércio atualizado nas microbacias	CODETER e Núcleo Diretivo	5 meses
Aumentar a produção leiteira com qualidade	Universalizar tanques de resfriamento; melhorar geneticamente o rebanho e adquirir pequenos pasteurizadores (por associação que trabalha com produção de leite).	Aumento da produção com qualidade e geração de renda.	EMATER; Sec. da Agricultura e IDARON.	12 meses
Estruturar a indústria moveleira	Instalar central de designs; tratamento de resíduos sólidos (não foi informado em qual município e nem a extensão de tal tratamento).	Diminuir o impacto ambiental e promover geração de renda	PREFEITURAS; SEDAM; IBAMA; SEBRAE e SENAI	12 meses
Desenvolver a produção de café	Adquirir insumos; oferecer assistência técnica especializada; beneficiamento do café; apoiar as cooperativas e associações.	Maior produtividade; gerar renda e otimizar o uso da água.	EMATER; SEAGRI; CEPLAC; EMBRAPA e IDARON	12 meses
Identificar o potencial produtivo do TVJ na agricultura familiar	Elaborar planos de cadeias produtivas e negócios; fortalecer as cadeias produtivas: mandioca, castanha, babaçu, fruticultura (polpas), pesca artesanal, avicultura (frango), cacau, urucum, horticultura, apicultura, piscicultura, animais de pequeno porte (suínos, ovinos e caprinos).	Cadeias identificadas Negócios estruturados	MDA; RIOTERRA e CODETER	8 meses
Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da piscicultura	Fabricação de ração; alevinagem; assistência técnica especializada; agilização da legalização da atividade; estudos de impacto ambiental.	Cadeias identificadas e negócios estruturados	Ministério da Pesca; Sedam; Seagri; Sedes; EMATER; Senar e Secretarias municipais.	

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 30: Proposta Dimensão Socioeconômica, Beneficiamento da Produção.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Aquisição de equipamentos modernos e eficientes com baixo custo operacional	Adquirir equipamentos que atendam as agroindústrias familiares (pasteurização, polpas, pescado, oleaginosos).	Geração de renda; minimizar custos e agregar valores.	Câmaras Temáticas; EMATER; INCRA e SEBRAE	6 meses a 1 ano
	Capacitação de mão de obra familiar (não foi informado qual tipo de capacitação).	Produtos com qualidade.	SENAR; Associações e cooperativas; CONAB; Secretaria da Agricultura (estadual e municipal).	6 meses
Assessoria técnica com capacidade de desenvolver tecnologia apropriada para a agricultura familiar	Investimento público na assessoria técnica para socializar tecnologias de beneficiamento; identificar publicações e disseminar junto aos agricultores familiares; pasteurização; polpas; pescado; oleaginosas.	—	—	—
Política adequada para a agricultura familiar pelo Ministério da Ciência e Tecnologia	Envolver a classe política federal para propor mudanças e leis de incentivo.	Leis aprovadas e equipamentos adequados para a agricultura familiar	Senadores e Deputados Federais.	1 ano

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 31: Proposta Dimensão Socioeconômica, Armazenamento da Produção.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Montar estruturas de armazenamento e equipamentos com capacidade eficiente para cada produção	Construir espaços para montagem desses equipamentos.	Garantir o mercado nas entressafras e a qualidade do produto.	CONAB; Agentes financeiros; Prefeituras; CERON; Governo do Estado e MAPA	1 ano
Mão de obra especializada operando na armazenagem	Capacitação pessoal	Redução das perdas Produtos de primeira qualidade.	SEBRAE; SENAR; Secretaria da Agricultura, Saúde; MDA e Faculdades	1 ano
Recuperação de estrutura de armazenamento (abordou-se que muitos dos armazenamentos estão fechados, pois não atendem a necessidade verdadeira dos agricultores)	Identificar e buscar parceiros para recuperação de armazenagem; fazer estudos para identificar estruturas existentes; adequação das estruturas às agroindústrias (predomina hoje a agroindústria de polpas de frutas, no território)	—	—	1 ano

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 32: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Estradas Vicinais.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Agilidade na liberação de recursos e Recuperação da malha viária	Melhoria da qualidade dos projetos.	Liberação dos recursos em tempo hábil para execução.	AROM; CMDRS; Secret. Municipais.	10 meses
	Autogestão nos recursos do FITTA.	Otimizar os recursos do FITTA.	Núcleo diretivo do TVJ; prefeitos; Representações políticas e Governo do Estado.	10 meses
	Aumento da capacidade de execução pelos municípios e destinação de equipamentos para municípios/consórcio	Garantia de trafegabilidade na malha viária do TVJ.	INCRA; MDA; Parlamentares do governo do Estado.	14 meses

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 33: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Energia Elétrica.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Eficiência na execução dos projeto Luz para todos	Participação do TVJ no comitê gestor do programa Luz para todos; monitoramento; fiscalização e controle do programa pelo CODETER; energia solar para o RESEX.	Melhorias na execução dos projetos dentro do cronograma previsto.	CREA; CERON; ELETROBRÁS; Governo do Estado; Câmaras Temáticas e prefeituras.	4 meses

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 34: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura de Comunicação.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Melhorar o atendimento da telefonia rural; Efetivar os tele centros digitais	Implantação de torres de retransmissão de sinais; identificação das organizações sociais parceiras; agilidade da tramitação dos processos; ampliação do número de tele centros para o TVJ.	Implantação dos telecentros digitais em todos os municípios do TVJ; Universalização da telefonia rural no TVJ	CODETER; Câmara Temática; MDA e SIPAM.	24 meses

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 35: Proposta Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura, Saneamento e Habitação.

OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS	PARCEIROS	PRAZOS
Efetivação do plano diretor e PLHIS em todos os municípios	Realização do encontro territorial para nortear a viabilização da conclusão do Plano diretor e PLHIS.	Todos os municípios credenciados e identificados - sua demanda para habitação e saneamento; Plano diretor concluído em todos os municípios do TVJ.	CODETER; Ministério das Cidades; Governo do Estado; Prefeituras CEF.	3 a 10 meses

Nota: Responsáveis o CODETER.

Quadro 36: Proposta Dimensão Socioeconômica, Extrema Pobreza.

TEMA: EXTREMA POBREZA			
Sugestão de ação: Desenvolver nas Câmaras Temáticas, essas propostas que atendam educação e cultura, direitos e desenvolvimento social e infraestrutura do TVJ			
Título do Projeto	Justificativa	Público-Alvo/Parceiros	Local
Criação de força tarefa para os municípios elaborarem diagnóstico nas áreas de extrema pobreza	Identificar os bolsões de extrema pobreza para elaborar plano de ação de erradicação do problema.	Parceiros: Governo municipal; EMATER; INCRA e STTR.	Em todo o território Vale do Jamari.
Ampliação de crédito para o programa de habitação rural (pensar juros menores que caibam no orçamento das condições atuais do produtor)	Melhorar as condições de moradia da população rural do TVJ – nas áreas de pequena pobreza.	Público alvo: Produtores da Agricultura Familiar. Parceiros: Caixa Econômica; BASA; BB; Banco da Terra; MDA; INCRA; Ministério da Ref. Agrária; Prefeituras e Governo do Estado.	Em todo o território Vale do Jamari.
Organizar a produção, garantir a segurança alimentar e viabilizar a comercialização solidária	Organizar as pessoas que vivem em situação de pobreza, em grupos, para que haja melhor mobilidade na produção e comercialização dos produtos produzidos pela mão de obra familiar.	Público-alvo: Agricultores que vivem em extrema pobreza. Parceiros: EMATER; Secretarias de Ação Social, de Agricultura e de Educação; MDA; MDS.	Buritis; Campo Novo e Monte Negro.

*As propostas de projetos correspondem à demanda dos atores sociais do TVJ construídos por eles. Os comentários entre parênteses e em negrito foram expostos verbalmente, por integrantes do grupo no momento das apresentações.

Essas propostas deverão ser aprofundadas pelo território, a partir de outras construções coletivas como as cadeias e sistemas produtivos

priorizados pelo colegiado territorial.



CAPÍTULO VII



CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS)

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é um instrumento de planejamento territorial para a agricultura familiar, representado por grupos sociais que se envolveram para a construção e planejamento de forma participativa, semelhante à proposta de gestão do plano territorial conforme os quadros 37 a 40.

O principal objetivo é operacionalizar as propostas estratégicas apresentadas pelos agricultores familiares durante a construção do plano, bem como mostrar e organizar a junção de ações entre as instituições do território. Além de interligar as estratégias de desenvolvimento territorial apresentadas no PTDRS com intuito de proporcionar a continuidade com qualidade do fortalecimento do território vale do Jamari. Nesse sentido, apresenta-se a proposta de Gestão do Plano Territorial, conforme anseios prioritários dos atores sociais.

Quadro 37: Gestão e Monitoramento, Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
EDUCAÇÃO	Educação no Campo	Federal, Estadual e Municipal	IFRO, SEDUC, SEMEC, FETAGRO.	IFRO, SEDUC e SEMEC.	EMATER, IDARON, SEAGRI, SENAR, SEBRAE e Associações.	Número de municípios com grades curriculares adaptadas.	Número de grades registradas no MEC.	2013
ESPORTE E LAZER	Central de apoio à cultura, esporte e lazer	Federal, Estadual e Municipal	Secretaria de Esporte e Lazer (estadual e municipal)	Secretaria de Esporte e Lazer (estadual e municipal)	Prefeituras e Instituições Privadas	Número de projetos elaborados e protocolados. Número de eventos realizados.	Cópia do projeto e do protocolo oficial. Registros audiovisuais e relatórios.	2013
CULTURA	Valorização das culturas locais já existentes com construção de três estruturas, uma por microbacia	Federal, Estadual e Municipal	IFRO, SEDUC, SEMEC e câmaras temáticas do território.	IFRO, SEDUC e SEMEC.	SEDUC, SEMEC, STTR's, MINC, EMATER's, Associação Pecuaristas de Ariquemes, SEDES, BASA, Banco do Brasil, Fundação Programa Petrobras Cultural e CEF.	Número de projetos elaborados e protocolados nos órgãos financiadores; Número de eventos.	Cópia do projeto e do protocolo oficial. Registros audiovisuais e relatórios.	2015

Observação: Articulação e implementação: instituições responsáveis. Indicadores: medir o desempenho.

Quadro 38: Gestão e Monitoramento de Saúde, Regularização Fundiária e Meio Ambiente.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
SAÚDE	Unidade móvel hospitalar para a área rural	Federal, Estadual e Municipal	Núcleo Diretivo, SEMMA, Secretaria de Saúde de Ariquemes.	Secretaria Municipal e Estadual de Saúde.	Ministério da Saúde, Funasa, Parlamentares e Sistema “S”.	Unidades móveis em funcionamento e quantidade de pessoas atendidas.	Relatórios de atendimentos.	Até 2014
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Sensibilização através de audiências públicas	Federal, Estadual e Municipal	INCRA, Núcleo Diretivo do Colegiado, EMATER, Terra Legal/MDA.	Núcleo Diretivo do Colegiado, INCRA, DFDA e UTE.	Terra Legal, SEAGRI, INCRA, AGU, Tribunal de Justiça e OAB.	Número de audiências realizadas; número de participantes; número de parceiros envolvidos.	Lista de presença, fotos e atas.	Até 2013
MEIO AMBIENTE	Implantação e ampliação de viveiros comunitários	Federal, Estadual, Municipal e Iniciativa Privada	SEMA, SEAGRI, EMATER, MDA, EFFA's, IFRO, EMBRAPA, UNIR, MAPA, CMDRS e CEPLAC.	SEMA, SEAGRI, EMATER, MDA, EFFA's, IFRO, EMBRAPA, UNIR, MAPA e CEPLAC	SEDAM, IBAMA, MMA, Petrobras, Madeiras e Mineradoras.	Viveiros construídos; mudas distribuídas; número de hectares recuperados.	Relatórios fotográficos	Até 2014

Observação: Articulação e implementação: instituições responsáveis. Indicadores: medir o desempenho.

Quadro 39: Gestão e Monitoramento, Economia e Infraestrutura.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
ECONOMIA	Identificar o potencial produtivo do TVJ na agricultura familiar/ Animais de pequeno porte/ Piscicultura/ Apicultura	Federal, Estadual e Municipal	EMATER, SEAGRI, CEPLAC, MDA, CMDE/MAPA, EMBRAPA, Secretaria Municipal, MPA, SEBRAE, SENAR e INCRA	EMATER, SEAGRI, CEPLAC, MDA, CMDE, MAPA, EMBRAPA, Secretaria Municipal, MPA, SEBRAE, SENAR e INCRA	SEDAM, EMATER, SEAGRI, CEPLAC, MDA, CMDE, MAPA, EMBRAPA, Secretaria Municipal, MAPA, SEBRAE, SENAR e INCRA	Número de estudos da cadeia produtiva. Número de cadeia produtiva e atuante	Documentos, relatórios das cadeias produtivas	2015
INFRAESTRUTURA	Comunicação	Federal, Estadual e Municipal	MC, MCT, MEC, MinC, SEDUC, SIPAM e Rioterra	MC, MCT, MEC, MinC, SEDUC, SIPAM e Rioterra	ANATEL, Rádios Comunitárias e EMATER	Nº de aparatos de comunicação aos agricultores	Relatórios oficiais sobre os aparatos de comunicação já instalados	2014

Observação: Articulação e implementação: instituições responsáveis. Indicadores: medir o desempenho.

Quadro 40: Gestão e Monitoramento, Organização Social e Institucional, Gênero e Geração e Segurança Pública.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL	Fortalecimento das organizações sociais rurais	Federal Estadual Municipal	CMDR, EMATER, IDARON, SENAR, Secretaria de agricultura, SEAGRI, Fetagro e STTR's	CMDR, EMATER, IDARON, SENAR, Secr. de Agricultura, SEAGRI, Fetagro, STTR's e Rioterra	SEAGRI, Associações, SENAR, IDARON, EMATER, Fetagro, Faperon, Rioterra e Cooperativas	Nº de organizações sociais regularizadas e aptas a obter recursos públicos e realizando objetivos sociais.	Certidão negativa e Relatórios de atividades.	2014
GÊNERO E GERAÇÃO	Circuito do Cidadão	Federal, Estadual e Municipal	Secretaria Municipal, Associação Comercial, EMATER, STTR's, SMDRS, Associação de Mulheres, Sindicatos Produtor Rural e DFDA	Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal, Associação Comercial, EMATER, STTR's, SMDRS, Associação Mulheres, Sindicato Produtor Rural e DFDA	Secretaria Municipal, Ass. Comercial, EMATER, STTR's, SMDRS, Assoc. Mulheres, Sindicato Produtor Rural e DFDA	Número de documentos expedidos; nº de atendimentos médicos realizados; nº de vacinas realizadas; nº de palestras específicas realizadas.	Relatórios circunstanciados sobre cada evento realizado e fotografias.	2013
SEGURANÇA PÚBLICA	Combate às drogas e à violência	Governo Municipal e Estadual	Secretaria Segurança Estadual, Secretaria de Ação Social Municipal, OAB, SEDUC, SESAU, MP, TJ, Conselho Tutelar e CPTS	Secretaria Segurança Estadual, Secretaria de Ação Social Municipal, OAB, SEDUC, SESAU, MP, TJ, Conselho Tutelar e CPTS	Secretaria Segurança Estadual, Secretaria de Ação Social Municipal, OAB, SEDUC, SESAU, MP, TJ, Tutelar, CPTS e NAA	Nº de campanhas realizadas.	Fotos, folders, relatórios circunstanciados	2013

Observação: Articulação e implementação: instituições responsáveis.
Indicadores: medir o desempenho.

A partir dessa organização e estruturação das ações, os atores

sociais do território vale do jamari poderão gerenciar e operacionalizar suas ações fundamentadas nos objetivos a serem alcançados propostos por eles, conforme a realidade de vivência desse grupo.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES

A técnica cria redes de globalização, mas o mundo é feito de territórios, nações, paisagens. O fetichismo da técnica não consegue explicar por que nada substitui a reflexão solitária. (BOSI, 2003).

O Programa Território da Cidadania representa um novo modelo de políticas públicas aplicadas no país. Sendo seu desenvolvimento recente e o fato de ainda estar em andamento torna-se impossível algum tipo de afirmação concreta, pois, como toda mudança ou nova maneira de organizar a vida demanda um tempo para aceitação, aplicação e visualização de uma nova forma de pensar e agir no cotidiano, seja social, seja econômica ou de um determinado grupo social, nesse caso os agricultores e agricultoras familiares, no TVJ a regra é a mesma.

Na dimensão político institucional o colegiado composto por seguimentos com atuação territorial na esfera federal, estadual e municipal. Há ainda efetiva participação da sociedade civil através de representações sociais organizadas. Com uma política participativa, o colegiado vem se consolidando e além de contemplar as populações tradicionais do território, como os extrativistas e pescadores, nesse momento está abrindo espaço para o Grupo de Trabalho de Mulheres do território e aguardando a organização da cooperativa dos jovens rurais do TVJ.

A dimensão ambiental, apresenta possibilidades para implementar seu desenvolvimento de forma sustentável. Entretanto,

faz-se necessário um esforço conjunto dos organismos públicos, entidades não governamentais e da população de modo geral para pensar a adoção de políticas públicas, sobretudo com educação ambiental.

Na dimensão socioeconômica evidencia-se a desigualdade social e territorial que se repete em vários setores da economia, por exemplo, na pecuária que já atingiu bom padrão de qualidade, enquanto outros ainda encontram-se em fase embrionária, como o artesanato. Em relação à infraestrutura, ainda há um grande caminho a ser percorrido e consolidado. Nesse sentido, a energia elétrica, a malha viária, a comunicação apresentam uma série de deficiências, o que exige investimentos públicos e privados. As condições de habitabilidade é uma das questões mais perturbadoras, porque é direito fundamental do ser humano a acessibilidade, a moradia digna e segura, com um mínimo padrão de funcionalidade para o exercício da cidadania. Essa questão, se resolvida, evitará a ocupação desordenada de áreas instáveis geologicamente como vertentes e alagadiças.

Para tanto, é necessário que nos municípios maiores aplique-se como estratégia a elaboração e funcionamento de planos diretores com a participação governamental e da sociedade; no caso dos municípios menores, também é indispensável a adoção de políticas de longo prazo com a participação financeira efetiva do poder público e sua realização através de mutirões. Nesse sentido, é preciso que os moradores do

território sejam instigados a participar de ações que apresentem o trinômio desenvolvimento, conservação/preservação e a cultura e/ou a realidade - de cada município, a partir de decisões participativas e cidadã.

É imprescindível pensar o território com a realidade local, onde é imperioso focar os problemas e encontrar alternativas capazes de recuperar áreas degradadas, diminuir os desmatamentos e queimadas e dar sentido às identidades, aos saberes e às experiências desenvolvidas com sucesso.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) aqui retratado limita-se a expor a tentativa de compreender a realidade, os desejos e a história do território vale do jamari, em Rondônia, com seus nove (9) municípios: Ariquemes, Machadinho do Oeste, Cujubim, Alto Paraíso, Rio Crespo, Cacaulândia, Buritis, Campo Novo e Monte Negro, onde cada um deles apresenta tanto particularidades quanto afinidades, conforme o olhar abordado. São características da diversidade e riqueza cultural do território.

Diante dessas características contraditórias e ao mesmo tempo fundamentais para pensar a dinâmica do território a partir de uma macrovisão, com suas redes, suas articulações e sua produção, proporcionando mecanismos de desenvolvimento de técnicas e ações que lançam os municípios como unidade territorial no âmbito global, mantém-se, a individualidade de cada município.

O PTDRS do território vale do jamari apresenta de forma geral

análise dos municípios de Ariquemes e Buritis que se destacam com relação as dimensões sociocultural educacional e socioeconômica; e ambiental, independentemente da ação humana, ou seja, limita-se ao espaço físico do território

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável é um instrumento para ser invariavelmente consultado, pesquisado e analisado, tornando-se um ponto de partida para reflexões e ações dentro do território vale do jamari, em prol dos agricultores e agricultoras rurais.

Este documento não fica totalmente engessado, poderá ser complementado diante de mudanças rotineiras e realidade de cada localidade, conforme a demanda dos atores sociais. As complementações poderá ser feitas por entidades, instituições do poder público e sociedade civil que participaram da construção do PTDRS

Dessa forma, apresenta-se aqui um PTDRS dinâmico, orientador e estruturado para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do território, construído a partir dos anseios dos agricultores familiares dos territórios da cidadania. E, para sua efetivação, torna-se imprescindível que todos tomem efetivamente a função de monitorar, atualizar e repensar o atual plano, partindo do princípio da conquista do bem comum, atendendo o maior número possível de municípios do território, bem como de agricultores, por meio de suas organizações sociais que fazem parte do território vale do jamari.

RECOMENDAÇÕES

Partindo do princípio de que todos buscam o melhor para o futuro, foram construídos apontamentos quanto ao que se almeja para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável- PTDRS, a partir das considerações e observações que os atores sociais fizeram durante as oficinas de construção do plano. E, com o desígnio de proporcionar um desenvolvimento socioeconômico e ambiental envolvendo os nove (9) municípios do TVJ como um território voltado para a cidadania e sustentabilidade, recomenda-se continuar pensando os municípios enquanto território e buscar cada vez mais fazer uso racional da terra, dos recursos hídricos e naturais renováveis, das ações comuns aos nove (9) municípios.

Acredita-se que por meio de capacitações econômicas voltadas para a produção de agroindústrias fortalecer-se-á cada vez mais a agricultura familiar no território. Para tanto, sugere-se a viabilização da Central de Humanização no município de Ariquemes bem como o incentivo ao desenvolvimento de projetos comunitários ou não, de criação de peixe em tanques, considerando a grande procura pela piscicultura nos municípios, enfatizando o rápido retorno financeiro de tal atividade econômica.

Por meio de capacitações constantes é possível proporcionar o desenvolvimento de ações resultantes de projetos socioeconômicos voltados para a agricultura familiar. As capacitações são fundamentais para manter informados e incentivar cada vez mais os agricultores e agricultoras, buscando atender o maior número de pessoas possíveis.

Recomenda-se, ainda, considerar a segurança alimentar, fundamentada na oferta da qualidade de vida e sustentabilidade. Pensar sempre nas questões de gênero envolvendo e atendendo cada vez mais a mulher agricultora no processo socioeconômico do território, bem como a geração, seja a melhor idade ou os jovens é pensar, também, no futuro do território.

Considera-se, além disso, a necessidade de tecnologias alternativas para o desenvolvimento do território; a melhoria urgente na segurança pública na área rural e, por fim, pensar a organização da produção enfatizando formas de renda para a população rural, que intercala com o fortalecimento das organizações sociais do TVJ partindo do princípio de que as associações e cooperativas são a base para o funcionamento do território, bem como da manutenção da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASILEIRO, R. S. e MACIEL, C. A. A. Agricultura Familiar Agroecológica na Mata Pernambucana: Desenvolvimento Territorial Rural e Identidade Cultural. In: Entre Geografia e Geosofia: Abordagens Culturais do Espaço. Recife, Universitária da UFPE, 2009. p. 21-48.
- ADIB, A. R. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o Planejamento. Documento Elaborado pela SDT. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. Tese de Doutorado em Geografia. Curitiba: UFPR, 2010. 301 p.
- _____; BASTOS, F; BASTOS, A; GOMES, F. B. Análise socioeconômica da área de concessão pública da Floresta Nacional do Jamari. Porto Velho/São Paulo: RIOTERRA/AMATA, 2009.
- ARANTES NETO, A. A. Inventário Nacional de referências culturais: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.
- BRANDÃO, C. R. Repensando a Pesquisa Participante. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BINSZTOK, J. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Vol. X, nº 218. Scripta Nova. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.
- BOSI, E. O Tempo vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DOMINGUES, C. R.; CASTRO, C. H. O.; NOGUEIRA, A. S. Guia de Planejamento Territorial. Brasília, 2010.
- GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. São Paulo, 1989.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Contas Nacionais nº 22. Rio de Janeiro: 2007.
- KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.
- Orientações para Constituição e Funcionamento dos Colegiados Territoriais. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Departamento de Gestão Territorial. Coordenação de Órgãos Colegiados. Brasília, 2010.
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Território Vale do Jamari. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial: Ariquemes, 2006.
- Protagonismo das Mulheres nos Territórios Rurais: Registro e Imagens. Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura Brasília: Secretaria de Mulheres e Trabalhadores Rurais, 2009.
- SANTOS, C. Traços de Urbanização. In: FERNANDES, L.C. & GUIMAÃES, S.C.P. Atlas Geoambiental de Rondônia. Porto Velho: SEDAM, 2002. p. 30-34.
- TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. História regional. 2.ed. Porto Velho: ABG editora, 2001.
- MDA, 2010. Um Novo Brasil Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003/2010. Brasília: 2010. Disponível em: sit.mda.gov.br/2010.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP. Brasília, 2006.
- SILVA FILHO, G.A. Toponímia de Rondônia. In: Revista Brasileira de Geografia, V. 57, nº 3, Rio de Janeiro, IBGE. 1995, p. 39-62.
- SEDAM, 2002. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Atlas Geoambiental de Rondônia, 2002.



CENTRO DE ESTUDOS
RIOTERRA

Rua: Rua Padre Chiquinho, 1651, B. São João Bosco

CEP:76803-786

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Fone: (55)(69) 3223-6191

www.rioterra.org.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68313-03-9



9 788568 313039

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA
TERRITÓRIO VALE DO JAMARI